



CONSELHO DIRETOR DA FIDENE

PROCESSO Nº 01/2017 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES E BALANÇO ANUAL DA FIDENE E SUAS MANTIDAS – EXERCÍCIO 2016

PARECER CONSELHO DIRETOR DA FIDENE Nº 01/2017 APROVADO EM 07/04/2017.

I – RELATÓRIO

O Diretor Executivo da FIDENE, professor Dieter Rugard Siedenberg, encaminhou à Presidente do Conselho Diretor, professora Catia Maria Nehring, em 06 de abril de 2017, o ofício DE nº 01/2017, que apresenta o **Relatório de Atividades e Balanço Anual da FIDENE e suas Mantidas – Exercício 2016 (Volume I e II)**, o qual irá compor o Volume II referente ao Balanço 2016 para análise e deliberação do Conselho Diretor, nesta mesma data e, após emitir o seu parecer, encaminhou para análise e deliberação do Conselho Curador.

Aspectos Gerais do Relatório Balanço 2016

O Relatório de Atividades e Balanço 2016 da FIDENE constitui-se, a partir da análise dos documentos contábeis, que irão compor o Volume II do Balanço 2016. Serviram de base para este parecer os seguintes documentos:

- Resolução de Diretrizes Orçamentárias da FIDENE para 2016;
- Orçamento Programa da FIDENE - OPF 2016;
- Balanço Patrimonial da FIDENE em 2016 e 2015;
- Demonstração do Superávit/Déficit dos Exercícios da FIDENE em 2016 e 2015;
- Relatório de Atividades 2016.
- Notas Explicativas FIDENE 2016;
- Relatório da Auditoria Independente - Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S, em 10/03/2017.

Este relatório está dividido em três capítulos. O **capítulo I** apresenta a análise do Balanço Patrimonial da FIDENE e Demonstração dos Déficits/Superávits da FIDENE Consolidado e a Demonstração dos Resultados da Mantenedora FIDENE.

O **capítulo II** apresenta a Demonstração dos Resultados das **Mantidas da FIDENE**: Centro de Educação Básica Francisco de Assis – EFA, Museu Antropológico Diretor Pestana – MADP, Rádio Educativa UNIJUÍ FM.

O **capítulo III** apresenta a análise da Demonstração do Resultado da Mantida UNIJUÍ.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucros (Resolução 1409/12 do CFC) e aprovadas pelo Relatório da Auditoria Independente.

CAPÍTULO I - FIDENE

1.1. Balanço Patrimonial da FIDENE

A análise é redigida no sentido de contextualizar o quadro geral da FIDENE à luz do esforço institucional na busca da sustentabilidade econômico-financeira, cujos resultados refletem a influência dos contextos interno e externo. O Balanço Patrimonial apresenta a composição e os saldos das contas patrimoniais dos grupos do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Social da FIDENE em 2016 e 2015.

Contas do Ativo

As contas do Ativo compreendem os Bens, os Direitos e as demais aplicações de recursos capazes de honrar os compromissos assumidos pela Instituição e estão divididas em dois grupos, o Ativo Circulante e o Ativo Não Circulante. O quadro 01 apresenta os saldos das contas do Ativo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, que serão analisados na sequência.

Quadro 01 - Contas do Ativo do Balanço Patrimonial da FIDENE – Exercícios 2016 e 2015.

ATIVO	31/DEZ./2016	31/DEZ./2015
ATIVO CIRCULANTE	35.556.285,74	29.672.176,28
Disponível	1.762.143,13	788.371,27
Direitos Realizáveis	29.453.609,87	23.927.728,94
Estoques	1.775.714,96	1.829.117,18
Despesas Antecipadas	2.119.527,55	2.354.927,91
Recursos de Projetos	445.290,23	772.030,98
ATIVO NÃO CIRCULANTE	103.810.245,24	105.317.857,56
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.987.148,21	6.695.150,23
Financiamento Estudantil Reembolsável	1.774.203,55	2.355.935,25
Alunos - Modalidade Pagamento Estendida	962.700,50	868.048,05
Renegociação de Dívidas	2.334.157,15	1.657.163,01
Depósitos Judiciais	169.198,91	298.549,94
Fundo de Reserva Consórcios	8.386,22	15.727,22
Fundo Garantia Operações Crédito Educativo	2.738.501,88	1.499.726,76
INVESTIMENTOS	209.892,84	197.553,14
Participação em Empresas	209.892,84	197.553,14
IMOBILIZADO	53.731.204,19	56.543.154,19
Prédios	31.139.987,10	31.577.461,12
Imobilizações em Andamento	326.777,90	58.939,12
Imobilizações em Áreas de Terceiros	319.537,31	318.182,95
Terrenos	6.260.628,85	6.260.628,85
Bens Móveis	15.424.660,03	18.068.912,15
Semoventes	259.613,00	259.030,00
INTANGÍVEL	41.882.000,00	41.882.000,00
Marcas	41.882.000,00	41.882.000,00
TOTAL DO ATIVO	139.366.530,98	134.990.033,84

O saldo Total do Ativo em 2016 era de R\$ 139.366.530,98, enquanto em 2015 era de R\$ 134.990.033,84, o que representa um aumento nos bens e direitos de aproximadamente 4,4 milhões de reais, os quais serão detalhados na sequência.

I – ATIVO CIRCULANTE: Este grupo compreende os valores de liquidez imediata que se espera realizar em até doze meses após a data do balanço. Em 2016, o saldo do Ativo Circulante ficou em R\$ 35.556.285,74 e, em 2015, o saldo era de R\$ 29.672.176,28.

Neste grupo, em 2016 o saldo do **Disponível** somou R\$ 1.762.143,13 e compreende os valores em Caixa e Bancos. Este saldo ratifica a escassez de recursos financeiros disponíveis no fluxo de caixa da Instituição em 2016.

O saldo dos **Direitos Realizáveis de curto prazo** totalizou R\$ 29.453.609,87 em 2016, sendo apresentado no Quadro 2. Neste subgrupo, a rubrica Mensalidade de Alunos apurou um saldo de R\$ 23.200.717,33 e compreende os valores a receber dos estudantes e do FIES. Nesta rubrica, restou um saldo do FIES a receber em 2017 de aproximadamente 6,6 milhões, mais 1,2 milhões em contratos pendentes, de desconto para contratos cedidos a partir de 2015 e taxas bancárias a serem assumidas pela instituição. Cabe citar que em 2016, a concessão de FIES contabilizou R\$ 39.643.685,58.

A rubrica Bolsas de Estudos Reembolsáveis reduziu o saldo em R\$ 536.914,98. O saldo da rubrica Renegociação de Dívidas aumentou em R\$ 568.031,51, ocasionada por dois fatores: o ajuizamento de ações pela Assessoria Jurídica e a procura espontânea de estudantes para renegociar seus débitos.

O saldo da rubrica Clientes por Serviço reduziu em R\$ 146.330,40, nesta rubrica houve baixa de cliente de serviços por prescrição de prazo de cobrança no montante de R\$ 46.009,93.

A rubrica Outros Créditos apresenta uma redução no saldo em R\$ 571.570,17, nos itens Modalidade de Pagamento Estendido, cheques pré-datados e adiantamento de férias.

No Exercício de 2013, a FIDENE passou a constituir uma Provisão para Clientes Inadimplentes, registrada no grupo Direitos Realizáveis. No exercício 2014 houve alteração no critério utilizado para o cálculo da provisão, que passa a ter como base a mensalidade escolar bruta, a dedução das bolsas, das gratuidades e dos valores a receber do FIES, aplicando-se sobre este resultado o percentual médio da inadimplência do ano anterior. Desta forma, foi contabilizado R\$ 425.510,59 para ajustar o valor no exercício 2016, integralizando um saldo nesta provisão de R\$ 1.719.151,04.

O quadro 02 detalha a composição dos saldos das rubricas dos Direitos Realizáveis de curto prazo e a oscilação destes saldos de 2015 para 2016.

Quadro 02 - Composição dos Direitos Realizáveis de curto prazo da FIDENE 2016 e 2015.

Rubricas	dez/16	dez/15	variação 2016-2015
Mensalidades de Alunos	23.200.717,33	16.439.907,33	6.760.810,00
Bolsas de Estudo Reembolsáveis	1.493.663,56	2.030.578,54	-536.914,98
Renegociação de Dívidas	3.690.349,14	3.122.317,63	568.031,51
Clientes por Serviços	801.607,40	947.937,80	-146.330,40
Aplicações Financeiras	299.367,58	422.002,02	-122.634,44
Outros Créditos	1.687.055,90	2.258.626,07	-571.570,17
Provisão Clientes Inadimplentes	-1.719.151,04	-1.293.640,45	-425.510,59
Total	29.453.609,87	23.927.728,94	5.525.880,93

O saldo do subgrupo **Estoques** ficou em R\$ 1.775.714,96 e se refere aos Materiais de Consumo, Livros Editados, Material Gráfico, Setor Agropecuário e outros destinados às suas finalidades institucionais. Deste montante, R\$ 1.246.313,15 se refere aos estoques de livros da Editora, que tinha como limitador no OP 2016 o valor de 1,2 milhões de reais.

O saldo do subgrupo **Despesas Antecipadas** se refere a valores a serem apropriados de acordo com seu período de competência, por ocasião da geração da despesa. Fazem parte deste grupo os contratos de seguro, vale transporte, juros a apropriar e multa do parcelamento do FGTS e PROIES (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior). O saldo em 2015 era de R\$ 2.354.927,91 e em 2016 contabilizou R\$ 2.119.527,55, sendo que a redução no saldo se deve, principalmente, pela apropriação dos juros dos parcelamentos do FGTS e PROIES na despesa.

O saldo do subgrupo **Recursos de Projetos** é de R\$ 445.290,23 e apresenta redução em relação ao saldo de 2015, decorrente da execução dos convênios recebidos em 2015, tais como Automação de Subestações (DCEEng) e Desenvolvimento de Novos Produtos Alimentícios à Base de Carne de Peixe (DCVida).

II – ATIVO NÃO CIRCULANTE: Este grupo abrange Ativos de natureza associada ao longo prazo e está subdividido em subgrupos do Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível. Em 2016, o saldo do Ativo Não Circulante é de R\$ 103.810.245,24, enquanto em 2015 era de R\$ 105.317.857,56.

O subgrupo **Realizável a Longo Prazo** contempla os valores a receber a partir de 2018 e seu saldo é de R\$ 7.987.148,21. Os contratos de Financiamento Estudantil Reembolsável representam 22,21% do Realizável em Longo Prazo, sendo um programa de apoio financeiro aos estudantes, tendo estes a obrigação de restituir após a conclusão dos estudos num período igual à concessão do benefício.

A entidade passou a demonstrar no exercício 2015 o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEDUC, criado pela Lei nº 12.087/09 que é um fundo garantidor de crédito de natureza privada, que opera no âmbito do FIES, em 2016 o valor foi atualizado para R\$ 2.738.501,88 e representa 34,28% do Realizável a Longo Prazo.

O saldo da conta Alunos - Modalidade Pagamento Estendido de longo prazo totalizou R\$ 962.700,50 e aumentou o saldo em relação ao exercício 2015, decorrente da atualização dos valores a receber desta modalidade de pagamento.

A Renegociação de Dívidas apresenta um saldo final de R\$ 2.334.157,15 e se refere às negociações com prazos mais amplos dos débitos dos inadimplentes. A soma dos valores a receber das rubricas dos Contratos de Renegociações dos alunos no curto e longo prazo soma um montante de 6 milhões de reais e ampliou o volume financeiro do final do exercício 2015 que era de 4,7 milhões de reais. Cabe destacar a efetividade nas cobranças de curto prazo que é de 76%.

O subgrupo **Investimentos** representa as participações em ações em empresas de telefonia, empresas de energia elétrica e integralização de cotas capital nas Cooperativas SICREDI, COTRIJUÍ e COTRIPAL. O saldo ficou em R\$ 209.892,84, com pouca variação em relação ao saldo de 2015.

O saldo do **Intangível** é de R\$ 41.882.000,00 e permanece inalterado, uma vez que não há reavaliação da Marca.

O saldo do **Imobilizado** somou R\$ 53.731.204,19, enquanto que em 2015 era de R\$ 56.543.154,19, o que mostra uma redução em 2,8 milhões de reais, decorrente principalmente do lançamento da depreciação do Material Bibliográfico. A partir do exercício 2016 foi definida a vida útil dos bens que compõem o Material Bibliográfico registrado no Imobilizado da FIDENE, embasado em laudo técnico dos responsáveis pela área. Em anos anteriores a Instituição não

adotava a prática de depreciar seu Material Bibliográfico, sendo o cálculo reconstituído e as depreciações até dezembro de 2015, que compõem o valor de R\$ 3.857.705,15,

Dos investimentos e melhorias realizadas em 2016, pode-se relatar que o valor Imobilizado totalizou R\$ 2.967.117,46, dos quais R\$ 107.266,27 são provenientes de Doações, R\$ 834.841,64 de Convênios com recursos externos e R\$ 2.025.009,55 de recursos próprios. Adicionam-se ao valor Imobilizado as despesas com reformas e transferência de ambientes, manutenção, conservação e instalação, que executaram R\$ 1.414.784,48.

Estes investimentos e melhorias somaram R\$ 4.381.901,94 e representam 2,98% da receita total. Se comparado ao montante registrado em 2015, observa-se uma redução, explicada pela doação do convênio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com a Prefeitura Municipal de Ijuí naquele ano. O anexo 10 demonstra estes montantes.

O quadro 03 apresenta o resumo dos investimentos que foram imobilizados no âmbito da FIDENE em 2016.

Quadro 03 - Quadro dos Imobilizados 2016.

IMOBILIZADO 2016	VALOR	%
Infraestrutura Campus Ijuí	62.870,20	2,12%
Prédios Campus Universitário	48.149,50	1,62%
Instalação Predial Ijuí	21.505,00	0,72%
Instalação Predial Panambi	3.852,00	0,13%
Infraestrutura IRDeR	12.600,00	0,42%
Instalação Predial Ijuí em Andamento	18.500,00	0,62%
Infraestrutura IRDeR em Andamento	17.210,90	0,58%
Ampliação Prédio de Artes	262.697,50	8,85%
Móveis, Equip. e Utens.	165.557,24	5,58%
Audiovisual e Comunicação	33.504,39	1,13%
Hardware	626.978,66	21,13%
Laboratório	944.264,78	31,82%
Máquinas e Aparelhos de Reprografia	4.200,00	0,14%
Máquinas e Aparelhos Oficina	4.049,33	0,14%
Tratores e Implementos Agrícolas	111.000,00	3,74%
Equipamentos Agropecuários	13.900,00	0,47%
Aplicativos de Informática	6.500,00	0,22%
Material Bibliográfico	197.436,20	6,65%
Veículos	263.700,00	8,89%
Consórcio de Tratores	68.398,64	2,31%
Bens Móveis em Montagem	10.996,52	0,37%
Semoventes	1.150,00	0,04%
TOTAL IMOBILIZADO	2.967.117,46	100,00%

Cabe destacar a imobilização nos laboratórios de ensino e prestação de serviços do DEAg, DCVida e DCEng, através da aquisição de equipamentos com recursos próprios que somaram R\$ 244.000,00 e R\$ 700.000,00 referente a projetos do DCVida com captação de recursos externos.

O valor imobilizado em hardware refere-se a compra de CPU e monitores para laboratório, switch, servidores, que totalizou R\$ 626.978,66.

Ainda, no que se refere aos bens registrados no controle patrimonial da instituição, cabe assinalar os bens recebidos em comodato no montante de R\$ 261.566,47, dos quais R\$ 45.711,17 foram contabilizados e agregados ao patrimônio em 2016. Estes bens são originários de projetos submetidos à aprovação junto à órgãos externos por pessoa física, tais como FAPERGS, CNPq, FNDE, ITECSOL e também de projetos encaminhados pela Associação Amigos do Museu.

Cabe registrar as informações sobre as salas de aula nos diferentes *campi* da UNIJUÍ. No conjunto de 175 salas de aula, todas possuem cadeiras estofadas, 165 estão climatizadas e 104 dispõem de multimídia fixo.

Contas do Passivo e Patrimônio Social

As contas do **Passivo** registram as Obrigações da Instituição com funcionários, fornecedores, instituições financeiras e receitas antecipadas. O **Patrimônio Social** registra o patrimônio inicial, as reservas, as reavaliações e os resultados acumulados. O quadro 04 apresenta os saldos das contas do Passivo e Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, apresentadas na sequência.

Quadro 04 - Contas do Passivo e Patrimônio Social da FIDENE – 2016 e 2015.

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	31/DEZ./2016	31/DEZ./2015
PASSIVO CIRCULANTE	35.351.039,53	35.208.733,24
Empréstimos e Financiamentos	17.958.857,88	19.008.853,16
Fornecedores de Bens e Serviços	2.079.646,07	2.353.719,65
Obrigações Empregaticias	14.070.998,23	12.489.972,94
Outras Obrigações	1.241.537,35	1.356.187,49
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	42.666.648,29	44.975.488,01
Empréstimos e Financiamentos	8.966.923,74	14.768.465,54
Obrigações Empregaticias	26.351.603,39	27.761.290,26
Credores Diversos	-	-
Receita Antecipada	7.435.651,66	2.445.732,21
(-) Despesa Diferida	(87.530,50)	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	61.348.843,16	54.805.812,59
Patrimônio Social Inicial	666.831,06	666.831,06
Reserva de Capital	41.882.000,00	41.882.000,00
Reserva de Reavaliação	19.416.309,42	19.671.846,38
Superávit/Déficit do Período	(616.297,32)	(7.414.864,85)
Déficits Acumulados	(2.788.352,37)	(17.678.609,08)
Mudança de Prática e Estimativa Contábil	(6.845.153,22)	(2.987.448,07)
Retificação de Erro	(2.153.735,13)	(1.639.064,41)
Superávit/Déficit do período	11.170.943,40	14.890.256,71
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO SOCIAL	139.366.530,98	134.990.033,84

I – PASSIVO CIRCULANTE: O saldo do grupo do **Passivo Circulante** é de R\$ 35.351.039,53 e apresenta um aumento de 0,40% em 2016 se comparado ao ano de 2015.

O saldo do subgrupo **Empréstimos e Financiamentos de curto prazo** é de R\$ 17.958.857,88, enquanto que em 2015 era de R\$ 19.008.853,16. Esta redução se deve em função da quitação de empréstimo com o Banco Itaú e da modalidade consignados, diminuição do saldo a pagar com o Banco Santander e da modalidade contrato de mútuo. O detalhamento dos **Empréstimos e Financiamentos de curto prazo** é apresentado no quadro 05.

Quadro 05 - Empréstimos e Financiamentos de curto prazo da FIDENE.

Rubricas	dez/16	dez/15
Bancos conta Empréstimos	10.948.129,90	10.450.370,95
Contratos de Mútuo	6.836.110,18	7.478.197,25
Provisão de Encargos Financeiros	174.617,80	307.024,05
Outras Fontes de Financiamento – CDC	0	773.260,91
Total	17.958.857,88	19.008.853,16

O saldo da rubrica Bancos conta Empréstimos de curto prazo passa de R\$ 10.450.370,95 em 2015 para R\$ 10.948.129,90 em 2016.

O saldo da rubrica Contratos de Mútuo de curto prazo em 2016 foi de R\$ 6.836.110,18, enquanto que em 2015 era de R\$ 7.478.197,25.

O saldo das Outras Fontes de Financiamento - CDC - Crédito Direto ao Consumidor se refere aos consignados, que em 2015 era de R\$ 773.260,91 no curto prazo e em 2016 ocorreu a quitação desta modalidade não sendo mais utilizada.

O saldo do subgrupo **Fornecedores de Bens e Serviços** ficou em R\$ 2.079.646,07 e mantém o patamar final do ano de 2015.

O saldo do subgrupo **Obrigações Empregatícias** de curto prazo ficou em R\$ 14.070.998,23. Nele estão registradas as rubricas de Ordenados a Pagar, Contribuições a Recolher, Provisionado a Pagar e Valores Descontados da Folha a repassar a Terceiros. No provisionado está registrada a Provisão de Ações Trabalhistas que em 31 de dezembro de 2016, baseado na opinião dos advogados, foram classificadas com êxito provável o montante de R\$ 376.248,12. Existem ainda ações consideradas como Perda Possível que, na mesma data, totalizavam R\$ 524.750,00.

O saldo das **Outras Obrigações** é de R\$ 1.241.537,35 em 2016 e em 2015 era de R\$ 1.356.187,49. Engloba os saldos da Provisão de Ações Cíveis, dos encargos retidos de pessoa sem vínculo (IR, INSS, PIS), Obrigações fiscais a recolher (ISS, ICMS, IPI), valores a repassar para o Diretório Central de Estudantes da UNIJUÍ, Conselho de Pais da EFA e Grêmio Estudantil da EFA.

No tocante à rubrica Ações Cíveis, em 31 de dezembro de 2016 a FIDENE era reclamada em ações cíveis, cujos valores envolvidos totalizavam R\$ 31.603.742,67, que baseado na opinião dos advogados da instituição, foi classificado com êxito provável o montante de R\$ 1.086.856,68, com êxito possível o montante de R\$ 30.501.446,49 e com êxito remoto o montante de R\$ 15.439,50, sendo constituída provisão para perdas dos valores classificados com êxito provável.

II – PASSIVO NÃO CIRCULANTE: Este grupo, que compreende as obrigações com vencimentos posteriores a dezembro de 2017 apresentou um saldo de R\$ 42.666.648,29 em 2016, que representa uma redução de 2,3 milhões de reais se comparado ao saldo de 2015.

O saldo dos **Empréstimos e Financiamentos** de longo prazo totalizou R\$ 8.966.923,74, sendo 5,8 milhões de reais inferior ao saldo do ano de 2015. Neste subgrupo, tiveram redução no seu saldo as rubricas Bancos conta Empréstimos no montante de 5,5 milhões de reais e Contrato de Mútuo no montante de 324 mil reais.

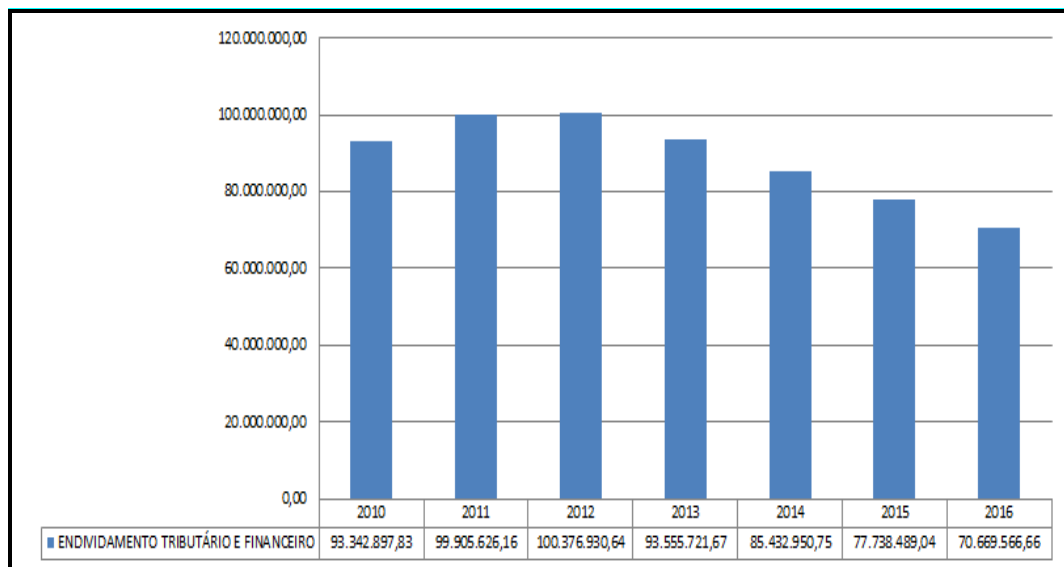
O saldo das **Obrigações Empregatícias** em longo prazo totalizou R\$ 26.351.603,39. É composto por R\$ 10.310.439,95 do parcelamento do FGTS e R\$ 16.041.163,44 do parcelamento do PROIES.

O subgrupo da **Receita Antecipada** engloba os saldos provenientes de convênios com recursos externos e as mensalidades escolares antecipadas e que serão utilizados após 31 de dezembro de 2016 e apresenta um saldo de R\$ 7.435.651,66 em 2016. A rubrica de convênios apresenta o saldo aproximado de 1,2 milhões, as mensalidades escolares 5,9 milhões e outras receitas 300 mil. As mensalidades escolares são antecipações dos cursos de graduação, pós-graduação e educação básica.

O gráfico 01 demonstra que o **endividamento tributário e financeiro** passou de R\$ 77.738.489,04 para R\$ 70.669.566,66 em 2016, ou seja, uma redução de 7 milhões de reais, mantendo a redução evidenciada em 2014 e 2015.

Compõe o endividamento os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, os fornecedores de bens e serviços, as obrigações empregatícias de curto e longo prazo e as outras obrigações.

Gráfico 01 – Evolução do Endividamento Tributário e Financeiro da FIDENE.



O quadro 06 apresenta o detalhamento do endividamento tributário e financeiro nos anos de 2016 e 2015.

Quadro 06 – Endividamento Tributário e Financeiro

	2015	2016	
SISTEMA FINANCEIRO	21.106.174,72	16.183.755,24	
Bergs (2012 e 2016 renegociação)	14.674.885,37	10.852.016,56	set/18
Sieredi (2015, 2016)	2.136.041,41	3.226.222,84	dez/16; mar/17
Santander (2013)	3.383.749,14	2.105.515,84	mar/18
Itaú (2012 e 2013)	911.498,80	-	
SISTEMA BNDES (2014 - geradores)	689.886,02	613.232,06	dez/24
CONSIGNADO	773.260,91	-	
SISTEMA DE MÚTUO (1990)	11.207.997,05	10.128.794,32	
PARCELAMENTO FGTS (2003, 2005, 2007, 2009, 2010, 2011, 2016)	11.563.996,31	11.503.288,67	ago/26
PARCELAMENTO PROIES (2012, 2014 encargo legal)	17.892.989,30	17.084.988,55	set/28
TRABALHISTA	10.794.277,59	11.834.324,40	
Ordenados	3.121.606,43	3.651.635,66	
Encargos Sociais	2.540.678,71	3.028.802,96	
Provisionado (1/3 férias, 13º, enc financ s/ enc sociais, hs positivas, ações trab)	4.285.649,10	4.492.205,69	
Diversos desc. fl'a/mútuo	846.343,35	661.680,09	
FORNECEDORES	2.353.719,65	2.079.646,07	
TRIBUTÁRIO RETIDO, PROVISÃO AÇÃO CIVIL E OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.356.187,49	1.241.537,35	
Encargos retidos de PF s/ vínculo e PJ	39.572,03	70.389,38	
Provisão ação civil (2014 - MPF ref. cobrança indevida de diplomas)	1.007.341,84	1.086.856,68	
Repasses DCE, CP e GECON	309.273,62	84.291,29	
TOTAL ENDIVIDAMENTO	77.738.489,04	70.669.566,66	

Cabe relatar que, em 2016, o saldo da soma das rubricas Bancos conta Empréstimos de curto e de longo prazo somou R\$ 16.796.987,30 e, em 2015, era de R\$ 21.796.060,74, ou seja, uma redução de 5 milhões de reais, decorrente do pagamento dos compromissos com o sistema financeiro e da não captação de recursos novos.

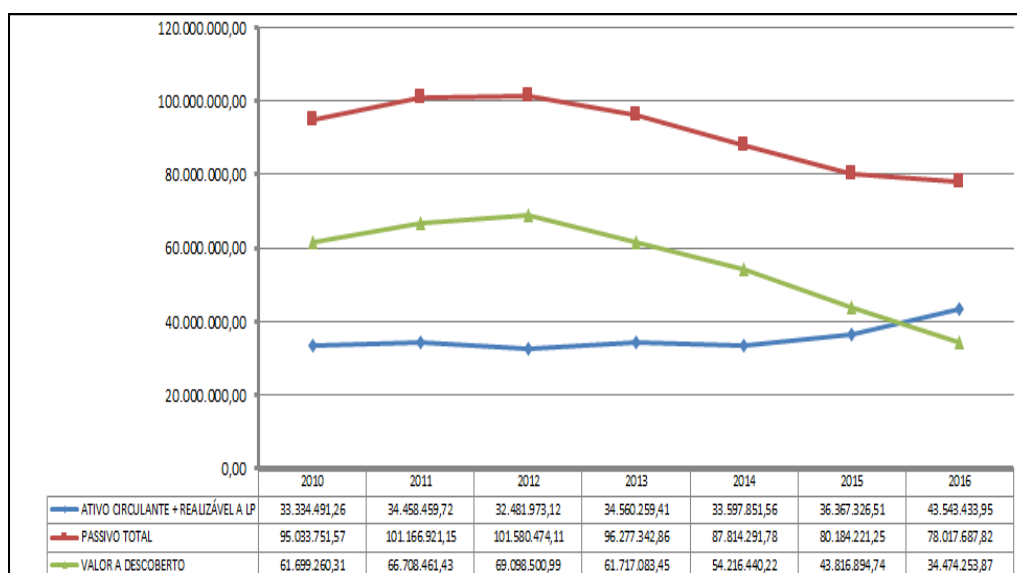
Cabe citar que, em 2016, o saldo da soma das rubricas Contratos de Mútuo de curto e de longo prazo incluída a Provisão Encargos Financeiros ficou em R\$ 10.128.794,32, enquanto que em 2015 era de R\$ 11.207.997,05, ou seja, uma redução de 1 milhão de reais no saldo final.

Com relação aos empréstimos consignados, em 2016 ocorreu a quitação desta modalidade não sendo mais utilizada.

No que concerne ao volume de endividamento total, cabe analisar a diferença entre o total de bens e direitos do Ativo Circulante mais os direitos do Realizável a Longo Prazo contraposto ao total das obrigações de curto e longo prazo (Passivo Circulante e Não Circulante) em que se observa a existência de um valor a descoberto de R\$ 34.474.253,87 no ano de 2016, enquanto que em 2015 este valor era de R\$ 43.816.894,74.

A seguir é apresentado o gráfico com a evolução do valor a descoberto, que demonstra declínio a partir de 2012.

Gráfico 02 – Evolução do Valor a Descoberto



O anexo 3 deste relatório apresenta a evolução dos Ativos Circulantes e Não Circulantes Realizáveis a Longo Prazo, Passivo Circulante e Passivo Não Circulante.

III – PATRIMÔNIO SOCIAL: Em 2015, o saldo do **Patrimônio Social** era de R\$ 54.805.812,59 e em 2016 passou a R\$ 61.348.843,16, apresentando um incremento de 12%, decorrente, principalmente, do **Superávit do Exercício** 2016.

A partir do exercício 2016 foi definida a vida útil dos bens móveis Material Bibliográfico, que está registrada em laudo justificado, sendo lançado neste ano um ajuste de R\$ 3.857.705,15, referente à depreciação do acervo de material bibliográfico, na conta Mudança de Prática e Estimativa Contábil. Nos anos anteriores foram registrados nesta rubrica como ajuste de depreciação dos bens móveis e imóveis o montante de R\$ 2.097.581,89 e como ajuste de perda de clientes o montante de R\$ 889.866,18.

Neste exercício também ocorreu a contabilização na conta Retificação de Erro do montante de R\$ 514.670,72 referente a processo administrativo do Ministério do Trabalho de anos anteriores. No exercício de 2014 foi contabilizado o montante de R\$ 278.701,57 para o mesmo processo e também o montante de R\$ 1.360.362,84 como perda de clientes.

O **anexo 1** deste relatório apresenta o Quadro da Evolução das Aplicações e das Fontes dos Balanços Patrimoniais FIDENE de 2009 a 2016. O **anexo 2** apresenta o Quadro da Evolução dos Ativos, Passivos e Patrimônio Social FIDENE.

1.2. Demonstração Consolidada dos Resultados da FIDENE

As adequações na estrutura das Demonstrações Consolidadas dos Resultados da FIDENE consideram as mudanças na legislação contábil, a inserção e supressão de grupos, necessárias para a comparabilidade e compreensibilidade da informação apresentada nas contas e nos resultados. O quadro apresentado nos anexos 5, 6, 7, 8 e 9, deste documento, já contempla estes ajustes se comparado ao publicado em anos anteriores.

O resumo da execução das receitas, despesas e resultados consolidados da FIDENE nos anos de 2016 e 2015, bem como as análises verticais e horizontais constam no quadro 07.

Quadro 07 - Demonstração dos Superávits da FIDENE.

	OP 2016	EM 31/12/2016	AV %	EM 31/12/2015	AV %
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA	140.323.578,37	137.184.680,59	100,00%	128.734.649,70	100,00%
- Receitas de Ensino	138.710.771,21	135.514.587,54	98,78%	126.228.895,23	98,05%
- (-) Descontos Concedidos	(2.090.602,84)	(2.334.432,93)	-1,70%	(1.823.841,88)	-1,42%
- Receita de Serviços	2.843.410,00	2.969.350,79	2,16%	3.474.833,89	2,70%
- Receita Agropecuária	860.000,00	1.035.175,19	0,75%	854.763,46	0,66%
2. CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(96.414.853,61)	(96.947.024,44)	-70,67%	(85.261.754,47)	-66,23%
- Custos com Ensino e outros serviços	(68.416.509,72)	(68.678.206,68)	-50,06%	(60.529.899,74)	-47,02%
- Custos com Gratuidade no Ensino	(27.519.343,89)	(27.630.572,18)	-20,14%	(24.254.028,09)	-18,84%
Gratuidades a Alunos de Graduação	(25.334.093,23)	(25.391.301,27)	-18,51%	(22.415.080,18)	-17,41%
Gratuidades a Alunos de Pós-Graduação	(1.367.644,33)	(1.404.658,29)	-1,02%	(1.092.110,62)	-0,85%
Gratuidades a Alunos do Ensino Fundamental e Médio	(817.606,33)	(834.612,62)	-0,61%	(746.837,29)	-0,58%
- Custos com Produtos Agropecuários	(479.000,00)	(638.245,58)	-0,47%	(477.826,64)	-0,37%
3. RESULTADO BRUTO	43.908.724,76	40.237.656,15	29,33%	43.472.895,23	33,77%
4. DESPESAS OPERACIONAIS	(38.767.887,34)	(39.076.548,40)	-28,48%	(36.772.890,20)	-28,56%
- Despesas com Pessoal	(25.025.760,76)	(25.179.327,45)	-18,35%	(21.722.323,58)	-16,87%
- Despesas com Ações Trabalhistas	(750.000,00)	(124.775,62)	-0,09%	(1.181.989,30)	-0,92%
- Despesas com Depreciações	(1.294.800,00)	(1.441.958,90)	-1,05%	(1.166.072,53)	-0,91%
- Despesas Financeiras	(9.129.080,00)	(9.595.094,72)	-6,99%	(10.263.602,59)	-7,97%
- Receitas Financeiras	1.300.000,00	2.326.580,67	1,70%	1.712.403,20	1,33%
- Execução de Projetos com Recurso Externo e Contribuições	(3.230.162,20)	(3.012.575,43)	-2,20%	(3.675.999,32)	-2,86%
- Transferências de Bolsas e Auxílio p/ Alunos	(136.084,38)	(133.540,10)	-0,10%	(172.461,60)	-0,13%
- Baixa Contas Receber/Disponibilidades/Títulos Capitalização/Provisão					
Clientes e Ações Cíveis	(500.000,00)	(1.913.609,27)	-1,39%	(301.100,80)	-0,23%
- Outras Despesas Operacionais	(2.000,00)	(2.247,58)	0,00%	(1.743,68)	0,00%
5. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	5.346.846,44	10.069.784,85	7,34%	8.128.991,77	6,31%
- Receitas Imobiliárias	199.500,00	168.172,75	0,12%	194.843,54	0,15%
- Doações de Pessoas	21.000,00	46.475,29	0,03%	49.051,85	0,04%
- Diversas Receitas	351.665,40	5.238.111,48	3,82%	1.088.141,82	0,85%
- Recurso Externo p/ Custeio	4.774.681,04	3.711.183,22	2,71%	4.369.016,36	3,39%
- Recurso Externo p/ Investimento	-	905.842,11	0,66%	2.427.938,20	1,89%
6. RESULTADO OPERACIONAL	10.487.683,86	11.230.892,60	8,19%	14.828.996,80	11,52%
7. GANHOS E PERDAS DE CAPITAL	(50.000,00)	(59.949,20)	-0,04%	61.259,91	0,05%
8. SUPERÁVIT DO PERÍODO	10.437.683,86	11.170.943,40	8,14%	14.890.256,71	11,57%

No ano de 2016, a receita total da FIDENE, considerando a Receita Operacional Bruta e as Outras Receitas Operacionais, atingiu o montante de R\$ 147.254.465,44, o que representou um crescimento de 7,59% comparado ao ano de 2015. Considerando que o INPC acumulado de outubro de 2015 a setembro de 2016 ficou em 9,15%, a receita total não alcançou o INPC. O anexo 6 deste relatório apresenta o quadro da Receita Operacional Bruta - ROB.

O detalhamento da Demonstração do Superávit do Exercício 2016 será aqui apresentado.

I - Receita Operacional Bruta – ROB: constitui-se da Receita de Ensino, Receita de Serviços e Receita Agropecuária deduzidos os Descontos Concedidos. O OPF 2016 projetou a ROB em R\$ 140.323.578,37, contudo executou R\$ 137.184.680,59, sendo R\$ 3.138.897,78 a menor do valor orçado. Em relação a 2015, esta receita teve um incremento de 6,56%.

Neste grupo, as Receitas de Ensino dos cursos de Graduação, de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Pós-Graduação *Lato Sensu*, bem como de Extensão operacionalizados pela Educação Continuada, serão explicitadas no Capítulo III que trata sobre a mantida UNIJUÍ. Ainda, a Receita de Ensino da EFA é apresentada no Capítulo II deste documento.

Da conta **Receitas de Ensino** é deduzida a conta **Descontos Concedidos** que contabilizou R\$ 2.334.432,93 e representa 1,70% da ROB, em 2016. Em relação à receita de graduação, os descontos concedidos em 2016 representaram 1,89%, enquanto que em 2015 representaram 1,57% desta receita. Este aumento no total de descontos concedidos decorre do aumento de alunos que optam pelo pagamento à vista do semestre aproveitando as políticas de desconto da Unijuí, a partir de 2016 também iniciou o Programa Indique e Ganhe, que gera um aumento no volume de descontos concedidos pela Instituição.

A **Receita de Serviços** orçada em R\$ 2.843.410,00 executou R\$ 2.969.350,79. Em comparação à execução de 2015, houve uma redução de 14,55% nesta receita. Esta redução decorre, principalmente, em Assessorias e Serviços Técnicos, Serviços de Comunicação e Editora UNIJUÍ.

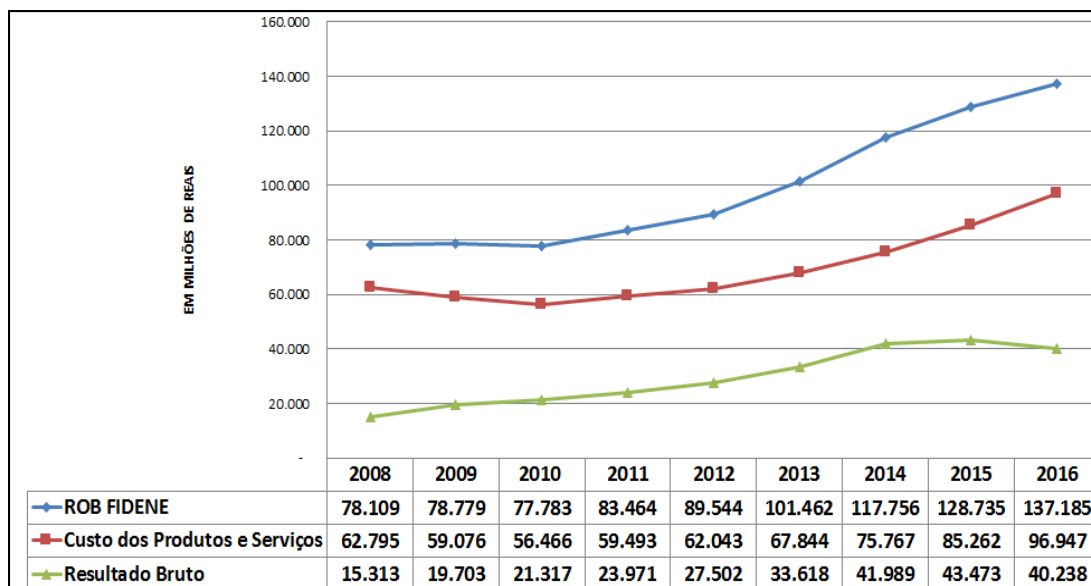
A **Receita Agropecuária** orçada em R\$ 860.000,00 contabilizou R\$ 1.035.175,19 enquanto que em 2015 somou R\$ 854.763,46. Este aumento de 2015 para 2016 decorre principalmente do aumento do preço do produto na atividade leiteira.

II - Custos dos Produtos e Serviços: compreendem os gastos com pessoal docente, material de consumo, serviços de terceiros, benefícios ao pessoal docente e técnico-administrativo, custos com vendas e serviços internos, os custos com gratuidades e com produtos agropecuários. Neste grupo não estão contabilizados os gastos com a folha de pagamento do pessoal técnico-administrativo e de apoio.

Estes custos estavam orçados em R\$ 96.414.853,61 e estão contabilizados em R\$ 96.947.024,44 e representaram 70,67% da ROB. Estes custos representaram 66,23% da ROB em 2015, 64,34% em 2014 e chegaram a absorver 80,39% da ROB em 2008. Cabe apontar que em 2016, a ROB cresceu 6,56%, enquanto que os custos cresceram 13,7% em relação a 2015.

O gráfico 03 apresenta a evolução da Receita Operacional Bruta, dos custos diretos e do Resultado Bruto da FIDENE em valores absolutos.

Gráfico 03 – Evolução da Receita Operacional Bruta, dos Custos Diretos e do Resultado Bruto da FIDENE.



Neste grupo, os **Custos com Ensino e outros Serviços** com a utilização do **Fundo de Despesas** executaram R\$ 68.678.206,68. Na conta dos Custos Gerais, as rubricas de Material de Consumo e Serviços de Terceiros com a utilização do **Fundo de Despesas** executou R\$ 10.923.924,40 e representa 7,96% da ROB. Cabe citar que em 2015, os Custos Gerais representaram 8,18% da ROB.

O orçamento das Despesas com a folha de pagamentos dos docentes com vínculo previa R\$ 48.852.335,30, incluído 700 mil em rescisões e pagamento de outras atividades docentes. Ainda, constava, de modo adicional, no Fundo de Despesa, valores para pagamento das horas docentes nos cursos de pós-graduação *lato sensu* e de extensão.

Em 2016, o custo total com a folha de pagamento dos docentes com vínculo contabilizou R\$ 51.962.998,27, dentre os quais R\$ 48.859.321,22 na folha normal de pagamentos; R\$ 1.042.270,16 em rescisões; R\$ 1.476.618,57 em horas extras e avulsas; e R\$ 584.788,32 referente ao ajuste de um terço de férias.

Comparando o orçado no OP 2016 e o executado da folha normal de pessoal docente observa-se uma execução a mais de R\$ 706.985,92, dos quais R\$ 252.745,29 se referem a diferença no reajuste salarial. O OP 2016 utilizou 10,5% para o reajuste dos salários e o dissídio atingiu 11,08%.

No que diz respeito ao pagamento de horas extras, no 2º/2016 a Vice-Reitoria de Administração implementou medidas de contenção, no sentido de reduzir a geração e o pagamento de horas extras, por meio da janela deslizante que permite a compensação e do planejamento futuro da atribuição de atividade docente, conforme previsto na Resolução da Gestão dos Tempos Docentes.

Os **Custos com Gratuidade** estavam orçados em R\$ 27.519.343,89 e estão contabilizados em R\$ 27.630.572,18. Estes custos representam 20,14% da Receita Operacional Bruta. Cabe relatar que, na UNIJUÍ, a concessão de ProUni contabilizou 18,5 milhões de reais em 2016.

Ainda, no grupo **Custos com Gratuidade**, as bolsas lineares dos cursos de graduação somaram R\$ 5.961.577,65 e equivalem a 4,84% da receita bruta do ensino de graduação. A conta Gratuidade a Alunos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* tem execução de R\$ 1.358.875,64 e está em acordo com o valor orçado.

A conta Gratuidades a alunos da EFA tem execução de R\$ 834.612,62, apontando um incremento na despesa com Gratuidades Lineares concedidas em todos os níveis da educação básica. Este aumento se justifica pelo incremento na Receita de ensino desta mantida.

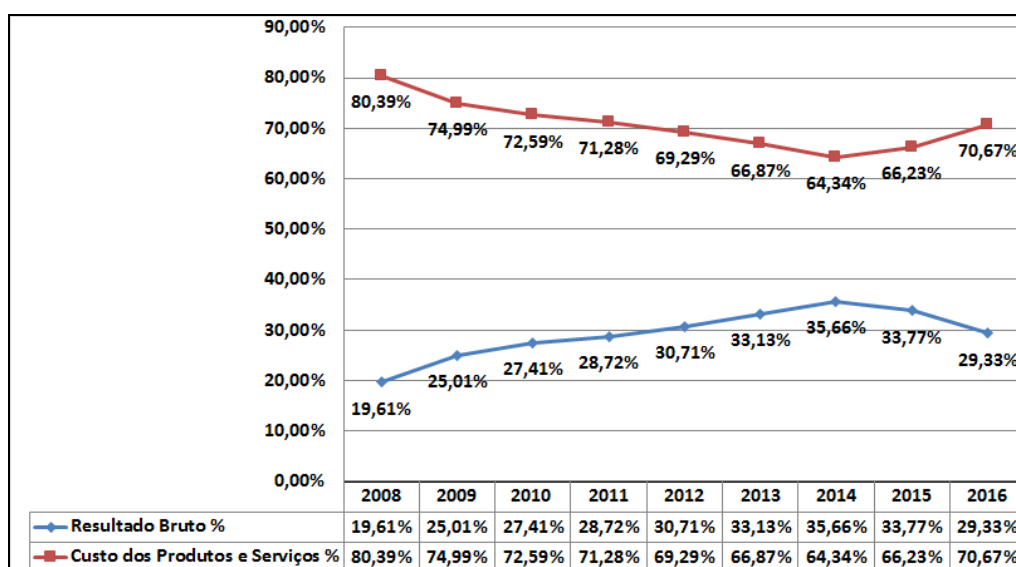
O grupo **Custos com Produtos Agropecuários** se refere exclusivamente aos gastos para compra de insumos e produtos para o IRDeR. O OPF 2016 previa o gasto de R\$ 479.000,00 que representava 55,70% da receita agropecuária. A receita prevista foi superada bem como os gastos necessários para a manutenção das atividades de produção. Desta forma, os custos com produtos agropecuários somaram R\$ 638.245,58 e representaram 61,66% da receita agropecuária que contabilizou R\$ 1.035.175,19.

O anexo 7 apresenta o quadro dos Custos dos Produtos e Serviços.

III - Resultado Bruto: este resultado é apurado a partir da **Receita Operacional Bruta** descontados os **Custos dos Produtos e Serviços**. Em relação a ROB, este resultado declinou em 2016 e ficou em 29,33%; em 2015 representou em 33,77%; e em 2014 representou 35,66%, cabendo apontar que, em 2008, era de 19,61% da ROB.

A evolução do **Resultado Bruto** pode ser melhor visualizada no gráfico 04 que demonstra a evolução dos custos diretos dos produtos e serviços para gerar a receita, bem como do Resultado Bruto da FIDENE em relação à receita bruta gerada.

Gráfico 04 - Evolução do Custo dos Produtos e Serviços e do Resultado Bruto da FIDENE.



IV - Despesas Operacionais: este item compreende os demais custos e despesas operacionais da universidade. Dentre estas despesas, cabe detalhar as despesas com pessoal técnico-administrativo, ações trabalhistas, depreciação, despesas e receitas financeiras, baixas de contas a receber, provisão clientes e ações cíveis, recurso do Fundo de Apoio às Atividades Estudantis – FAAE e execução de projetos com recursos externos. O conjunto destas despesas estava orçado em R\$ 38.767.887,34 e contabilizou R\$ 39.076.548,40. O anexo 8 apresenta o quadro resumo das Despesas Operacionais da FIDENE.

Neste grupo das **Despesas Operacionais**, a conta da **Despesa com Pessoal Técnico-Administrativo** orçada em R\$ 25.025.760,76 apresenta uma execução de R\$ 25.179.327,45, dos quais R\$ 23.534.404,74 se refere à folha normal de pagamentos, R\$ 152.470,74 ao pagamento de horas extras e atividades complementares, R\$ 1.187.922,93 ao pagamento de rescisões e R\$ 304.529,04 referente ao ajuste de um terço de férias.

Em 2016, o percentual do custo de pessoal docente e técnico-administrativo com vínculo (com horas extras, avulsas, *in itinere*, encargos sociais e provisões, excluídas as rescisões e as ações trabalhistas) alcançou 54,61% da ROB da FIDENE. No ano de 2015, este percentual ficou em 50,87% da ROB. Cabe explicitar que em 2016, a ROB cresceu 6,56%, enquanto que estes custos cresceram 13,7% em relação a 2015.

As **Despesas com Ações Trabalhistas** contabilizaram R\$ 124.775,62 em 2016, dos quais, além do valor provisionado de R\$ 39.754,80, foram lançados e pagos mais R\$ 85.020,82 de ações que não estavam classificadas como prováveis ou de processos iniciados e encerrados no exercício 2016.

As **Despesas com Depreciação** compreendem os valores reconhecidos no período com o uso ou desgaste de bens móveis, imóveis e foram orçadas em R\$ 1.294.800,00 e executou R\$ 1.441.958,90, o que consome 1,05% da ROB. Esta depreciação teve por base o imobilizado de R\$ 47.519.490,63.

A conta **Despesa Financeira** estava orçada em R\$ 9.129.080,00, o que representaria 6,51% da ROB. A execução orçamentária totalizou R\$ 9.595.094,72, o que representa 6,99% da ROB, ultrapassando o valor orçado em R\$ 466.014,72. Em relação ao executado em 2015, apresenta uma redução de R\$ 668.507,87. A despesa financeira orçada para 2016, considerou um cenário de cumprimento de obrigações com o sistema financeiro, com os impostos parcelados e mensais, e com fornecedores de mercadorias e prestação de serviços.

Dentre os fatores que influenciaram esta execução, citam-se: a) atraso no recebimento do FIES; b) aumento nas despesas tributárias em aproximadamente R\$ 47.000,00; c) multas e juros pelo atraso no recolhimento dos encargos sociais em aproximadamente R\$ 902.000,00; d) encargos sobre financiamento para investimento em aproximadamente R\$ 97.000,00; e) outros custos financeiros em aproximadamente R\$ 14.000,00.

Nesta rubrica houve execução a menor nos juros sobre empréstimos e contrato de mútuo em aproximadamente R\$ 675.000,00. Cabe apresentar o quadro do detalhamento da despesa financeira da FIDENE.

Quadro 08 - Detalhamento da Despesa Financeira da FIDENE.

PERÍODO	Despesas financeiras com bancos	Despesa financeira com contrato de Mútuo	Despesa Financeira com juros e multas sobre atraso/parcelamentos Encargos Sociais	Despesas Financeiras e outras Taxas e Encargos a Fornecedores	Despesas Tributárias + OCF	Encargos Financeiros sobre Financiamento para Investimento	Despesas Bancárias	TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS FIDENE
2008	8.863.899,22	1.634.192,52	962.353,59	115.583,72	-	511.685,40	427.340,20	12.515.054,65
2009	8.427.006,06	1.485.236,69	1.254.457,73	140.300,39	-	364.683,81	445.806,40	12.117.491,08
2010	8.391.634,35	1.569.085,03	2.513.050,28	425.375,66	358.174,19	287.081,16	664.724,04	14.209.124,71
2011	9.454.036,00	1.636.850,49	3.268.907,84	391.062,38	237.389,85	93.905,42	494.028,85	15.576.180,83
2012	9.838.601,76	1.916.665,93	2.630.386,25	774.297,30	210.734,74	119.302,64	579.324,95	16.069.313,57
2013	8.121.859,96	1.587.172,35	683.022,06	574.610,09	106.143,19	35.088,08	367.343,55	11.475.239,28
2014	7.653.712,67	1.283.675,24	1.350.667,26	500.969,49	86.577,69	25.474,27	346.910,92	11.247.987,54
2015	6.724.103,57	1.246.541,21	1.268.429,05	403.353,56	126.858,06	59.864,56	434.452,58	10.263.602,59
2016	5.374.438,97	1.122.905,41	2.092.883,42	328.265,74	122.290,92	160.163,95	394.146,31	9.595.094,72

Outro elemento de análise é a composição da despesa financeira, que mesmo havendo redução nas despesas financeiras com empréstimos bancários, elas ainda compreenderam 56% do total da despesa financeira. E o custo médio ponderado das operações financeiras em 2016 era de 1,47% e em 2015 de 1,45%.

Ainda, no grupo das **Despesas Operacionais**, é apresentada a conta **Receitas Financeiras** que envolve os rendimentos de aplicações, juros, descontos e atualização de valores a receber. Foram orçadas em R\$ 1.300.000,00 e executadas R\$ 2.326.580,67, justificadas pela melhora nos resultados dos serviços de cobrança.

A conta **Execução de Projetos com Recurso Externo e Contribuições** totalizou R\$ 3.012.575,43 e se refere aos custos de execução de convênios/contratos de projetos com recurso externo como, por exemplo, Unidade de Reabilitação Física, Automação de Subestações, Monitoramento Demei, Negócio a Negócio, Comitê Rio Turvo, Conhecer para Transformar, Diagnóstico Preliminar de Morcegos e seus Abrigos em Áreas Urbanas, Pró-Vôlei, Sebrae Cerne e Extensão Produtiva e Inovação, entre outros; também inclui a devolução de valores a órgãos repassadores de recursos pelo cumprimento parcial de convênios.

A conta **Transferências de Bolsas e Auxílios para Alunos** executou R\$ 133.540,10 e se refere às despesas de custeio do Fundo de Apoio às Atividades Estudantis - FAAE e à utilização de bolsa comprada em exercícios anteriores. Os bens imobilizados adquiridos com os recursos do FAAE são apresentados no quadro de investimentos.

A conta **Baixa Contas a Receber/Disponibilidades/Títulos Capitalização/Provisão Clientes e Ações Cíveis** executou R\$ 1.913.609,27, destes R\$ 1.406.955,40 se referem às baixas de clientes estudantes, de clientes de serviços a receber pela prescrição de prazo de cobrança e material de consumo; R\$ 1.463,17 referente a baixa de disponibilidade; R\$ 425.510,59 ao ajuste da provisão de clientes inadimplentes; e R\$ 79.680,11 ao ajuste da provisão de ações cíveis.

Em 2015 a execução foi de R\$ 301.100,80, destes R\$ 283.457,40 se referem às baixas de clientes estudantes, de clientes de serviços a receber pela prescrição de prazo de cobrança e material de consumo; R\$ 146.335,13 referente a baixa de disponibilidade e perda de investimento; R\$ 83.123,80 ao estorno da provisão de clientes inadimplentes; e R\$ 45.567,93 ao estorno da provisão de ações cíveis

V – Outras Receitas Operacionais: estavam orçadas em R\$ 5.346.846,44 e totalizaram R\$ 10.069.784,85, sendo este incremento proveniente especialmente da conta Diversas Receitas, relacionada ao processo do PIS. Se comparado ao executado em 2015 teve um incremento de 23,87%.

Neste grupo, a conta **Receitas Imobiliárias** se refere à locação dos espaços institucionais e executaram R\$ 168.172,75. A **Receita de Doações de Pessoas** somou R\$ 46.475,29.

A conta **Diversas Receitas** executou R\$ 5.238.111,48 e decorre principalmente do processo promovido pela FIDENE contra a União – Fazenda Nacional, que teve por objeto a Repetição de Indébito Tributário em face do PIS do período de outubro/2005 a outubro/2010 no montante de R\$ 4.371.840,48. Integram ainda estas receitas o recebimento de Multas, Indenizações, Recuperação de Despesas referente à baixa de fornecedores, Diversas Taxas, Taxa Ocupação Casa do Estudante e Outras Receitas como plano odontológico, vacinas, taxas EFA, ajuste valor DCE de 2004 a 2014, transferência de valores da conta receitas a classificar, onde são registrados recebimentos sem identificação de origem, entre outros.

As contas **Recursos Externos para Custeio e Recursos Externos para Custeio e Investimentos** se referem à receita proveniente de serviços e projetos com recursos externos, contribuição dos municípios filiados, doações FAPERGS, CNPq, Associação dos Amigos do Museu, Conselho de Pais EFA e GECOM EFA, entre outros e estavam orçadas em R\$ 4.774.681,04, executando R\$ 4.617.025,33, cabendo destacar neste item o diferimento de receitas a serem executadas no próximo exercício.

O quadro 09 apresenta os projetos com recursos externos, em vigor no ano de 2016, com o respectivo ano inicial, receita faturada, despesa executada, investimentos e resultados até 31/12/2016, bem como a receita antecipada para 2017.

Se comparado à 2015, houve uma redução de R\$ 2.179.929,23 nestas duas contas, principalmente em função de que em 2015 ocorreu a incorporação de bens imobilizados referentes ao convênio com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Prefeitura Municipal de Ijuí.

Quadro 09 - Projetos com Recursos Externos FIDENE até 31/12/2016.

PROJETO ATIVIDADE	ANO DE INÍCIO REPASSE	RECEITA EXTERNA ATÉ 31/12/2016	DESPESA PAGA CONVÊNIO (PESSOAL E CUSTOS GERAIS)	DESPESA PAGA CONTRAPARTIDA	RESULTADO ATÉ 31/12/2016	INVESTIMENTOS ATÉ 31/12/2016	RESULTADO APÓS INVESTIMENTOS ATÉ 31/12/2016	RECEITA ANTECIPADA ATÉ 31/12/2016	Unidade
Apoio Pedagógico as Práticas de Educação Popu	2009	176.143,69	160.884,27	360,77	14.898,65	-	14.898,65	-	Presidência
Cultura Kaingang	2009	47.969,57	46.067,21	397,45	1.504,91	926,31	578,60	-	Presidência
Interação pelo Esporte para Guarita	2010	197.775,54	216.336,11	678,80	(19.239,37)	49,00	(19.288,37)	-	Presidência
Carteira Indígena	2011	252.799,01	217.087,41	0,00	35.711,60	-	35.711,60	193,02	Presidência
Projeto Pró-Volei	2009	1.534.573,31	1.517.857,31	1.300,77	15.415,23	-	15.415,23	-	Presidência
Agenda 21	2014	20.144,00	20.258,39	0,00	(114,39)	-	(114,39)	-	Presidência
Projeto de Extensão Produtiva e Inovação	2014	157.715,00	88.096,96	0,00	69.618,04	-	69.618,04	-	Asc
Redes de Cooperação - Conv. PI 001/2014	2014	302.284,95	307.138,19	1.827,50	(6.680,74)	-	(6.680,74)	-	Asc
UNIR	2011	5.355.020,33	4.475.359,92	75.874,08	1.052.180,36	82.922,90	969.257,46	-	DCVida
Desenvolvimento Novos Produtos Alimentícios	2015	820.442,84	0,00	297.956,04	522.486,80	820.442,84	(297.956,04)	185.900,78	DCVida
Diagnóstico Preliminar de Morcegos e seus Abr	2015	5.274,76	5.274,76	18,00	(18,00)	-	(18,00)	-	DCVida
Agroindustrialização de Hortaliças Orgânicas	2016	497.019,80	0,00	20.351,62	476.668,18	497.019,80	(20.351,62)	6.986,45	DCVida
Automação de Subestações	2013	3.339.725,77	2.797.586,83	3.387,56	538.751,38	337.196,55	201.554,83	-	DCEEng
Lote Pioneiro	2011	1.033.408,69	784.161,63	1.133,60	248.113,46	127.864,07	120.249,39	-	DCEEng
Monitoramento DEMEI	2012	279.646,83	213.410,42	968,90	65.267,51	15.424,93	49.842,58	71.947,52	DCEEng
Proext 2015	2016	115,00	115,00	248,00	(248,00)	-	(248,00)	202.281,89	DCEEng
Projeto Negócio à Negócio	2010	2.576.918,36	2.156.286,50	12.450,98	408.180,88	1.300,00	406.880,88	30.000,00	DACEC
Comitê Bacia Hidrográfica Rio Turvo	2013	311.820,56	299.659,02	20.173,97	(8.012,43)	18.839,00	(26.851,43)	-	Reitoria
Projeto Reviva	2012	16.000,00	9.181,58	0,00	6.818,42	-	6.818,42	-	AGIT
Projeto Socioambiental AMA	2013	79.999,99	45.167,19	1.526,05	33.306,75	35.190,38	(1.883,63)	-	AGIT
Conhecer para Transformar	2015	282.825,16	283.481,06	3.738,00	(4.393,90)	-	(4.393,90)	118.456,23	AGIT
Projeto Extensão Produtiva e Inovação - PEPI	2016	168.733,85	145.950,20	42.520,65	(19.737,00)	-	(19.737,00)	311.953,58	AGIT
Projeto Sebrae Cerne	2016	41.948,87	41.948,87	14.107,68	(14.107,68)	-	(14.107,68)	44.100,61	AGIT
Ações Sustentáveis nas Escolas de Ijuí: O Rádio	2015	5.105,87	641,87	9,00	4.455,00	4.464,00	(9,00)	-	RÁDIO
TOTAL FIDENE		17.503.411,75	13.831.950,70	499.029,42	3.420.825,66	1.941.639,78	1.479.185,88	971.820,08	

VI - Resultado Operacional: refere-se ao resultado operacional antes dos ganhos e perdas de capital. Este resultado ficou superavitário em R\$ 11.230.892,60, enquanto que o OPF 2016 orçou este resultado superavitário em R\$ 10.487.683,86.

VII - Ganhos e Perdas de Capital: é o resultado entre a receita pela venda e a despesa pela baixa por venda, inutilização, não localização e roubo de bens do ativo imobilizado que, em 2016, somou R\$ 59.949,20. Neste exercício efetivou-se a venda de dois veículos, equipamento Raio X e equipamento de comunicação o que gerou um resultado negativo de R\$ 13.050,35 além do que, registrou a perda por inutilização, não localização ou roubo de R\$ 46.898,85.

VIII - Resultado Final: constituiu-se superavitário em R\$ 11.170.943,40, o que representa 8,14% da ROB. O Orçamento Programa 2016 projetava um resultado superavitário em R\$ 10.437.683,86. O anexo 5 deste relatório apresenta o Quadro da Demonstração de Resultados da FIDENE.

Cabe apresentar o indicador financeiro **EBITDA**, que representa a capacidade de geração de caixa da Instituição a partir de suas atividades operacionais, ou seja, é o resultado antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

O cálculo deste indicador toma como base o resultado final do período, acrescenta as despesas de depreciação, o resultado financeiro e o resultado dos ganhos ou perdas de capital do período. É com este recurso que a instituição planeja as despesas de financiamento, de estrutura e de novos investimentos. O anexo 5 apresenta a evolução do EBITDA. O quadro 10 apresenta o resumo do cálculo do EBITDA e relação percentual com a Receita Operacional Bruta, descontadas as gratuidades.

Quadro 10 - EBITDA FIDENE 2008 a 2016.

Evolução do EBITDA FIDENE	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Resultado Final	(11.232.027,17)	(3.498.377,11)	(5.542.190,40)	(4.573.161,71)	(2.117.995,48)	6.628.448,73	11.061.686,73	14.890.256,71	11.170.943,40
Depreciações	(1.490.076,31)	(1.462.662,87)	(1.563.636,46)	(1.252.206,94)	(1.225.779,27)	(1.238.387,33)	(1.006.178,26)	(1.166.072,53)	(1.441.958,90)
Resultado Financeiro	(12.889.089,87)	(8.670.138,04)	(11.758.969,21)	(12.981.143,28)	(13.888.602,52)	(9.736.391,28)	(9.470.367,23)	(8.551.199,39)	(7.268.514,05)
Ganhos e Perdas de Capital	(154.367,08)	(95.714,97)	(212.270,14)	(83.233,39)	(173.254,08)	1.723.023,99	1.054.890,64	61.259,91	(59.949,20)
EBITDA	3.301.506,09	6.730.138,77	7.992.685,41	9.743.421,90	13.169.640,39	15.880.203,35	20.483.341,58	24.546.268,72	19.941.365,55
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	78.108.895,00	78.779.142,24	77.782.639,63	83.463.757,55	89.544.429,40	101.462.224,39	117.756.132,00	128.734.649,70	137.184.680,59
Gratuidades	(17.258.944,12)	(17.305.243,39)	(15.381.813,21)	(18.034.021,18)	(19.042.458,61)	(20.926.304,45)	(22.170.953,45)	(24.254.028,09)	(27.630.572,18)
Receita Líquida	60.849.950,88	61.473.898,85	62.400.826,42	65.429.736,37	70.501.970,79	80.535.919,94	95.585.178,55	104.480.621,61	109.554.108,41
EBITDA Líquido	5,43%	10,95%	12,81%	14,89%	18,68%	19,72%	21,43%	23,49%	18,20%

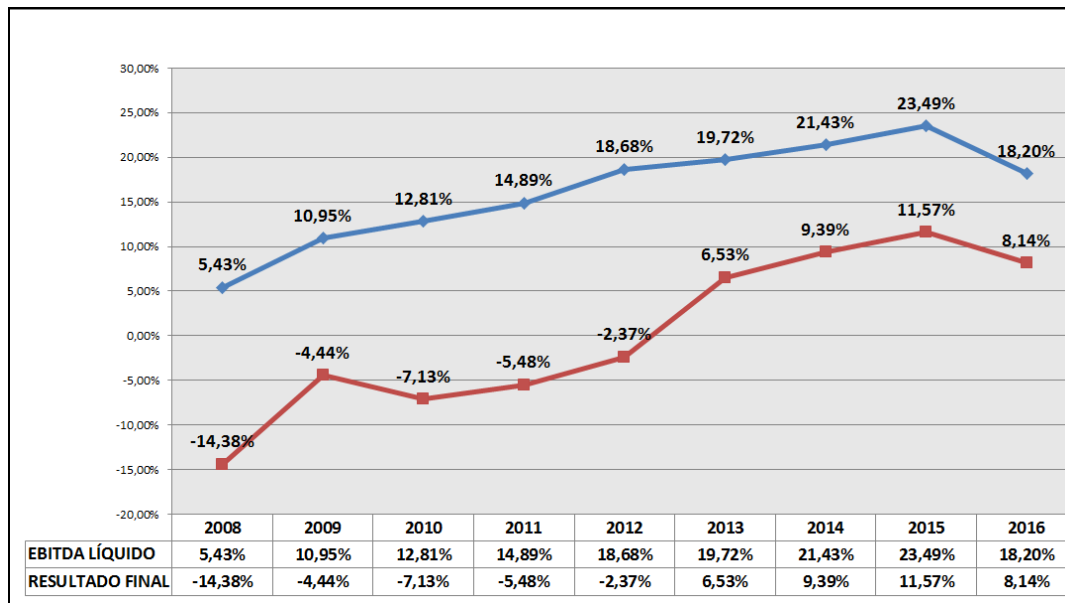
Para analisar o indicador EBITDA, deve-se partir do resultado final que em 2016 foi de R\$11.170.943,40, sendo 3,7 milhões de reais a menor que 2015. Acrescenta-se a depreciação que em 2016 foi maior que 2015 em R\$ 275.886,37. Em seguida acrescenta-se o resultado financeiro, calculado a partir da diferença entre as despesas financeiras que reduziram em relação ao ano anterior e as receitas financeiras que aumentaram, executando R\$ 1.282.685,34 a menor que em 2015 e por último os ganhos ou perdas de capital.

A partir deste cálculo, verifica-se que o EBITDA de 2016 é de R\$ 19.941.365,55, ou seja, é o valor que a instituição gerou de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos das despesas financeiras, receitas financeiras, depreciações e perdas de capital. Em relação a 2015, o EBITDA executou 4,6 milhões de reais a menos.

A variação do EBITDA do ano de 2015 para 2016 mostra que a instituição foi menos eficiente no uso dos recursos necessários para gerar receitas e reduziu sua produtividade, pois em 2015 este indicador representava 23,49% da Receita Operacional Bruta descontadas as Gratuidades e em 2016 o indicador é de 18,20%.

A evolução do Resultado Final e do EBITDA líquido é apresentado no gráfico 05.

Gráfico 05 - Evolução do Resultado e EBITDA Líquido.



O quadro 11 apresenta a demonstração dos resultados da FIDENE e suas Mantidas no ano de 2016.

Quadro 11 - Demonstração do Superávit da FIDENE e suas Mantidas.

DRE FIDENE	Orçamento 2016 - Consolidado	FIDENE - executado 2016	UNIJUI	EFA	MUSEU	RADIO	MANTENEDORA
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA	141.424.674,02	137.184.680,59	133.759.436,71	2.896.835,51	2.611,77	121.939,60	403.857,00
2. CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(95.508.403,63)	(96.947.024,44)	(94.141.469,08)	(2.441.853,24)	48.794,71	73.656,72	(486.153,55)
3. RESULTADO BRUTO	45.916.270,39	40.237.656,15	39.617.967,63	454.982,27	51.406,48	195.596,32	(82.296,55)
4. DESPESAS OPERACIONAIS	(38.477.580,08)	(39.076.548,40)	(37.187.382,53)	(284.662,16)	(494.555,20)	(431.293,83)	(678.654,68)
5. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	5.082.925,43	10.069.784,85	9.373.595,84	137.401,92	229.679,41	641,87	328.465,81
6. RESULTADO OPERACIONAL	12.521.615,74	11.230.892,60	11.804.180,94	307.722,03	(213.469,31)	(235.055,64)	(432.485,42)
7. GANHOS E PERDAS DE CAPITAL	(50.000,00)	(59.949,20)	(59.949,20)	-	-	-	-
8. SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	12.471.615,74	11.170.943,40	11.744.231,74	307.722,03	(213.469,31)	(235.055,64)	(432.485,42)

O ANEXO I (anexos 1 a 10) compõe os anexos da FIDENE com a evolução financeira histórica.

1.3. Mantenedora FIDENE

A Demonstração do Déficit da Mantenedora - FIDENE retrata o Orçamento Programa para 2016 e a composição dos resultados a partir da especificação das receitas e despesas no período 2016 e 2015.

Quadro 12 - Demonstração dos Déficits da Mantenedora.

	ORÇADO 2016	EXECUTADO ATÉ DEZ 16	EXECUTADO ATÉ DEZ 15
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA	236.000,00	403.857,00	481.163,49
- (-) Descontos Concedidos			
- Receita de Serviços	236.000,00	403.857,00	481.163,49
2. CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(361.709,30)	(486.153,55)	(573.803,93)
- Custos com Ensino e outros serviços	(361.709,30)	(486.153,55)	(573.803,93)
- Custos com Gratuidade			
3. RESULTADO BRUTO	(125.709,30)	(82.296,55)	(92.640,44)
4. DESPESAS OPERACIONAIS	(362.134,05)	(678.654,68)	(882.722,88)
- Despesas com Pessoal	(361.134,05)	(474.224,52)	(385.991,56)
- Despesas com Depreciações	-	-	-
- Despesas Financeiras - Despesa Executada	-	(779,06)	(888,05)
- Receitas Financeiras - Receita Realizada	-	-	-
- Execução de Projetos com Recurso Externo e Contribuições	(1.000,00)	(200.586,10)	(488.766,07)
- Transferências de Bolsas e Auxílio para Alunos	-	-	-
- Baixa de Contas a Receber/Reversão de Receita		(3.065,00)	(7.077,20)
5. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	77.256,00	328.465,81	567.951,64
- Diversas Receitas	-	-	-
- Recursos Externos para Custeio	77.256,00	328.165,81	567.951,64
- Recursos Externos para Investimento	-	300,00	-
6. RESULTADO OPERACIONAL	(410.587,35)	(432.485,42)	(407.411,68)
8. DÉFICIT DO PERÍODO	(410.587,35)	(432.485,42)	(407.411,68)

As Receitas da Mantenedora contabilizaram os recursos recebidos das atividades da Assessoria e Serviços Comunitários – ASC e do projeto Pró-Vôlei. As despesas da Mantenedora englobam os gastos para execução deste projeto, das atividades da ASC, com o Arquivo da FIDENE, os serviços de Auditoria Interna e Externa, COREDE Noroeste Colonial e Fronteira Noroeste. Ainda, as despesas compreendem os gastos com Custos Gerais da Presidência e Direção Executiva da FIDENE, bem como as Mensalidades a Entidades.

Para analisar as **Receitas** da Mantenedora, faz-se necessário envolver a conta Receita de Serviços no valor de R\$ 403.857,00 e Outras Receitas Operacionais no valor de R\$ 328.465,81. A soma destas receitas em 2016 ficou em R\$ 732.322,81 e aponta uma diminuição de 30,20% se comparada ao ano 2015, justificada pela execução a menor nas atividades da ASC e dos projetos com recurso externo.

As **Despesas** totais têm execução a menor em 20,03% se comparadas ao ano de 2015. E englobam os Custos com Serviços no valor de R\$ 486.153,55 e as Despesas Operacionais no valor de R\$ 678.654,68. Esta execução a menor ocorreu nos Serviços de Terceiros, Material de Consumo e Execução de Projetos com Recurso Externo.

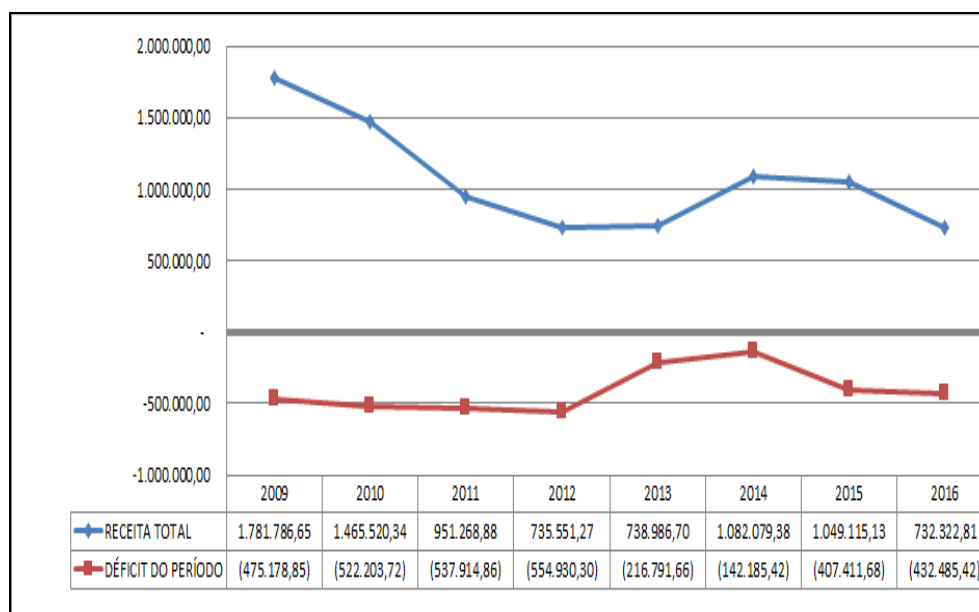
A análise dos programas de trabalho permite relatar os seguintes resultados em 2016:

- a) Os projetos com recursos externos apresentam resultado negativo de R\$ 220,77;
- b) A ASC apresenta resultado negativo de R\$ 44.330,77 em função do nível de operação ter ficado abaixo da estrutura montada;
- c) A despesa gerada pelos COREDEs é de R\$ 73.375,56;
- d) A despesa com o Arquivo da FIDENE é de R\$ 37.000,00;
- e) A despesa com as Mensalidades a Entidades é de R\$ 41.681,00;
- f) A despesa com as Auditorias Interna e Externa é R\$ 171.416,15;
- g) As demais despesas se referem a gastos da Presidência e da Direção Executiva da FIDENE no valor de R\$ 64.461,17.

Se comparada ao OP 2016, a receita executou R\$ 419.066,81 a maior do orçado. A despesa executada foi R\$ 440.964,88 superior a orçada. O OP 2016 projetou um déficit de R\$ 410.587,35 e a execução apresentou um Resultado Deficitário de R\$ 432.485,42. O déficit a maior decorre principalmente pela execução a maior da despesa da ASC.

O gráfico 06 apresenta a evolução das Receitas e do Resultado Final da Mantenedora FIDENE.

Gráfico 06 - Evolução das Receitas e do Resultado Final da Mantenedora FIDENE.



CAPÍTULO II – MANTIDAS EFA, MADP E RÁDIO UNIJUÍ FM

Na sequência é apresentado o Capítulo II, que trata dos Demonstrativos de Resultado das mantidas Centro de Educação Básica Francisco de Assis – EFA, Museu Antropológico Diretor Pestana – MADP e Rádio UNIJUÍ FM.

2.1. Demonstração do Superávit do Centro de Educação Básica Francisco de Assis - EFA

O quadro 13 apresenta a **Demonstração do Superávit da EFA** que retrata o Orçamento Programa da EFA para 2016, a composição dos resultados a partir da especificação das receitas e despesas, bem como a análise vertical.

Quadro 13 - Demonstração do Superávit da EFA.

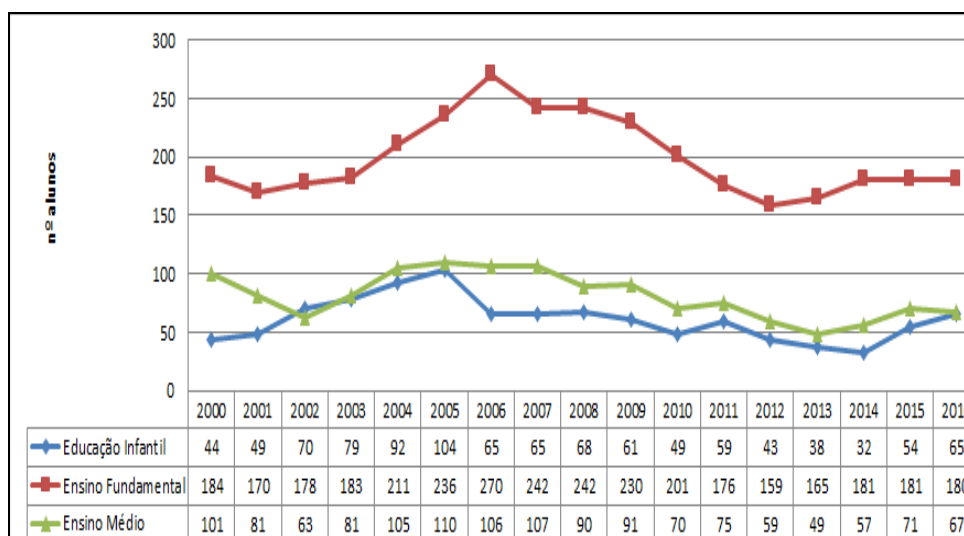
	ORÇADO 2016	EXECUTADO 2016	AV %	EXECUTADO 2015	AV %
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.843.037,90	2.896.835,51	100,00%	2.537.957,48	100,00%
- Receitas de Ensino	2.823.387,90	2.876.286,51	99,29%	2.521.338,98	99,35%
- (-) Descontos Concedidos	-	-	0,00%	-	0,00%
- Receita de Serviços	19.650,00	20.549,00	0,71%	16.618,50	0,65%
2. CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(2.299.517,08)	(2.441.853,24)	-84,29%	(2.083.896,25)	-82,11%
- Custos com Ensino e outros serviços	(1.481.910,75)	(1.607.240,62)	-55,48%	(1.337.058,96)	-52,68%
- Custos com Gratuidade	(817.606,33)	(834.612,62)	-28,81%	(746.837,29)	-29,43%
3. RESULTADO BRUTO	543.520,82	454.982,27	15,71%	454.061,23	17,89%
4. DESPESAS OPERACIONAIS	(288.224,83)	(284.662,16)	-9,83%	(245.588,20)	-9,68%
- Despesas com Pessoal	(270.224,83)	(269.171,07)	-9,29%	(225.245,14)	-8,88%
- Despesas com Depreciações	(18.000,00)	(15.111,09)	-0,52%	(17.411,00)	-0,69%
- Receitas Financeiras	-	-	0,00%	-	0,00%
- Baixa de Contas a Receber	-	(380,00)	-0,01%	(2.932,06)	-0,12%
5. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	86.823,00	137.401,92	4,74%	63.079,46	2,49%
- Doações de Pessoas	-	-	0,00%	-	0,00%
- Diversas Receitas	86.823,00	86.186,03	2,98%	59.741,40	2,35%
- Recursos Externos para Custeio	-	17.667,89	0,61%	58,24	0,00%
- Recursos Externos para Investimento	-	33.548,00	1,16%	3.279,82	0,13%
6. RESULTADO OPERACIONAL	342.118,99	307.722,03	10,62%	271.552,49	10,70%
7. GANHOS E PERDAS DE CAPITAL		-	0,00%	(34,24)	0,00%
8. RESULTADO DO PERÍODO	342.118,99	307.722,03	10,62%	271.518,25	10,70%

A **Receita Operacional Bruta** da EFA para 2016, projetada em R\$ 2.843.037,90 executou R\$ 2.896.835,51. Se comparado ao executado em 2015 que foi de R\$ 2.537.957,48, tem-se um incremento de R\$ 358.878,03.

Neste grupo, a Receita de Ensino orçada em R\$ 2.823.387,90 executou R\$ 2.876.286,51 e a Receita de Serviços orçada em R\$ 19.650,00 executou R\$ 20.549,00. O incremento na receita de ensino ocorreu pelo aumento do número de alunos na educação básica que projetava 305 matrículas e efetivou 312. A receita de serviços é gerada pela oferta de projetos especiais como programa judô, futsal, dança, música e ginástica.

O gráfico 07 apresenta a evolução do número de alunos na Educação Básica na EFA.

Gráfico 07 – Evolução da matrícula na Educação Básica na EFA.



Os **Custos dos Produtos e Serviços** orçados em R\$ 2.299.517,08 tiveram a execução de R\$ 2.441.853,24. Neste grupo, a execução a maior de R\$ 142.336,16 ocorreu nos Custos com Pessoal Docente em função de contratações para a Educação Infantil e Técnico em Enfermagem, ajuste do valor de 1/3 de férias, Remuneração de Serviço sem Vínculo, Custos Gerais (material de consumo e energia) e nas Gratuidades.

A Receita Operacional Bruta descontada os Custos dos Produtos e Serviços gera o Resultado Bruto que em 2016 foi de R\$ 454.982,27, representando 15,71% da ROB. Em 2015, este resultado representava 17,89% da ROB e em 2014 era de 12,83% da ROB.

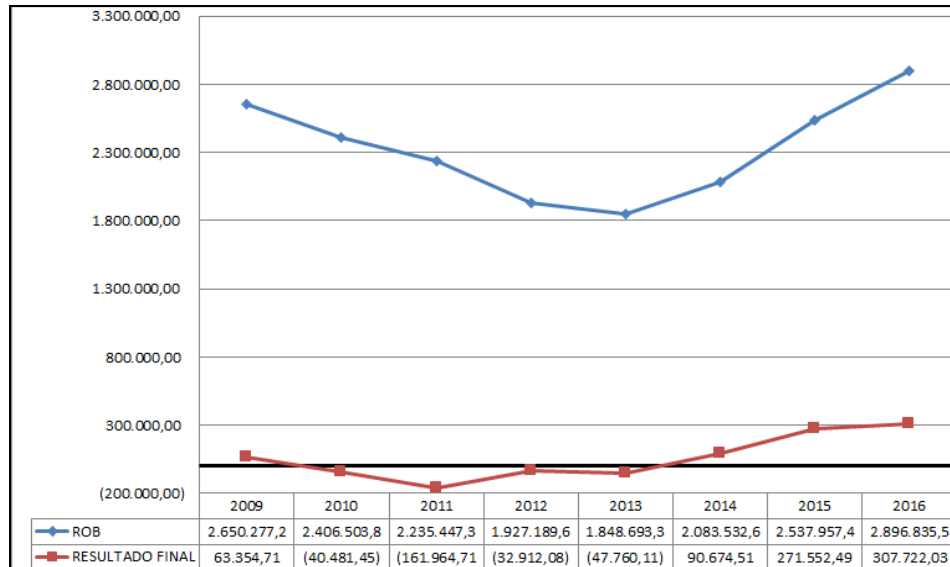
As Despesas Operacionais representam 9,83% da receita gerada, enquanto que em 2015 representaram 9,68%.

O grupo das Outras Receitas Operacionais orçado em R\$ 86.823,00 executou R\$ 137.401,92. Neste grupo são contabilizadas as receitas que não se enquadram como receita de ensino e serviços. Também são registradas as doações recebidas do Conselho de Pais e do Grêmio Estudantil Chico Mendes que representaram R\$ 51.215,89.

O OP da EFA para 2016 projetou um **Resultado Superavitário** de R\$ 342.118,99 e a execução apresenta um Superávit de R\$ 307.722,03 que representa 10,62% da ROB. Cabe destacar que o resultado orçamentário previsto não foi atingido em função da execução a maior nos custos. No que se refere à evolução do resultado final, cabe citar que a EFA tem apresentado resultado positivo nos três últimos exercícios, sendo que em 2015 este resultado totalizou um superávit de R\$ 271.518,25 e em 2014 um superávit de R\$ 90.674,51.

O gráfico 08 apresenta a evolução da Receita Operacional Bruta e do Resultado Final da EFA.

Gráfico 08 - Evolução da Receita Operacional Bruta e do Resultado Final da EFA.



Em 2016 foram realizados Investimentos/Melhorias nos espaços utilizados pela EFA que totalizaram aproximadamente R\$ 51.100,00 sendo os principais: reforma dos sanitários, readequações elétricas, pintura do corredor e salas de aula do 3º pavimento; reforma do laboratório de química; reforma no auditório; transferência da sala de convivência do Grêmio Estudantil; colocação de corrimão e guarda-corpo nas escadarias entre Sede e Museu; substituição da tela de cercamento, repintura das escadarias e rampas em torno da quadra aberta; instalação de luminárias de LED no acesso ao prédio da Sede e no estacionamento; construção de lixeiras de transbordo para o plano de gerenciamento de resíduos. Também foram adquiridos, com recursos provenientes das contribuições de alunos, gerenciados pelo Conselho de Pais, o montante de R\$ 11.484,00 em climatizadores, caixa de som, micro system, microfone e frigobar. Dos recursos gerenciados pelo GECOM, foi investido o montante de R\$ 20.955,00 em mobiliário e piso vinílico para a sala de convivência, restauração de cadeiras do auditório e aquisição de livros.

2.2. Demonstração dos Déficits do Museu Antropológico Diretor Pestana – MADP

O quadro 14 apresenta a **Demonstração dos Déficits do MADP** que retrata o Orçamento Programa do MADP para 2016 e a composição dos resultados a partir da especificação das receitas e despesas.

Quadro 14 - Demonstração dos Déficits do MADP.

	ORÇADO 2016	EXECUTADO ATÉ DEZ 16	EXECUTADO 2015
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA	-	2.611,77	-
- Receita de Serviços	-	2.611,77	-
2. CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	62.110,24	48.794,71	23.765,35
- Custos com Ensino e outros serviços	62.110,24	48.794,71	23.765,35
3. RESULTADO BRUTO	62.110,24	51.406,48	23.765,35
4. DESPESAS OPERACIONAIS	(486.301,07)	(494.555,20)	(413.187,21)
- Despesas com Pessoal	(461.921,07)	(469.592,88)	(392.278,82)
- Despesas com Depreciações	(21.600,00)	(21.908,99)	(18.554,81)
- Despesas Financeiras	(780,00)	(805,75)	(609,90)
- Outras Despesas Operacionais	(2.000,00)	(2.247,58)	(1.743,68)
5. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	124.200,00	229.679,41	307.520,87
- Doações de Pessoas	21.000,00	20.962,00	20.241,00
- Diversas Receitas	13.200,00	17.520,64	16.194,10
- Recursos Externos para Custeio	90.000,00	181.339,77	90.845,57
- Recursos Externos para Investimento	-	9.857,00	180.240,20
6. RESULTADO OPERACIONAL	(299.990,83)	(213.469,31)	(81.900,99)
8. DÉFICIT DO PERÍODO	(299.990,83)	(213.469,31)	(81.900,99)

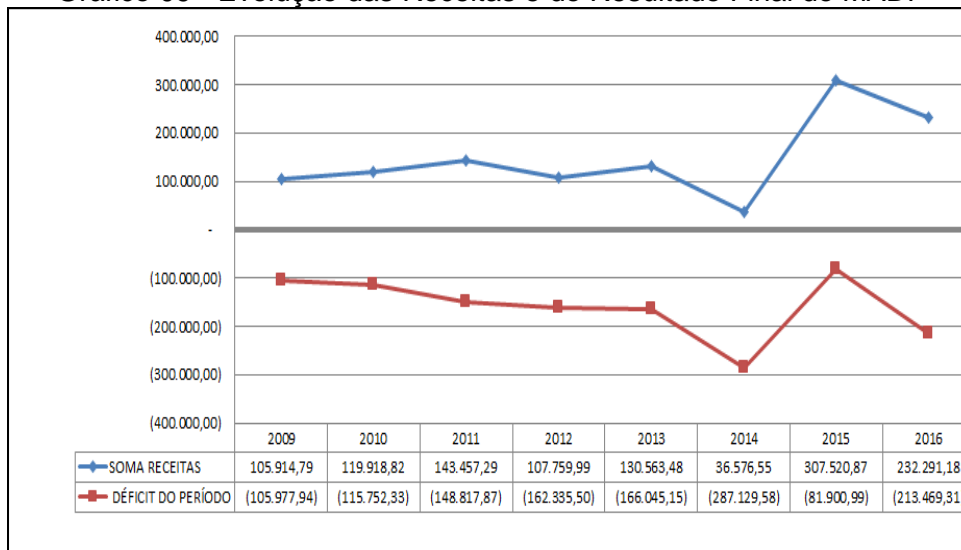
A Receita da mantida Museu é formada pelo grupo das **Outras Receitas Operacionais** que totalizou R\$ 229.679,41. Estas receitas em 2016 apontam uma redução na execução se comparada ao ano de 2015. Cabe destacar que em 2015 ocorreu a incorporação de imobilizado doado pela Associação dos Amigos do Museu. Em relação ao total da receita orçada, a execução a maior é decorrente da regularização do repasse do Município de Ijuí referente ao ano de 2015 e pela incorporação de imobilizado doado pela Associação dos Amigos do Museu.

Para analisar a **Despesa** faz-se necessário descontar do grupo das Despesas Operacionais contabilizadas em R\$ 494.555,20, o valor do grupo Custos com Produtos e Serviços de R\$ 48.794,71. Em 2016, o total da Despesa somou R\$ 445.760,49, enquanto que em 2015 era R\$ 389.421,86, representando um crescimento de 14,46%. Neste grupo, a principal rubrica é a Despesa de Pessoal que teve um incremento de 19,70% em relação ao executado em 2015. Em 2016, esta rubrica estava orçada em R\$ 461.921,07 e executou R\$ 469.592,88.

O OP do MADP para 2016 projetou um **Resultado Deficitário** de R\$ 299.990,83 e a execução apresenta um Déficit de R\$ 213.469,31. No que se refere à evolução do resultado final, cabe citar que em 2015 este resultado totalizou um déficit de R\$ 81.900,99 e em 2014 R\$ 287.129,58. Salientamos que o déficit de 2016 foi menor que o projetado em função da doação de imobilizado e da regularização do repasse do Município de Ijuí.

O gráfico 09 apresenta a evolução das Receitas e do Resultado Final do MADP.

Gráfico 09 - Evolução das Receitas e do Resultado Final do MADP



Em 2016 foram realizados investimentos que totalizaram R\$ 2.965,00, sendo: R\$ 685,00 para aquisição de um negatoscópio e R\$ 2.280,00 para elaboração de parte do projeto arquitetônico.

2.3. Demonstração dos Déficits da Rádio Educativa UNIJUÍ FM

A Demonstração do Déficit da Rádio retrata o Orçamento Programa da Rádio para 2016 e a composição dos resultados a partir da especificação das receitas e despesas.

Quadro 15 - Demonstração dos Déficits da Rádio UNIJUÍ FM.

	ORÇADO 2016	EXECUTADO ATÉ DEZ 16	EXECUTADO ATÉ DEZ 15
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA	180.000,00	121.939,60	173.642,20
- Receita de Serviços	180.000,00	121.939,60	173.642,20
2. CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	63.702,24	73.656,72	22.002,04
- Custos com Ensino e outros serviços	63.702,24	73.656,72	22.002,04
3. RESULTADO BRUTO	243.702,24	195.596,32	195.644,24
4. DESPESAS OPERACIONAIS	(443.226,63)	(431.293,83)	(379.151,08)
- Despesas com Pessoal	(434.226,63)	(415.618,87)	(365.724,85)
- Despesas com Depreciações	(7.200,00)	(7.125,96)	(7.847,77)
- Despesas Financeiras	(1.800,00)	(982,18)	(1.871,05)
- Receitas Financeiras	-	7,72	31,19
- Execução de Projetos com Recurso Externo e Contribuições	-	(641,87)	-
- Baixa de Contas a Receber	-	(6.932,67)	(3.738,60)
5. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-	641,87	4.464,00
- Recursos Externos para Custeio	-	641,87	-
- Recursos Externos para Investimento	-	-	4.464,00
6. RESULTADO OPERACIONAL	(199.524,39)	(235.055,64)	(179.042,84)
8. DÉFICIT DO PERÍODO	(199.524,39)	(235.055,64)	(179.042,84)

A análise da Receita da Rádio compreende a **Receita de Serviços** orçada em R\$ 180.000,00 com execução de R\$ 121.939,60. Se comparada ao ano 2015, observa-se uma redução na Receita Total da Rádio de 29,77%. Em relação ao total da receita orçada a execução ficou 32,25% a menor. Em 2016 ocorreu a devolução do valor não executado do Projeto Ações Sustentáveis nas Escolas de Ijuí: O Rádio como Ferramenta de Educação no montante de R\$ 641,87.

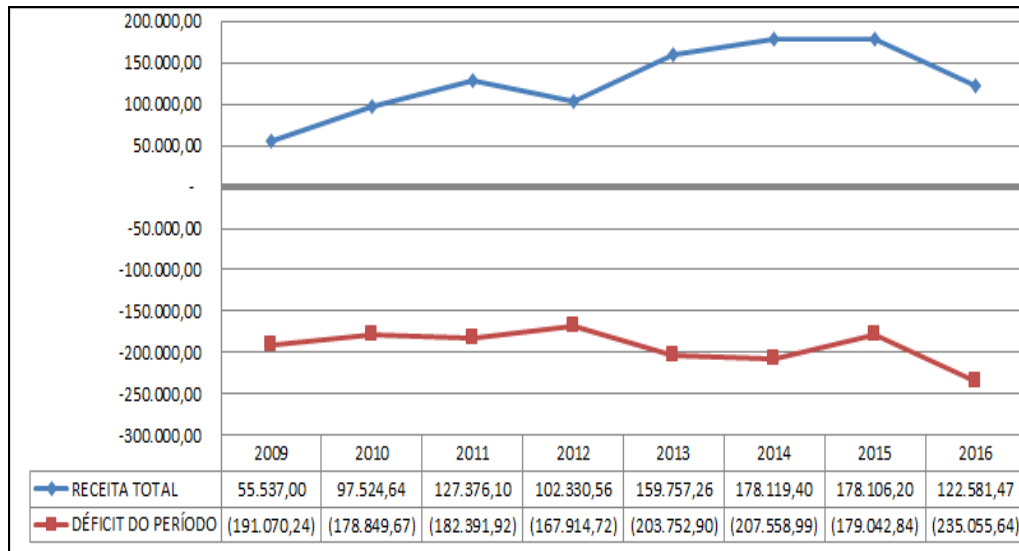
Cabe destacar que a Rádio desenvolveu um projeto com recursos de apoiadores culturais, o Projeto na Trilha dos Festivais que somou R\$ 20.275,00 de receita e R\$ 9.283,90 de despesa gerando um resultado de R\$ 10.991,10. Estas ações ampliaram a sua meta de receita para R\$ 200.275,00 e considerando que a execução da despesa relacionada a esses projetos foi menor, o resultado destes contribuiu na melhora do resultado final da Rádio.

A **Despesa Total** executou R\$ 357.637,11 em 2016 enquanto que em 2015 era de R\$ 357.149,04. Neste grupo, a principal rubrica é a Despesa de Pessoal que teve um incremento de 13,64% em relação ao ano de 2015 justificada pela incorporação dos funcionários horistas ao novo plano de carreira que passou a ter uma única tabela salarial. Esta rubrica estava orçada em R\$ 434.226,63 e executou R\$ 415.618,87, a execução a menor é justificada pela não reposição de duas vagas rescindidas. A diminuição na execução nos Custos de Serviços, se comparada a 2015, é justificado pelo aumento das transferências repassadas a Unidades internas da instituição.

O OP da Rádio para 2016 projetou um Resultado Deficitário de R\$ 199.524,39 e a execução apresenta um Déficit de R\$ 235.055,64. No que se refere à evolução do resultado final, cabe citar que em 2015 este resultado totalizou um déficit de R\$ 179.042,84 e em 2014 de R\$ 207.558,99. Salientamos que o déficit de 2016 foi maior que o projetado em função da não efetivação da meta de receita.

O gráfico 10 apresenta a evolução das Receitas e do Resultado Final da Rádio Educativa UNIJUÍ FM.

Gráfico 10 - Evolução das Receitas e do Resultado Final da Rádio Educativa UNIJUÍ FM



CAPÍTULO III – UNIJUÍ

CONSU – CONSELHO UNIVERSITÁRIO

PROCESSO CONSU Nº 13/2017– RELATÓRIO DE ATIVIDADES E BALANÇO ANUAL UNIJUÍ 2016

PARECER Nº 05/2017

APROVADO EM 06/04/2017.

I – RELATÓRIO

1. Histórico

A Reitora da UNIJUÍ, professora *Cátia Maria Nehring*, protocolou junto ao Conselho Universitário, em 16 de março de 2017, por meio do ofício GRI nº 01/2017, o processo relativo ao Relatório de Atividades e Balanço Anual UNIJUÍ 2016. A proposta apresentada foi protocolada na Secretaria dos Conselhos, constituindo o Processo CONSU nº 13/2017 e encaminhado às Câmaras de Graduação, de Administração e de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão para análise e parecer.

A professora *Cristina Eliza Pozzobon*, Presidente da Câmara de Graduação, nomeou o Conselheiro *Alessandro Hermann* para relatoria do processo. A Câmara de Graduação reunida no dia 30 de março emitiu seu parecer.

O professor *Dieter Rugard Siedenberg*, Presidente da Câmara de Administração, nomeou para a relatoria do Volume II (Demonstrativos de Resultado) os conselheiros *Maurício de Campos* e *João Lucas Pereira dos Santos*. A Câmara de Administração esteve reunida no dia 04 de abril de 2017 e emitiu seu parecer.

O professor *Fernando Jaime González*, Presidente da Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão reuniu a Câmara em 30 de março para analisar o processo e emitir seu parecer.

O Conselho Universitário, reunido no dia 06 de abril de 2017, analisou o processo e deliberou sobre o tema.

II – ANÁLISE

2.1. Análise da Câmara de Graduação

A análise procedida pelo Conselheiro Relator da Câmara de Graduação refere-se ao registro e síntese das principais “*Ações de qualificação dos Programas de Graduação*” desenvolvidas pela Vice-Reitoria de Graduação – VRG, de acordo com o item B do “**Relatório de Atividades e Balanço Anual UNIJUÍ 2016**”.

Nas ações da graduação, foram consideradas, para o ano de 2016, dez (10) diretrizes norteadoras, quais sejam:

1. Programa de Formação Continuada de Docentes

As ações do Programa de Formação Continuada têm viabilizado a reflexão individual e coletiva do papel do professor sobre o seu fazer no ensino superior, compreendendo as mudanças de paradigma, buscando a construção de uma nova cultura nos processos de ensinar e aprender, visando a excelência acadêmica, mas, substancialmente, colaborar para a construção de uma sociedade em que prevaleçam os valores humanos e sociais.

Os eventos do Programa buscaram trazer abordagens inovadoras, com a explícita e permanente intencionalidade de provocar o debate, para que o coletivo de professores se implicasse na discussão, analisando a sua ação docente, de pesquisa, de extensão e de gestão, buscando retomá-la na perspectiva da necessária ressignificação e da excelência acadêmica. Ao mesmo tempo, o Programa buscou prestigiar os estudos e experiências dos professores da Unijuí.

Em 2016 foram realizados três (03) eventos de formação geral para todos os docentes, dois (02) eventos para a formação de gestores da graduação, quatro (04) eventos envolvendo a formação de professores iniciantes, bem como os eventos de formação específica a partir dos departamentos.

2. Programa de Avaliação da Ação Docente

O Programa de Avaliação da ação Docente da Unijuí, coordenado pela VRG em conjunto com a CPA, considera o SINAES, e se constitui em estratégia para alcançar a excelência nos processos de ensino e aprendizagem em todos os programas acadêmicos da Instituição, sendo organizado anualmente por meio de três subprogramas: avaliação pelos discentes; autoavaliação docente; e avaliação pelos pares. A análise institucional mostra que dos 386 professores aptos a participar da autoavaliação em 2015, 350 participaram, obtendo uma adesão expressiva de 93% nesta etapa do Programa de Avaliação Docente.

Em relação ao subprograma Avaliação pelos Discentes, a Vice-Reitoria de Graduação contou com a colaboração das Coordenações de Curso e dos professores na divulgação e incentivo à participação na pesquisa, com o intuito de atingir a meta prevista no PDI, que é de 70% dos estudantes.

Segue quadro comparativo relativo ao primeiro e segundo semestres dos últimos quatro anos, referente a adesão dos estudantes na avaliação discente.

CURSOS PRESENCIAIS			CURSOS EaD		
ANO	1º Semestre	2º Semestre	ANO	1º Semestre	2º Semestre
2013	33,63%	41,12%	2013	38,22%	39,00%
2014	44,00%	54,00%	2014	11,00%	46,00%
2015	59,60%	49,52%	2015	36,70%	29,93%
2016	54,31%	51,19%	2016	32,71%	38,98%

A avaliação discente busca fornecer elementos para o planejamento e tomada de ações que minimizem as fragilidades dos cursos, bem como, potencializar ações e atividades positivas, permitindo a reorganização dos mesmos através da percepção dos estudantes. Neste sentido, os dados apontam a necessidade de ações para melhorar estes indicadores, uma vez que não apresentam evolução na adesão dos estudantes tanto para os cursos presenciais quanto para os cursos EaD nos últimos quatro anos, com uma adesão média de 48,42% para os cursos presenciais e 34,07% para os cursos EaD, ainda longe da meta estipulada no PDI.

No que se refere ao planejamento coletivo das disciplinas de cada semestre, realizado a partir da socialização dos Planos de Ensino, houve um maior movimento de interação entre os professores, desencadeado pelas coordenações, tanto no início quanto no final do semestre, visando produzir entendimentos acerca das diretrizes estabelecidas no projeto pedagógico e sua consecução a partir de cada disciplina, definindo coletivamente as ações para o período. Porém, se observou a necessidade de reforçar as relações entre as disciplinas do semestre e/ou possibilidades de relacionar o ensino com a pesquisa e a extensão.

3. Avaliação Permanente dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação

A avaliação permanente dos Projetos Pedagógicos tem permitido ações de melhoria constante, materializando as intenções e ações do fazer pedagógico para alcançar os objetivos e concretizar nos egressos as habilidades e competências esperadas, redefinindo a sua processualidade na perspectiva de qualificação e formação em processo.

Conforme o calendário de revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, em 2016 os cursos que tiveram a reformulação de seus PPCs aprovados pelo Conselho Universitário foram: Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado; Ciência da Computação - Bacharelado; Engenharia Civil - Bacharelado; Engenharia Elétrica - Bacharelado; Engenharia Mecânica – Bacharelado; e Farmácia - Bacharelado. No final de 2016 foi concluída a elaboração de um sistema para o controle do processo de revisão dos PPCs pelo SIE, integrado ao Portal Unijuí.

4. Núcleos Comuns de Disciplinas por Área do Conhecimento

A constituição de núcleos comuns de disciplinas por área de conhecimento entre os cursos de graduação é uma política da Vice-Reitoria de Graduação que vem se fortalecendo ao longo dos últimos anos. Em 2016, foi reestruturado o Núcleo da Área das Tecnologias que passou a ser denominado Núcleo Comum das Engenharias – NCEng. O NCEng é composto por quinze disciplinas comuns a todos os cursos de engenharia da Unijuí, sendo instituído a partir da resolução Consu nº 9/2016. Foi organizado, também, um Núcleo de ofertas integradas a partir dos demais cursos do Departamento de Ciências Exatas e Engenharias.

Em 2016 também foi institucionalizado, a partir da Resolução Consu nº 15/2016, o Núcleo Comum da Saúde – NCS, do DCVida, para os cursos de bacharelado em Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Nutrição. Destaca-se que o referido núcleo de disciplinas já estava integrado aos cursos mencionados a partir de revisão dos projetos pedagógicos em 2015. O NCS marca a centralidade da formação dos cursos da área da saúde a partir de duas áreas de integração: área de formação biológica e química na saúde e área de formação em saúde coletiva.

5. Modalidade EaD - oferta de cursos e aditamento de polos de apoio presencial

As reflexões acerca da oferta de cursos de graduação na modalidade a distância pela Unijuí consideraram o histórico da oferta dessa modalidade, bem como, as muitas mudanças ocorridas no país e na instituição, tanto na legislação federal, quanto na oferta de cursos e na demanda por estudantes. O debate levou a tomada de decisões como a descontinuidade dos seguintes Cursos EaD - Polo Ijuí: Administração – Bacharelado; Gestão Comercial – Tecnologia; e Educação Física – Licenciatura, tendo como balizador a orientação do Conselho Universitário contida no Parecer CONSU nº 21/2016, para que fosse explicitado no Edital de Vestibular Verão 2017 que a instituição se reserva o direito de suspender a oferta dos cursos que não alcancem o mínimo de 80% de inscritos em relação às vagas apresentadas no Edital.

No que se refere à ampliação dos polos EaD, a UNIJUÍ permanece aguardando o deferimento do MEC, a partir de processo protocolado em 2015, para a transformação dos *campi* Santa Rosa, Panambi e Três Passos em polos de apoio presencial aos cursos ofertados na modalidade a distância.

6. Núcleo de Acompanhamento e Acessibilidade Institucional - NAAI

O Núcleo, através de seus programas, voltou-se para a efetivação das ações propostas, elaboradas para serem desenvolvidas pelos membros que o constituem, principalmente na área da psicologia, assistência social e educação especial/inclusiva visando prioritariamente atender a política de inclusão social e educacional da instituição. No ano de 2016 contamos com uma nova estrutura de atendimento com quatro salas destinadas a atendimento aos estudantes, sendo três salas individuais e uma sala para atividades coletivas.

Atualmente, o Núcleo oferece: Avaliação e Acompanhamento Psicológico e Pedagógico por meio de sessões individuais; Atendimento Educacional Especializado; Programas, Oficinas e Seminários; e Orientação Profissional e Formação Continuada. Os programas são os que seguem: Programa Permaneça (monitoramento de estudantes com risco de evasão), Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência, Programa Orientação Profissional e Programa Nivelamento Acadêmico.

7. Oferta de disciplinas

Esta ação contínua resulta na qualificação do planejamento e execução da oferta das disciplinas visando a integralização dos currículos, na efetivação das disciplinas ofertadas no semestre e na melhor organização das atividades dos docentes. Apesar do esforço depreendido pela VRG, ainda se percebe a necessidade de maior cuidado no número de ofertas de disciplinas, tendo em vista o significativo número de cancelamentos no primeiro semestre de 2016 (1.251 disciplinas ofertadas/90 disciplinas canceladas), que se manteve muito próximo dos dados para o primeiro semestre de 2015 (1.241 disciplinas ofertadas/93 disciplinas canceladas). Já no segundo semestre percebe-se melhor controle e gestão da oferta, o que denota uma redução de 18% de turmas canceladas em relação ao ano de 2015.

Em relação à média de estudantes por turma, na modalidade presencial, observa-se a manutenção em torno de um pouco mais de 30 estudantes, com oscilação entre o primeiro e segundo semestre, contribuindo para a sustentabilidade acadêmica e financeira da Instituição.

8. Cadastro e atualização das informações institucionais junto ao Sistema e-MEC

A Unijuí informou em 2016 ao Ministério da Educação e Cultura, através do Censo da Educação Superior, dados referentes ao ano de 2015, integrando estas informações o número de 11.744 estudantes vinculados aos cursos de graduação, 459 docentes distribuídos em atividades de ensino nos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados), além de atividades de pesquisa, extensão, avaliação, planejamento e gestão.

A Unijuí contou com professores divididos entre três modalidades de regime de trabalho (integral, parcial e horista), na seguinte proporção: 16% horista, 37% integral e 47% parcial.

No que diz respeito à titulação geral dos docentes, a Unijuí contou com a seguinte distribuição: 10% especialistas, 28% doutores e 62% Mestres.

9. ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – resultados 2015 e participação em 2016

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação e integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, sendo um importante instrumento de avaliação da qualidade dos cursos e da educação superior brasileira. A participação dos estudantes concluintes do ensino superior é obrigatória, e condição indispensável para a colação de grau, conforme determina a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004.

A partir dos conceitos obtidos pela instituição no ENADE, no Conceito Preliminar de Curso (CPC) e nos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrados e Doutorados) é disponibilizado o Índice Geral de Cursos (IGC).

O ENADE 2015 foi realizado no dia 22 de novembro de 2015, tendo sido inscritos 838 estudantes da Unijuí. Destes, 761, ou seja, 91%, compareceram à prova. Até o dia 31 de dezembro de 2016 o INEP ainda não havia divulgado os resultados do processo avaliativo do ano de 2015. Porém, em 08 de março de 2017 houve a publicação dos resultados no Diário Oficial da União, os quais seguem na tabela abaixo:

Curso	Campus	ENADE	CPC
Administração	Ijuí - EaD	3	3
Administração	Ijuí	3	4
Administração	Panambi	3	4
Administração	Santa Rosa	4	4
Administração	Três Passos	4	4
Ciências Contábeis	Ijuí	3	4
Ciências Econômicas	Ijuí	2	3
Gestão Comercial	Ijuí - EaD	3	-
Processos Gerenciais	Ijuí - EaD	3	-
Design	Ijuí	3	4
Direito	Ijuí	3	3
Direito	Santa Rosa	2	3
Direito	Três Passos	3	3
Jornalismo	Ijuí	3	3
Psicologia	Ijuí	2	3
Psicologia	Santa Rosa	3	3
Publicidade e Propaganda	Ijuí	4	3

A edição do ENADE 2016 apresentou 261 estudantes inscritos, destes, 255 compareceram a prova, compreendendo uma adesão de 97%, o que denota a seriedade e o comprometimento com que o processo foi incorporado pelos estudantes.

Da edição do ENADE 2016 participaram os estudantes dos seguintes cursos de graduação da UNIJUÍ:

Campus Ijuí:

- a) Presencial Bacharelado: Agronomia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina Veterinária e Nutrição.
- b) Presencial Tecnológico: Estética e Cosmética.

Campus Santa Rosa:

- a) Presencial Bacharelado: Educação Física.

10. Processos de supervisão e regulação do MEC

A republicação da Portaria Normativa 40/2007 em dezembro de 2010 normatizou questões do Cadastro e-MEC, do ENADE e dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação.

No ano de 2016, a Unijuí protocolou junto ao sistema e-MEC o curso de Biomedicina, bacharelado, que se encontra em tramitação, aguardando autorização para sua primeira oferta. Foi também respondida diligência com relação à disciplina de Libras nesse curso.

Outros três cursos da UNIJUÍ tiveram movimentações no sistema e-MEC no ano de 2016, quais sejam:

- Pedagogia – Licenciatura - *Campus Três Passos* (protocolado pedido de autorização no ano de 2015). Teve anunciada a visita da comissão *in loco* para o período de 1º a 04 de fevereiro de 2017. A visita foi realizada e o curso teve a divulgação da nota 4, no dia 09 de fevereiro de 2017, durante o período de realização deste relatório.
- Gestão de Recursos Humanos – Tecnologia – *Campus Três Passos* (protocolado pedido de autorização em 2016). Teve a visita *in loco* dispensada. A portaria de autorização foi divulgada no Diário Oficial da União em 31 de março 2017, durante a elaboração deste relatório.

- Processos Gerenciais – Tecnologia - modalidade EaD - processo de reconhecimento. A exemplo do curso de Pedagogia, também teve visita *in loco* anunciada, nesse caso, para o período de 5 a 8 de março de 2017. A visita foi realizada e o curso teve a divulgação da nota 4, no dia 10 de março de 2017, durante o período de realização deste relatório.

O Recredenciamento Institucional na modalidade EaD permanece tramitando no sistema e-MEC.

2.2. Análise da Câmara de Administração

A análise da Câmara de Administração foi centrada na análise dos documentos contábeis da FIDENE/UNIJUÍ e do Relatório de Atividades, que irão compor o Relatório e Balanço 2016. Serviram de base para este parecer os seguintes documentos:

- Parecer CONSU 27/2015 - que fixou as diretrizes orçamentárias para a UNIJUÍ 2016;
- Parecer CONSU 30/2015 - Orçamento Programa 2016 da UNIJUÍ;
- Demonstração do Superávit/Déficit dos Exercícios 2016-2015 da FIDENE;
- Demonstração do Superávit/Déficit dos Exercícios 2016-2015 da UNIJUÍ;
- Relatório de Atividades 2016 - Volume I;
- Notas Explicativas FIDENE 2016;
- Relatório da Auditoria Independente - Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S, em 10/03/2017.

O parecer da Câmara de Administração apresenta a análise dos resultados da mantida UNIJUÍ, o parecer dos conselheiros relatores e o parecer da plenária da Câmara.

I – Análise do Relatório Balanço 2016 UNIJUÍ

O Orçamento Programa UNIJUÍ – OPU para 2016 projetou um superávit de R\$ 11.005.667,45, considerando um conjunto de metas de receitas e ajustes nas despesas. No entanto, a execução apresenta um superávit final de R\$ 11.744.231,74, o que representa 8,78% da Receita Operacional Bruta da UNIJUÍ.

Inicialmente, cabe referenciar a meta estabelecida no PDI de “*Elevar anualmente a receita total da Universidade em no mínimo 10% acima da variação do INPC*”. No ano de 2016, a receita total, constituída pela Receita Operacional Bruta e as Outras Receitas Operacionais, atingiu o montante de R\$ 143.133.032,55, o que representou um crescimento de 7,84% comparado ao ano de 2015. Considerando que o INPC acumulado de outubro de 2015 a setembro de 2016 foi de 9,15%, a receita total não alcançou a meta de 10,07%.

O quadro 01 apresenta a **Demonstração do Superávit da UNIJUÍ**, que retrata o valor orçado no OPU 2016, a composição dos resultados a partir da especificação das receitas e despesas no período de 2016 e 2015, bem como a análise vertical (AV%).

Quadro 01 - Demonstração do Superávit da UNIJUÍ - OPU 2016, executado 2016 e 2015

DRE UNIJUÍ	ORÇADO 2016		EXECUTADO 2016		2015	
	R\$	AV %	R\$	AV %	R\$	AV %
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA	137.064.540,47		133.759.436,71	100,00%	125.541.886,53	100,00%
- Receitas de Ensino	135.887.383,31		132.638.301,03	99,16%	123.707.556,25	98,54%
- (-) Descontos Concedidos	(2.090.602,84)		(2.334.432,93)	-1,75%	(1.823.841,88)	-1,45%
- Receita de Serviços	2.407.760,00		2.420.393,42	1,81%	2.803.408,70	2,23%
- Receita Agropecuária	860.000,00	-61,66%	1.035.175,19	0,77%	854.763,46	0,68%
2. CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(93.879.439,70)	-68,49%	(94.141.469,08)	-70,38%	(82.649.821,68)	-65,83%
- Custos com Ensino e outros serviços	(66.698.702,14)		(66.707.263,94)	-49,87%	(58.664.804,24)	-46,73%
- Custos com Gratuidade	(26.701.737,56)		(26.795.959,56)	-20,03%	(23.507.190,80)	-18,72%
- Custos com Produtos Agropecuários	(479.000,00)		(638.245,58)	-0,48%	(477.826,64)	-0,38%
3. RESULTADO BRUTO	43.185.100,77		39.617.967,63	29,62%	42.892.064,85	34,17%
4. DESPESAS OPERACIONAIS	(37.188.000,76)		(37.187.382,53)	-27,80%	(34.852.240,83)	-27,76%
- Despesas com Pessoal	(23.498.254,18)		(23.550.720,11)	-17,61%	(20.353.083,21)	-16,21%
- Despesas com Ações Trabalhistas	(750.000,00)		(124.775,62)	-0,09%	(1.181.989,30)	-0,94%
- Despesas c/ Depreciações	(1.248.000,00)		(1.397.812,86)	-1,05%	(1.122.258,95)	-0,89%
- Despesas Financeiras	(9.126.500,00)	-6,66%	(9.592.527,73)	-7,17%	(10.260.233,59)	-8,17%
- Receitas Financeiras	1.300.000,00		2.326.572,95	1,74%	1.712.372,01	1,36%
- Execução de Projetos com Recurso Externo e Contribuições	(3.229.162,20)		(2.811.347,46)	-2,10%	(3.187.233,25)	-2,54%
- Transferências de Bolsas e Aux.p/ Alunos	(136.084,38)		(133.540,10)	-0,10%	(172.461,60)	-0,14%
- Baixa de Contas a Receber/Disponibilidades/Provis	(500.000,00)		(1.903.231,60)	-1,42%	(287.352,94)	-0,23%
5. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	5.058.567,44		9.373.595,84	7,01%	7.185.975,80	5,72%
- Receitas Imobiliárias	199.500,00		168.172,75	0,13%	194.843,54	0,16%
- Doações de pessoas	-		25.513,29	0,02%	28.810,85	0,02%
- Diversas Receitas	251.642,40		5.134.404,81	3,84%	1.012.206,32	0,81%
- Transferências a Alunos	-		-	0,00%	-	0,00%
- Recursos Externos para Custeio	4.607.425,04		3.183.367,88	2,38%	3.710.160,91	2,96%
- Recursos Externos para Investimento	-		862.137,11	0,64%	2.239.954,18	1,78%
6. RESULTADO OPERACIONAL	11.055.667,45		11.804.180,94	8,82%	15.225.799,82	12,13%
7. GANHOS E PERDAS DE CAPITAL	(50.000,00)		(59.949,20)	-0,04%	61.294,15	0,05%
8. SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	11.005.667,45		11.744.231,74	8,78%	15.287.093,97	12,18%

A análise do quadro 01 será subdividida no conjunto das receitas, das despesas e dos resultados.

1. Receita Operacional Bruta - ROB: esta receita constituiu-se da Receita de Ensino, deduzidos os Descontos Concedidos, Receita de Serviços e Receita Agropecuária. Em 2016 a ROB estava orçada em R\$ 137.064.540,47 e o valor executado foi de R\$ 133.759.436,71, ou seja, 3,3 milhões a menos do orçado. Se comparado ao valor executado em 2015, que somou R\$ 125.541.886,53, verifica-se um crescimento de 8,2 milhões de reais. Estes grupos são detalhados a seguir.

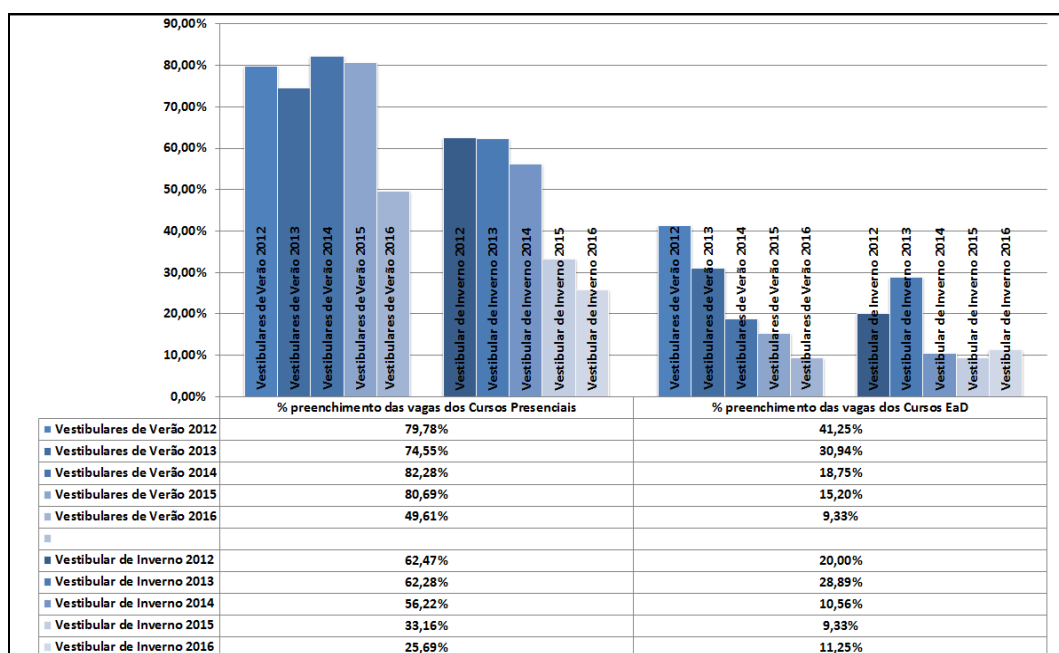
1.1. Receita de Ensino de Graduação: esta receita executou R\$ 123.263.922,52, sendo 3,6 milhões a menos do que o orçado. Se comparado ao executado em 2015, nota-se um incremento em 7,1 milhões de reais. A seguir é apresentado um conjunto de análises sobre esta receita:

a) Efetividade da oferta de vagas nos cursos de graduação nos vestibulares: na modalidade presencial observa-se uma redução significativa no desempenho do Vestibular de Verão, cujo preenchimento das vagas em 2016 (já acrescido o Vestibular Mais) chegou a

49,61% de um total de 2.185 vagas e em 2015 foi de 80,69% de um total de 2.040 vagas. No Vestibular de Inverno 2016, o preenchimento das vagas chegou a 25,69% de um total de 650 vagas, sendo que em 2015 foi de 33,16% de um total de 769 vagas.

O preenchimento das vagas oferecidas nos cursos de graduação na modalidade a distância ficou em 9,33% no vestibular de verão 2016 de um total de 300 vagas. Em 2015, eram 250 vagas no vestibular de verão, sendo preenchidas 15,20%. No Vestibular de Inverno 2016 o preenchimento das vagas foi de 11,25% de um total de 80 vagas, enquanto que em 2015 foi de 9,33% de um total de 150 vagas. Esta análise pode ser verificada no gráfico 01.

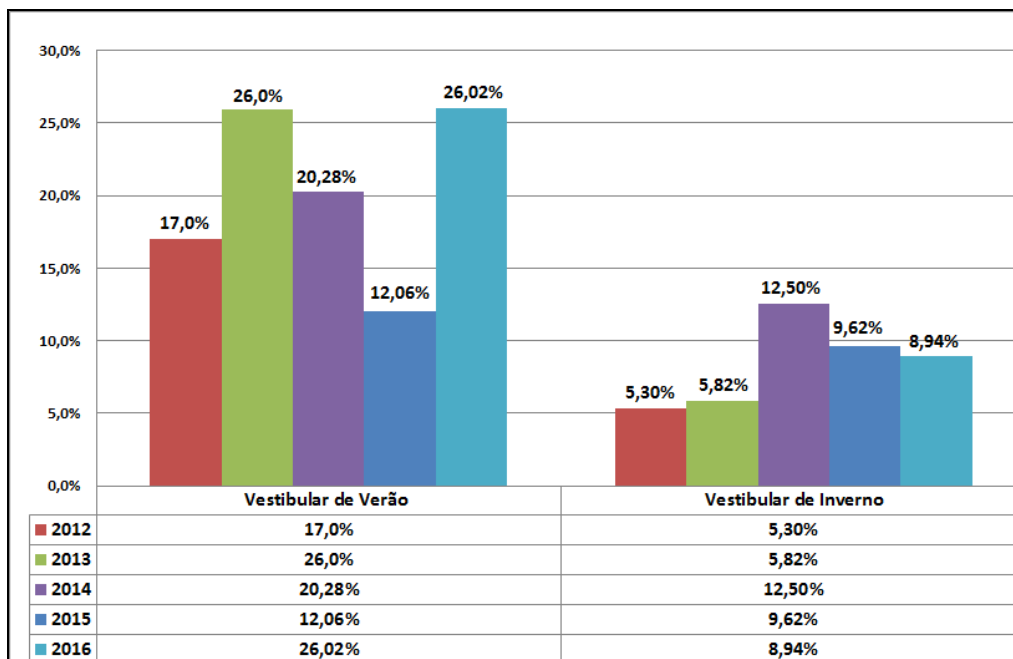
Gráfico 01 - Efetividade da oferta no preenchimento das vagas dos cursos de graduação



Além da efetividade no preenchimento das vagas dos vestibulares, é preciso analisar os índices de evasão dos vestibulandos dos cursos presenciais no final do 1º semestre de sua matrícula. Os índices por curso são apresentados no anexo 1.

No conjunto dos cursos de graduação, modalidade presencial, como demonstra o gráfico 02, verifica-se um aumento na evasão dos ingressantes do vestibular de verão, motivado pelo atual cenário recessivo brasileiro que impacta diretamente no orçamento das famílias, a redução no volume de novas vagas ofertadas para o FIES pelo Governo Federal, deixando de atender um perfil de estudante que ingressou na Unijuí na expectativa de conseguir se inserir em um destes programas governamentais (Fies e ProUni), restringindo desta forma o acesso ao ensino superior e a manutenção de um grupo considerável dos estudantes.

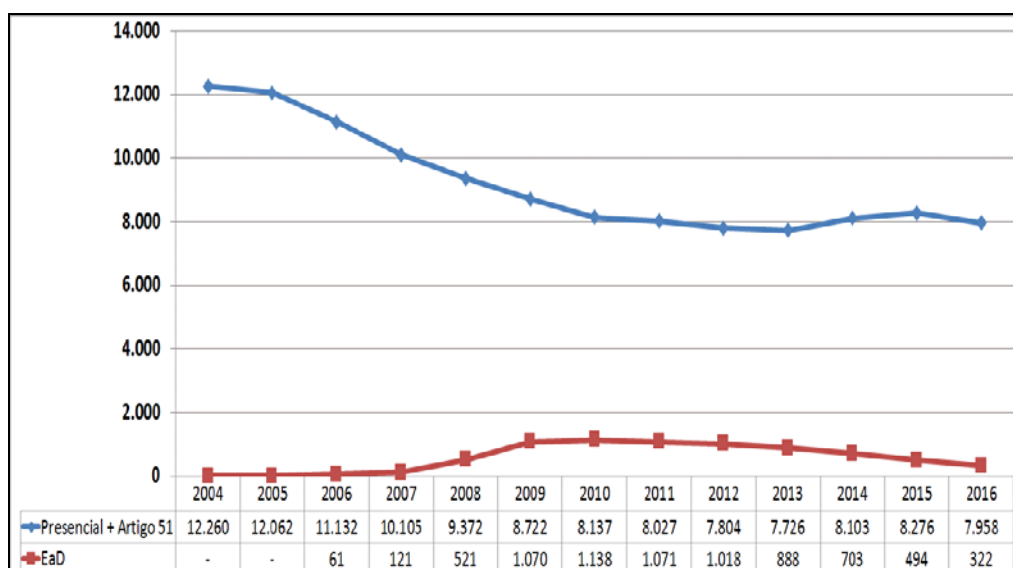
Gráfico 02 - Evasão dos vestibulandos dos cursos de graduação presenciais



Analisando o preenchimento inicial das vagas oferecidas no vestibular de verão 2016 que foi de 49,61% em comparação aos índices de evasão destes vestibulandos ao final do primeiro semestre de matrícula que foi de 26,02%, verifica-se uma efetividade líquida de matrícula destes estudantes de 36,7%.

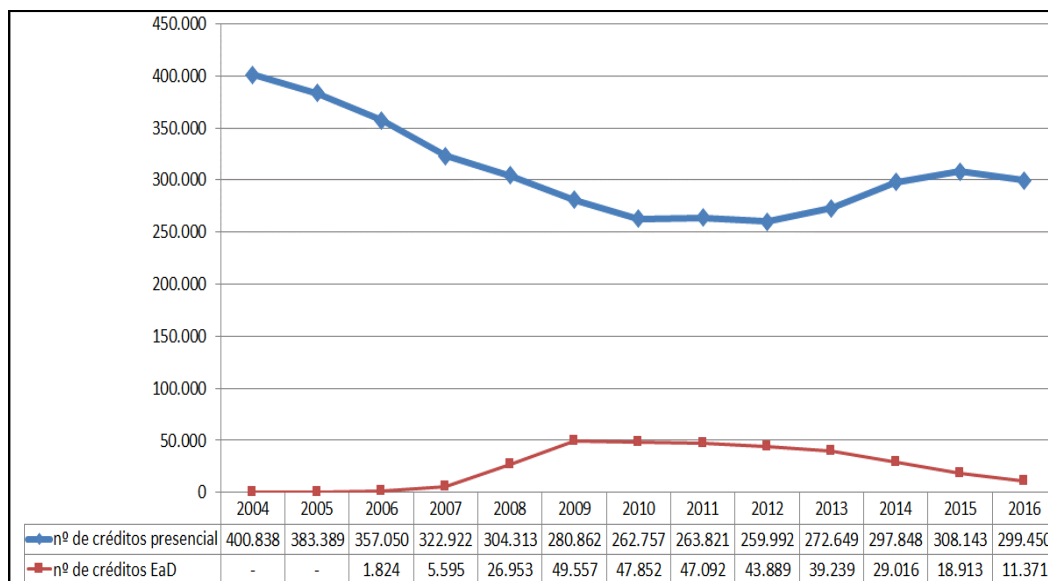
b) A evolução do número de estudantes matriculados nos cursos de graduação, modalidades presencial e a distância pode ser observada no gráfico 03. Em 2004 estavam matriculados 12.260 estudantes e, em 2016, eram 8.280, posição no 1º semestre de cada ano, configurando um novo patamar de matrículas.

Gráfico 03 - Evolução do número de estudantes matriculados nos cursos de graduação modalidades presencial e a distância



c) **A evolução do número de créditos matriculados nos cursos de graduação modalidades presencial e a distância:** o gráfico 04 apresenta a execução anual da matrícula, sendo que em 2004 alcançou 400 mil créditos na modalidade presencial e iniciou uma curva de declínio até 2012, a partir de então retomou o crescimento. Em 2016 estavam matriculados 299 mil créditos na modalidade presencial.

Gráfico 04 - Evolução do número de créditos matriculados nos cursos de graduação presenciais e a distância



d) **Quota de créditos dos cursos das modalidades presencial e a distância:** o quadro 02 mostra a evolução dos créditos matriculados nas diferentes tabelas de preços dos cursos presenciais, bem como dos créditos matriculados nos cursos da modalidade a distância.

Quadro 02 - Evolução dos créditos matriculados nos cursos de graduação presenciais e a distância

Nº CRÉDITOS CURSOS PRESENCIAIS	2012	2013	2014	2015	2016
TABELA 1	148.895	150.335	154.530	153.997	148.059
TABELA 2	72.708	83.392	98.273	107.052	104.456
TABELA 3	37.810	38.266	44.393	46.452	46.269
ART 51	579	656	652	642	666
TOTAL CRÉDITOS CURSOS PRESENCIAIS	259.992	272.649	297.848	308.143	299.450
TOTAL CRÉDITOS CURSOS EaD	43.889	39.239	29.016	18.913	11.371

A execução dos **créditos matriculados nos cursos de graduação presenciais** no ano de 2016 em comparação ao ano de 2015 mostra uma redução de aproximadamente oito mil e setecentos créditos.

Na análise dos créditos matriculados nos cursos inseridos na tabela 1¹ observa-se, que em termos gerais, houve uma redução em 5.938 créditos comparando a execução de 2016 e 2015. Dentre os cursos que reduziram o número de créditos pode-se citar o curso de Administração Santa Rosa em 916 créditos (19,32%), Administração Panambi em 991 créditos (19,34%), Administração Três Passos em 584 créditos (19,10%) e Ciências Contábeis em 1.429 créditos (16,75%). Cabe citar aqueles que apresentaram aumento no número de créditos, quais sejam: Ciências Econômicas em 235 créditos (12,13%); Educação Física - Bacharelado Ijuí em 430 créditos (12,19%); Letras em 252 créditos (11,32%) e Ciências Biológicas Bacharelado em 281 créditos (12,91%).

Nos cursos da tabela 2² nota-se uma redução de 2.596 créditos matriculados em relação ao executado em 2015. Dentre os cursos que reduziram o número de créditos, pode-se citar: Jornalismo em 584 créditos (16,48%) e Engenharia Elétrica Ijuí em 2.412 créditos (15,77%). Dentre os cursos que ampliaram o número de créditos, destacam-se Engenharia Química e Arquitetura e Urbanismo que ainda não tiveram turmas de formandos.

Nos cursos da tabela 3³, houve uma redução de 183 créditos em relação a 2015. Dentre os cursos que reduziram o número de créditos, cita-se o curso de Farmácia em 1.215 créditos (25,50%). Com relação aos cursos que tiveram incremento no número de créditos matriculados pode-se citar o curso de Enfermagem em 679 créditos (12,19%).

No que se refere ao número de créditos matriculados nos cursos a distância, verifica-se uma redução de 2015 para 2016 em 7.542 créditos, o que pode ser observado no gráfico 04 e quadro 02.

e) Composição das receitas dos cursos por tabela de enquadramento e modalidade: no ano de 2016 esta receita foi constituída por 43,41% pelos cursos da tabela 1; 37,50% por cursos da tabela 2; 17,34% por cursos da tabela 3; 1,53% por cursos da modalidade a distância; e 0,22% por estudantes do Artigo 51.

O quadro 03 apresenta a evolução da composição da receita por tabela de enquadramento nos últimos cinco anos.

Quadro 03 - Evolução da Composição da Receita por Tabela de Enquadramento

Composição da Receita Líquida	2012	2013	2014	2015	2016
TABELA 1	48,99%	47,30%	44,93%	43,20%	43,41%
TABELA 2	29,54%	32,22%	34,99%	37,26%	37,50%
TABELA 3	15,77%	15,38%	16,47%	16,88%	17,34%
ART. 51	0,19%	0,22%	0,23%	0,20%	0,22%
Cursos EaD	5,51%	4,88%	3,38%	2,47%	1,53%

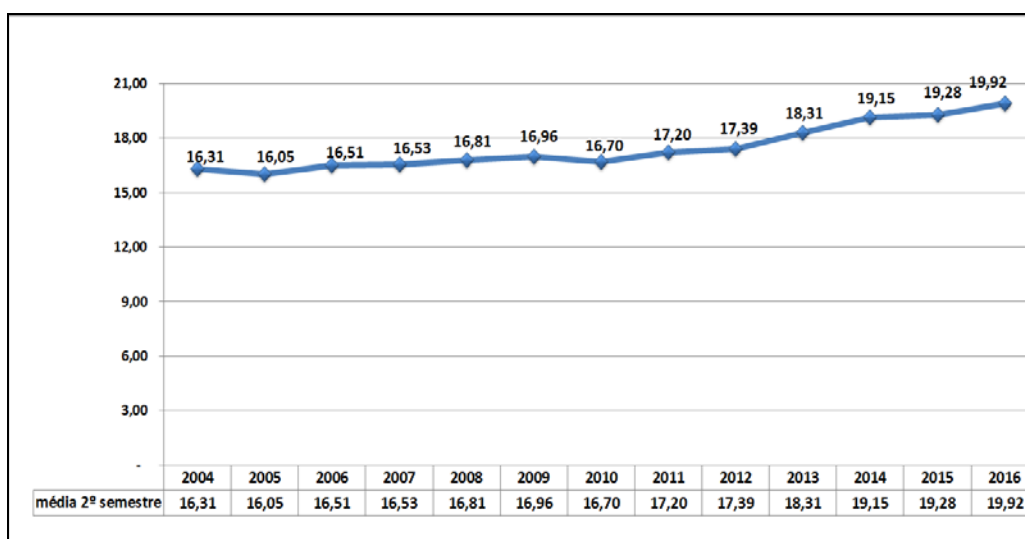
O anexo 2 deste parecer apresenta a evolução da matrícula semestral de créditos nos cursos de graduação na modalidade presencial e o anexo 3 apresenta a evolução do número de estudantes nos cursos de graduação na modalidade a distância, nos períodos de 2012 a 2016.

1 Cursos de Licenciatura, Bacharelado em Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Design, Direito, Ciências Econômicas, Educação Física e Psicologia.
2 Engenharias, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda e Jornalismo.
3 Cursos da área da Saúde e Medicina Veterinária.

f) A quantidade média de créditos contratados por estudante nos cursos de graduação na modalidade presencial no segundo semestre de 2005 era de 16,05 créditos por estudante e em 2016 de 19,92 créditos por estudante. Esta melhora no desempenho é reflexo, em parte: a) pela oferta sistemática de financiamentos pelo programa FIES, que viabiliza o estudante cursar uma quantidade maior de créditos por semestre; b) a ampliação da oferta deste financiamento a partir de 2014, que possibilitou o ingresso de um grupo maior de vestibulandos cursando mais disciplinas; c) a matrícula mínima em 12 créditos que passou a ser obrigatória a partir de 2012 para todos os estudantes da graduação.

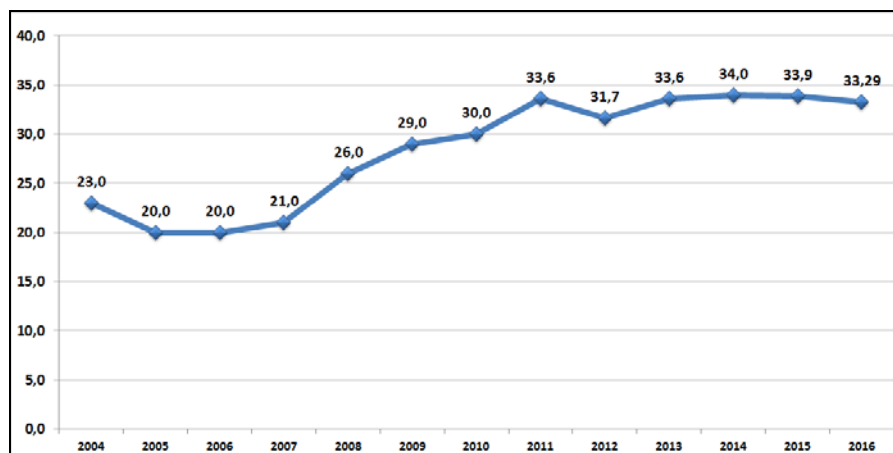
O gráfico 05 apresenta a média de créditos por estudante nos cursos presenciais nos períodos de 2004 a 2016.

Gráfico 05 - Evolução da média de créditos matriculados por estudante – modalidade presencial - 2º semestre



g) **Estudantes por turma nos cursos de graduação presenciais:** em números absolutos, o número de estudantes por turma retrata um declínio até 2006. A partir de 2008, a racionalização da oferta das disciplinas nos Cursos de Graduação e, a partir de 2011, a orientação da matrícula em um número maior de disciplinas resultaram na elevação do número médio de estudantes por turma e a melhor diluição do custo fixo de cada professor. O gráfico 06 mostra esta melhora.

Gráfico 06 - Evolução do número médio de estudantes por turma

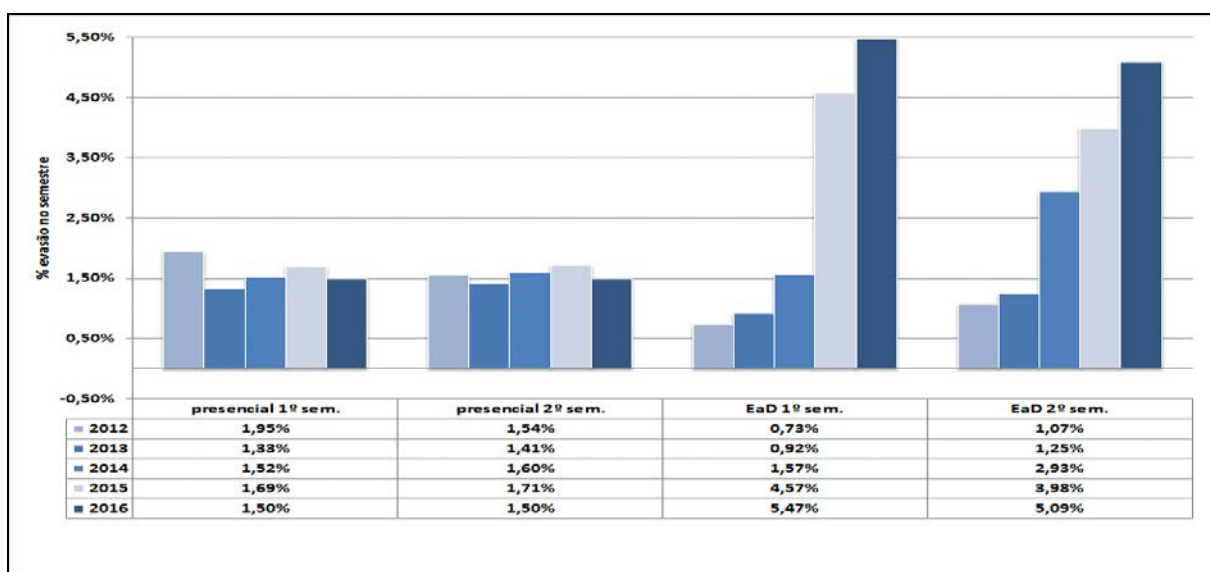


h) Percentual de evasão no semestre dos créditos matriculados nos cursos de graduação: o gráfico 07 apresenta a evolução da evasão de créditos da matrícula inicial à matrícula final em cada semestre nos anos de 2012 a 2016. A evasão do 1º semestre é calculada a partir da matrícula de 31 de março a 30 de junho e no segundo semestre a partir de 31 de agosto a 31 de dezembro.

No ano de 2016, a evasão de 2.341 créditos nos cursos na modalidade presencial durante o 1º semestre resulta em um percentual de 1,50%, e representa uma redução na receita bruta em aproximadamente 930 mil reais. No 2º semestre, a evasão de 2.220 créditos representa uma evasão de 1,50% e uma redução de 890 mil reais na receita bruta.

Nos relatórios de monitoramento da evasão observa-se que o crescimento na evasão de créditos em relação ao ano de 2015 decorre, em parte, pelo(a): a) reflexo do programa de recuperação dos estudantes evadidos de anos anteriores que se configurou em ingressos mais frágeis que não permaneceram na instituição; b) ampliação das vagas das Universidades Federais; c) migração dos estudantes em busca de oportunidades de trabalho em outras regiões, devido ao desaquecimento no mercado de trabalho em nossa região; d) redução dos recursos do Governo Federal disponibilizados para o programa FIES; e) diminuição do poder aquisitivo das famílias.

Gráfico 07 - Percentual de evasão semestral dos créditos matriculados nos cursos de graduação

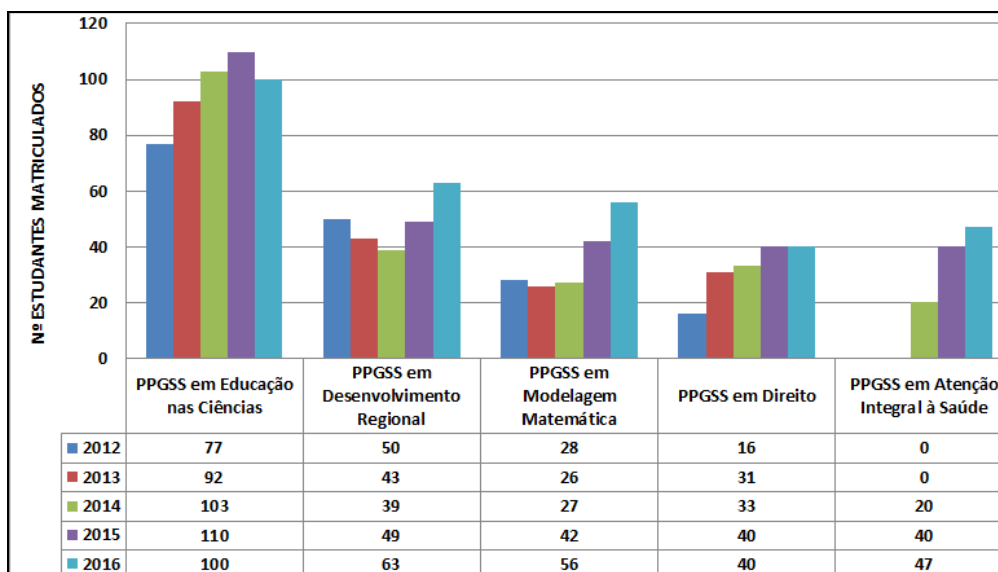


1.2. Receita de Ensino de Pós-Graduação *Stricto Sensu*: o OPU 2016 projetou R\$ 6.358.926,86, sendo executados R\$ 6.214.836,69. Se comparado ao executado em 2015 no valor de R\$ 5.336.380,89, tem-se um incremento de 16,46% nesta receita, decorrente do(a): a) reajuste de 10,5% nas mensalidades dos ingressantes; b) preenchimento de 87% das vagas; c) matrícula de Alunos Especiais; d) oferta do novo curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional; e) oferta da segunda turma do curso de Doutorado em Modelagem Matemática. A seguir é apresentado um conjunto de análises sobre os programas:

a) Número de estudantes ingressantes em 2016: no conjunto dos programas de pós-graduação *stricto sensu* foram ofertadas 159 novas vagas em 2016, das quais 138 foram preenchidas. Para além destas, 48 estudantes ingressaram como Alunos Especiais, através de edital específico que possibilita cursar disciplinas isoladas nos cursos de Mestrado, podendo estes serem aproveitados posteriormente no caso de eventual ingresso em um dos Programas.

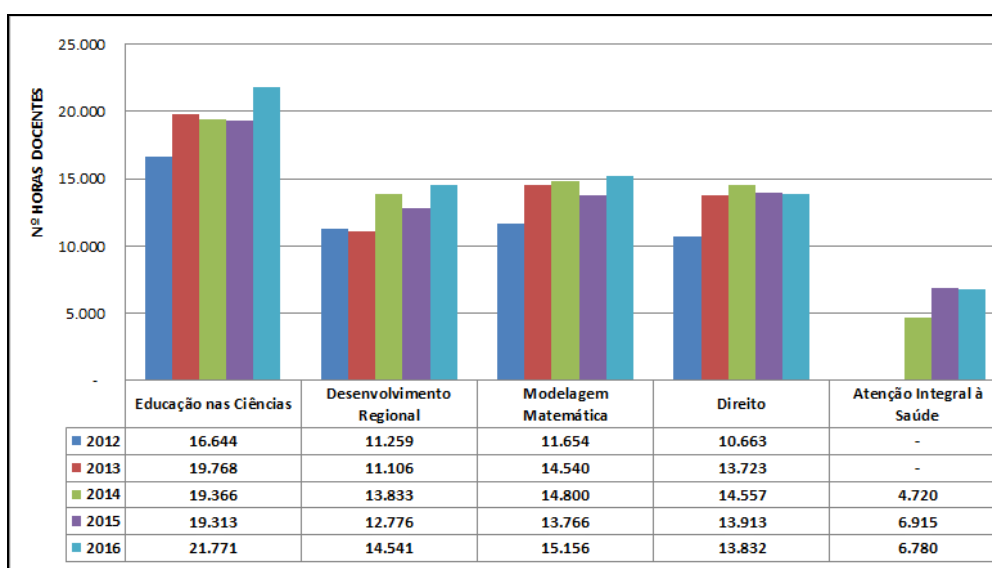
b) Evolução do número de estudantes matriculados: foram operacionalizados em 2016 cinco programas de mestrado e três de doutorado, nos quais estavam matriculados 306 estudantes. Destaca-se a oferta da primeira turma do Curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional, que iniciou no 1º semestre de 2016 com 12 matriculados e da segunda turma do Curso de Doutorado em Modelagem Matemática com 9 matriculados. O gráfico 08 apresenta a evolução do número de estudantes matriculados nos programas no período de 2012 a 2016.

Gráfico 08 – Evolução do número de estudantes matriculados nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*



c) Atribuição de Horas Docentes por programa: o OPU 2016 previa um montante de 74.646 horas, englobando os professores do corpo docente permanente e colaboradores, sendo executadas 72.080 horas. O gráfico 09 apresenta a atribuição de horas docentes por programa no período de 2012 a 2016.

Gráfico 09 – Atribuição de Horas Docentes nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*



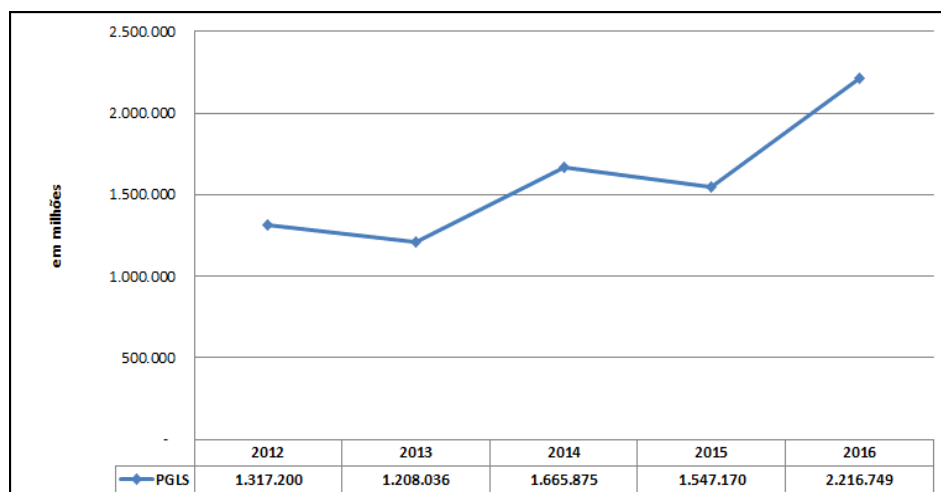
As receitas e taxas destes cursos descontados os custos diretos compõem o resultado de cada programa de pós-graduação *stricto sensu* e do seu conjunto nos períodos de 2012 a 2016. O quadro 04 apresenta estes resultados que, no seu conjunto, geram um déficit de R\$ 3.941.905,49.

Quadro 04 - Resultados dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* nos períodos de 2012 a 2016

Mestrado e Doutorado em Educação nas Ciências	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITA TOTAL	1.416.819,26	1.578.681,37	1.893.241,31	2.188.033,15	2.140.823,21
DESPESA TOTAL	1.817.462,09	2.217.206,43	2.350.033,89	2.561.124,12	3.092.128,08
Resultado Contábil	-400.642,83	-638.525,06	-456.792,58	-373.090,97	-951.304,87
Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional					
RECEITA TOTAL	746.998,88	798.942,52	839.468,69	939.484,26	1.049.185,19
DESPESA TOTAL	1.209.062,48	1.298.180,76	1.617.199,76	1.665.503,08	2.079.744,56
Resultado Contábil	-462.063,60	-499.238,24	-777.731,07	-726.018,82	-1.030.559,37
Mestrado e Doutorado em Modelagem Matemática					
RECEITA TOTAL	431.513,12	475.354,54	521.059,54	717.687,68	1.065.086,53
DESPESA TOTAL	1.132.312,99	1.435.417,88	1.563.046,20	1.603.307,92	1.987.889,01
Resultado Contábil	-700.799,87	-960.063,34	-1.041.986,66	-885.620,24	-922.802,48
Mestrado em Direito					
RECEITA TOTAL	288.358,40	566.032,96	660.460,40	798.630,62	944.311,56
DESPESA TOTAL	920.191,79	1.359.030,29	1.458.396,12	1.579.467,51	1.765.861,03
Resultado Contábil	-631.833,39	-792.997,33	-797.935,72	-780.836,89	-821.549,47
Mestrado em Atenção Integral à Saúde					
RECEITA TOTAL			577.350,99	755.845,18	1.065.400,20
DESPESA TOTAL			711.990,95	1.048.134,27	1.281.089,50
Resultado Contábil			-134.639,96	-292.289,09	-215.689,30
Conjunto dos Programas					
RECEITA TOTAL	2.883.689,66	3.419.011,39	4.491.580,93	5.399.680,89	6.264.806,69
DESPESA TOTAL	5.079.029,35	6.309.835,36	7.700.666,92	8.457.536,90	10.206.712,18
Resultado Contábil	-2.195.339,69	-2.890.823,97	-3.209.085,99	-3.057.856,01	-3.941.905,49
TOTAL HORAS EXECUTADAS	50.220	59.137	67.276	66.683	72.080
TOTAL HORAS ORÇADAS	52.877	61.000	66.400	72.170	74.646
Nº DE ESTUDANTES MESTRADO	144	156	184	226	232
Nº DE ESTUDANTES DOUTORADO	27	36	38	55	74

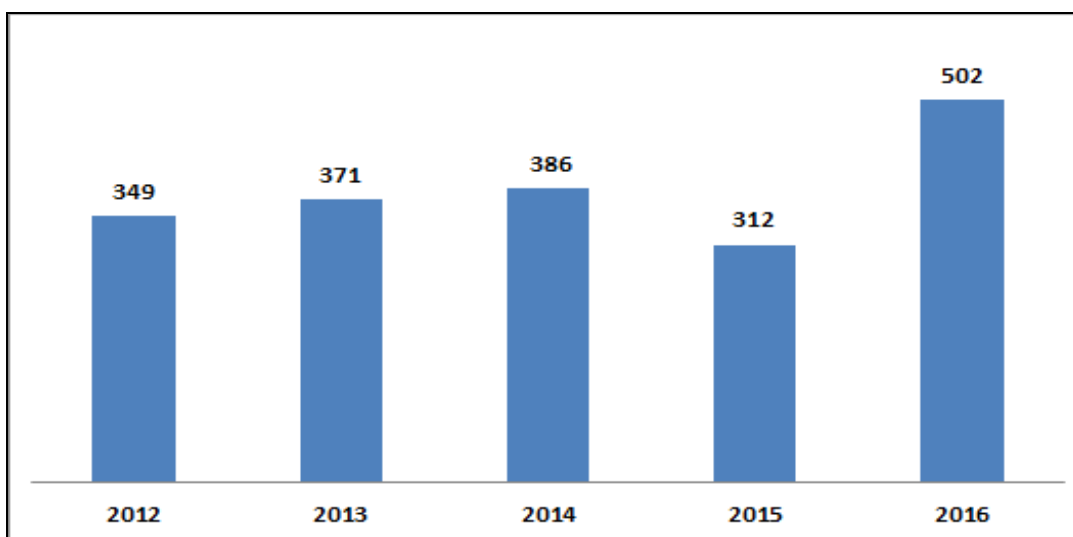
1.3. Receita de Ensino de Pós-Graduação *Lato Sensu*: o OPU 2016 projetou R\$ 1.467.082,29, sendo executados R\$ 2.216.748,57. Em 2015 o valor executado foi de R\$ 1.547.169,99. O gráfico 10 apresenta a execução financeira da receita de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

Gráfico 10 – Execução Financeira da Receita de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*



Em 2016, o ensino de pós-graduação *lato sensu* operacionalizou 29 cursos, dentre os quais 19 cursos com nova oferta. Em dezembro de 2016 estavam matriculados 502 estudantes nestes cursos. O gráfico 11 apresenta a evolução do número de estudantes matriculados nestes cursos.

Gráfico 11 – Evolução do número de estudantes matriculados nos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*



Os cursos iniciados em 2012, 2013 e 2014 já concluídos até o final de 2016 têm os resultados apresentados no anexo 4 deste parecer.

Cabe citar que a meta de receita projetada para os cursos de pós-graduação *lato sensu* e de extensão operacionalizados pela Educação Continuada era de R\$ 1.897.082,29 e sua execução totalizou R\$ 2.473.119,63.

A receita dos Cursos de Extensão totalizou R\$ 343.834,56. Desta receita, R\$ 256.371,06 se referem aos cursos de extensão vinculados à Educação Continuada que, em 2015, executaram R\$ 280.546,37. O anexo 5 apresenta os resultados dos cursos de extensão concluídos em 2016 com suas respectivas margens de contribuição individuais, que no seu conjunto auxiliam na cobertura dos custos indiretos e geram superávit. Ainda, os cursos de formação para docentes e técnicos-administrativos da UNIJUÍ não geram resultados, apenas a cobertura dos custos para a sua realização.

1.4. Descontos Concedidos: compreendem os descontos concedidos em função de antecipação do recebimento das mensalidades e representaram 1,75% da ROB em 2016. Se comparado ao ano de 2015, este percentual era de 1,45% da ROB. Contudo, em relação à receita de graduação, os descontos concedidos em 2016 representaram 1,89% enquanto que em 2015 representaram 1,57% e em 2014 alcançaram 1,79% desta receita. Esta ampliação no total de descontos concedidos decorre do aumento de estudantes que optam pelo pagamento à vista do semestre aproveitando as políticas de desconto da Unijuí e, a partir de 2016, também iniciou o Programa Indique e Ganhe, que gera um aumento no volume de descontos concedidos pela Instituição.

1.5. Receita de Serviços: compreende as receitas referentes a eventos, seminários, simpósios e palestras, assessorias e serviços técnicos, serviços de laboratório, Editora, serviços de extensão e outros serviços. O OPU 2016 projetou uma receita de R\$ 2.407.760,00 e a execução foi de R\$ 2.420.393,42.

Neste grupo, a Receita de Serviços de Laboratórios orçada em R\$ 1.403.660,00 executou R\$ 1.408.297,07. As receitas provenientes de eventos, seminários, simpósios e palestras orçadas em R\$ 352.800,00 executaram R\$ 346.204,00.

A receita da Editora orçada em R\$ 530.000,00 executou R\$ 406.780,57 em 2016. Estava previsto um resultado deficitário de R\$ 332.167,71, contudo o resultado deficitário ficou em R\$ 521.155,96, dos quais R\$ 85.880,13 são de perdas por inutilização, danificação ou não vendáveis.

O estoque da Editora iniciou o ano de 2016 com um saldo de R\$ 1.229.057,02 e encerrou o ano de 2016 com saldo de R\$ 1.246.313,15, constituído de um volume de ativos de R\$ 1.108.439,45 e R\$ 137.873,70 de livros em consignação. O Orçamento Programa 2016 limitava o montante deste estoque em R\$ 1.200.000,00, sendo que as baixas de estoque não originárias de vendas deveriam implicar em redução dos níveis de estoque.

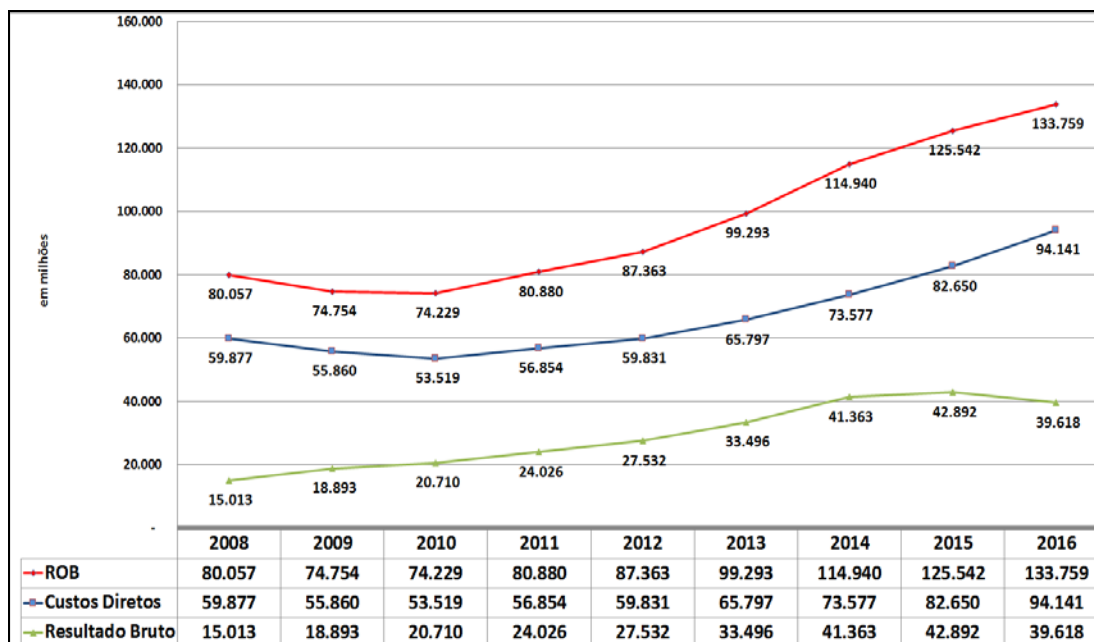
Cabe destacar que no final do 1º semestre de 2016 foi extinto o Núcleo Gráfico da Editora, passando a mesma a ser constituída pelos núcleos de Administração, Editoração e Distribuição. Para além dos ajustes efetuados, faz-se necessária, ainda, a revisão das planilhas de alocação de custos aos produtos, a ampliação das vendas com vistas a equacionar este déficit, bem como a redução dos níveis de estoque.

1.6. Receita Agropecuária: compreende aquela advinda da produção agrícola, da produção animal e derivados e das outras receitas agropecuárias. Estava orçada em R\$ 860.000,00 e executou R\$ 1.035.175,19. Em 2015 o valor executado foi de 854.763,46. Este aumento de 2015 para 2016 decorre principalmente do aumento do preço do produto na atividade leiteira.

2. Custos dos Produtos e Serviços: compreendem os gastos com pessoal docente, material de consumo, serviços de terceiros, benefícios ao pessoal docente e técnico-administrativo, remuneração de pessoal sem vínculo, custos com vendas e serviços internos, os custos com gratuidades e com insumos agropecuários. Neste grupo não estão contabilizados os gastos com a folha de pagamento do pessoal técnico-administrativo e de apoio.

Em 2016, os Custos dos Produtos e Serviços somaram R\$ 94.141.469,08 e absorveram 70,38% da ROB, enquanto que o valor orçado era de R\$ 93.879.439,70, que representava 68,49% da ROB. Da receita operacional bruta, descontados estes custos se obtém o resultado bruto. O gráfico 12 apresenta a evolução da Receita Operacional Bruta, dos custos diretos e do Resultado Bruto da UNIJUI em valores absolutos.

Gráfico 12 – Evolução Receita Operacional Bruta, dos Custos Diretos e do Resultado Bruto da UNIJUÍ



Comparando 2015 e 2016, o crescimento percentual da ROB foi de 6,55%, enquanto que do custo direto foi de 13,9%, por sua vez o resultado bruto reduziu em 7,63%. Estes indicadores servem de alerta para análise das atividades operacionais da instituição.

2.1. Custos com Ensino e outros serviços: em 2016, estes custos totalizaram R\$ 66.707.263,94 e consumiram 49,87% da ROB e em 2015 representaram 46,73% da ROB.

Neste grupo, os gastos orçados para Material de Consumo e Serviços de Terceiros, considerando a utilização dos Fundos de Despesa, eram de R\$ 11.491.991,64 e executaram R\$ 10.339.772,10, o que representa 7,73% da ROB. Contudo, alguns itens elevaram os gastos se comparados ao ano de 2015, tais como despesas com material de consumo, limpeza, manutenção e reparos, locações, transportes, mensalidades a entidades e outros serviços e encargos. E os itens comunicação, água e energia elétrica, viagens, estadia e alimentação, divulgação e publicidade, confraternização e homenagens diminuíram os gastos em relação a 2015. Cabe destacar que a rubrica de água e energia elétrica reduziu em R\$ 88.438,14 em comparação a 2015, justificada em parte pela utilização do gerador de energia em horários de pico em que o valor é diferenciado.

Os gastos com Benefícios a Pessoal compreendem as bolsas de estudos dos docentes e de técnicos-administrativos e seus dependentes, auxílio para qualificação, seguros de pessoas, vale transporte, auxílio creche, auxílio lazer e saúde do trabalhador. São itens não gerenciáveis e estavam orçados em R\$ 5.365.947,10 e executaram R\$ 4.993.154,97.

O orçamento das Despesas com a folha de pagamento dos docentes com vínculo previa R\$ 47.687.582,76, incluídos 700 mil em rescisões e pagamento de outras atividades docentes. Ainda, constava, de modo adicional, no Fundo de Despesa, valores para pagamento das horas docentes nos cursos de pós-graduação *lato sensu* e de extensão.

A execução da folha normal de pagamento dos docentes com vínculo somou R\$ 47.609.302,27, aos quais foram acrescentadas despesas no valor de R\$ 1.054.134,61 com rescisões, R\$ 1.476.618,57 em horas extras e avulsas e R\$ 569.044,26 referente ao ajuste de 1/3 de férias, totalizando R\$ 50.709.099,71.

No que diz respeito ao pagamento de horas extras, no 2º/2016 a Vice-Reitoria de Administração implementou medidas de contenção, no sentido de reduzir a geração e o pagamento de horas extras, por meio da janela deslizante que permite a compensação e do planejamento futuro da atribuição de atividade docente, conforme previsto na Resolução da Gestão dos Tempos Docentes.

Comparando o orçado no OP 2016 e o executado da folha normal de pessoal docente observa-se uma execução a mais de R\$ 621.719,51, dos quais R\$ 246.631,66 se referem a diferença no reajuste salarial. O OP 2016 utilizou 10,5% para o reajuste dos salários e o dissídio atingiu 11,08%.

2.2. Custos com Gratuidade: no ano de 2016, as Gratuitades na UNIJUÍ totalizaram R\$ 26.795.959,56. Deste montante, as principais gratuidades são as bolsas lineares dos cursos de graduação que somaram R\$ 5.961.577,65 e equivalem a 4,84% da receita bruta do ensino de graduação; e as bolsas ProUni que somaram R\$ 18.539.448,40 e equivalem a 15,04% da receita bruta do ensino de graduação.

A evolução da oferta automática do sistema ProUni, do preenchimento de novas bolsas e do número total de beneficiados podem ser visualizados no quadro 05.

Quadro 05 - Evolução da oferta, preenchimento das bolsas e total de beneficiados ProUni

Ano	BOLSA PROUNI 100%		BOLSA PROUNI 50%		TOTAL BENEFICIADOS
	Ofertada	Preenchida	Ofertada	Preenchida	
2008	136	127	118	119	993
2009	218	200	-	35	1.055
2010	210	153	508	530	1.190
2011	479	404	192	161	1.513
2012	203	180	28	22	1.360
2013	216	204	-	-	1.311
2014	199	193	-	-	1.272
2015	492	490	53	52	1.465
2016	191	191	0	0	1.333

Ainda, no que se refere ao ProUni, em 2016 foram ofertadas 191 novas bolsas de 100%, sendo todas preenchidas. Não foram ofertadas novas bolsas de 50%. Ao final do ano de 2016, o conjunto de beneficiários era de 1.333 estudantes de um total de 8.280.

Cabe aqui destacar que a análise do gráfico 03, Evolução do número de estudantes matriculados nos cursos de graduação, se refere ao primeiro semestre de cada ano e na análise do ProUni, os dados são referentes ao final do 2º semestre.

2.3. Custos com Produtos Agropecuários: se refere exclusivamente aos gastos para compra de insumos e produtos para o IRDeR. O OPU 2016 previa o gasto de R\$ 479.000,00 que representava 55,69% da receita agropecuária. A receita prevista foi superada bem como os gastos necessários para a manutenção das atividades de produção. Desta forma, os custos com produtos agropecuários que somaram R\$ 638.245,58 representaram 61,65% da receita agropecuária que contabilizou R\$ 1.035.175,19.

Para analisar o resultado da unidade IRDeR se faz necessário verificar os seus programas de trabalho, nos quais as suas receitas e despesas são contabilizadas, como apresenta o quadro 06.

Quadro 06 - Evolução do resultado do IRDeR

RESUMO IRDeR	RESULTADO ORÇADO 2016	EXECUTADO 2016			2015
		RECEITA REALIZADA	DESPESA REALIZADA	RESULTADO REALIZADO	RESULTADO REALIZADO
ADMINISTRAÇÃO	(178.852,62)	21.218,00	196.115,97	(174.897,97)	(174.009,69)
NÚCLEO AGROPECUÁRIO	96.299,70	876.835,78	675.895,67	200.940,11	96.964,29
NÚCLEO REFLORESTAMENTO	(26.013,47)	158.426,25	260.131,75	(101.705,50)	(75.935,71)
TOTAL GERAL	(108.566,39)	1.056.480,03	1.132.143,39	(75.663,36)	(152.981,11)

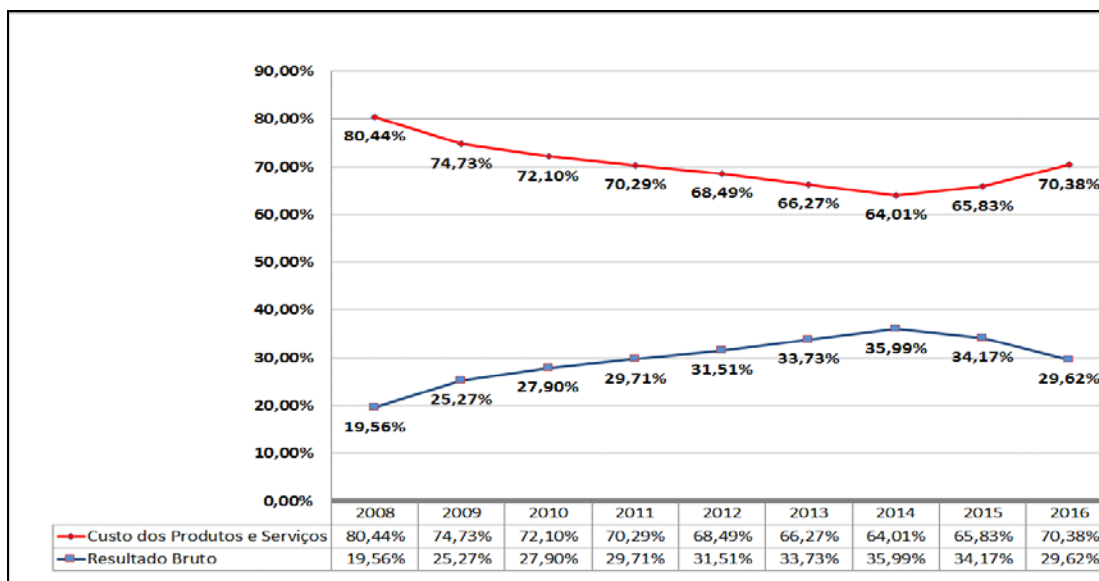
O resultado do IRDeR considera as receitas agropecuárias somadas às outras receitas com locações e taxas recebidas que totalizam R\$ 1.056.480,03. Também considera os custos com insumos agropecuários acrescidas das despesas de pessoal e demais despesas que somam R\$ 1.132.143,39.

O resultado orçado deficitário no OP 2016 em R\$ 108.566,39 executou um déficit de R\$ 75.663,36, já deduzidos os gastos com o ensino. Cabe relatar que as atividades do IRDeR têm sido analisadas em conjunto pelo Departamento de Estudos Agrários e a Vice-Reitoria de Administração, tanto na dimensão econômica como acadêmica dos cursos que utilizam o espaço como laboratório de práticas, no sentido de equilibrar as receitas/despesas. Em 2015, executou um déficit de R\$ 152.981,11.

Embora o resultado final tenha melhorado em comparação à execução de 2015, apesar de ainda ser deficitário, verifica-se um descompasso no Núcleo de Reflorestamento, responsável pela produção e comercialização de mudas nativas e frutíferas, sendo que o resultado deficitário aumentou R\$ 25.769,97 em relação ao ano anterior, ocasionado pela redução nas vendas. Em 2015, das 277.149 mudas produzidas foram comercializadas 209.425 unidades e em 2016 foram produzidas 202.303 mudas, tendo sido comercializadas 89.805 unidades.

3. Resultado Bruto: o resultado bruto no ano de 2016 foi de R\$ 39.617.967,63, representando 29,62% da ROB. Em 2015, o resultado bruto foi de R\$ 42.892.064,85 e representou 34,17% da ROB. Verifica-se que a ROB em 2016 superou o valor executado em 2015 em 8,2 milhões, porém em termos percentuais, o resultado foi menor, reflexo do crescimento dos custos dos produtos e serviços, que passaram de 65,83% em 2015 para 70,38% em 2016. O Gráfico 13 mostra o crescimento em termos percentuais dos custos para gerar a receita, bem como a redução do Resultado Bruto da UNIJUÍ em relação à receita bruta gerada.

Gráfico 13 – Evolução em % do Custo dos Produtos e Serviços e do Resultado Bruto UNIJUÍ



4. Despesas Operacionais: este item compreende os demais custos e despesas operacionais da universidade. Dentre estas despesas cabe detalhar as despesas com pessoal técnico-administrativo, ações trabalhistas, depreciação, despesas e receitas financeiras, baixas de contas a receber, provisão clientes e ações cíveis, recurso do Fundo de Apoio às Atividades Estudantis – FAAE e execução da despesa de projetos com recursos externos.

4.1. Despesas com Pessoal: para os gastos com pessoal técnico-administrativo foram orçados R\$ 23.498.254,18, incluídos R\$ 500.000,00 em rescisões. A folha normal de pagamentos executou R\$ 21.992.199,10, acrescida de rescisões no valor de R\$ 1.121.289,14, pagamento de horas extras no valor de R\$ 152.470,74 e ajuste de 1/3 de férias no valor de R\$ 284.761,13, totalizando R\$ 23.550.720,11.

Cabe referenciar a meta estabelecida no PDI de “*Manutenção dos custos totais de pessoal com encargos e provisões em no máximo 50% da Receita Bruta anual*”. Em 2016, o percentual da folha de pagamentos de pessoal docente e técnico-administrativo com vínculo (com horas extras, avulsas, *in itinere*, encargos sociais e provisões, excluídas as rescisões e as ações trabalhistas) alcançou 53,89% da Receita Operacional Bruta.

4.2. Despesas com Ações Trabalhistas: na despesa de 2016 foi contabilizado R\$ 124.775,62, dos quais, além do valor provisionado de R\$ 39.754,80, foram lançados e pagos mais R\$ 85.020,82 de ações que não estavam classificadas como prováveis ou de processos iniciados e encerrados no exercício 2016.

4.3. Despesas com Depreciações: os valores reconhecidos no período com o uso ou desgaste de bens móveis e imóveis foram orçados em R\$ 1.248.000,00 e executados R\$ 1.397.812,86, o que representou 1,05% da ROB. Esta depreciação teve por base o imobilizado de R\$ 46.457.002,89. Cabe destacar que a partir do exercício 2016 foi definida a vida útil dos bens que compõem o Material Bibliográfico, que está registrada em laudo justificado, sendo lançado neste ano um ajuste de R\$ 3.857.705,15, referente à depreciação do acervo de material bibliográfico, na conta Mudança de Prática e Estimativa Contábil. O valor referente à depreciação deste material no ano de 2016 é de R\$ 7.897,45.

4.4. Despesas Financeiras: para 2016 estavam projetadas em R\$ 9.126.500,00, que representaria 6,66% da ROB. A execução orçamentária 2016 totaliza as despesas financeiras em R\$ 9.592.527,73, que representa 7,17% da ROB.

A despesa financeira orçada, no OP 2016, considerou um cenário de cumprimento de obrigações com o sistema financeiro, com os impostos parcelados e mensais, e com fornecedores de mercadorias e prestadores de serviços. Contudo, a execução desta despesa ultrapassou o valor orçado para 2016, em R\$ 466.027,73. Dentre os fatores que influenciaram esta execução, citam-se: a) atraso no recebimento do FIES; b) aumento nas despesas tributárias em aproximadamente R\$ 47.000,00; c) multas e juros pelo atraso no recolhimento dos encargos sociais em aproximadamente R\$ 902.000,00; d) encargos sobre financiamento para investimento em aproximadamente R\$ 97.000,00; e) outros custos financeiros em aproximadamente R\$ 14.000,00. Nesta rubrica houve execução a menor nos juros sobre empréstimos e contrato de mútuo em aproximadamente R\$ 675.000,00.

Cabe apresentar o quadro do detalhamento da despesa financeira da FIDENE que totaliza R\$ 9.595.094,72, dos quais R\$ 99,97% são absorvidos pela UNIJUÍ.

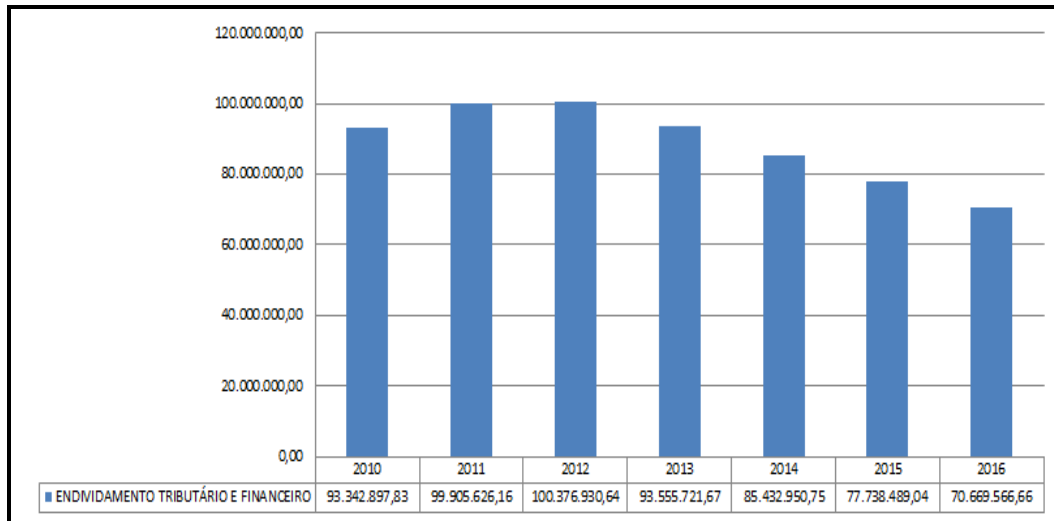
Quadro 07 - Detalhamento da Despesa Financeira da FIDENE/UNIJUÍ

PERÍODO	Despesas financeiras com bancos	Despesa financeira com contrato de Mútuo	Despesa Financeira com juros e multas sobre atraso/parcelamentos Encargos Sociais	Despesas Financeiras e outras Taxas e Encargos a Fornecedores	Despesas Tributárias + OCF	Encargos Financeiros sobre Financiamento para Investimento	Despesas Bancárias	TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS FIDENE
2008	8.863.899,22	1.634.192,52	962.353,59	115.583,72	-	511.685,40	427.340,20	12.515.054,65
2009	8.427.006,06	1.485.236,69	1.254.457,73	140.300,39	-	364.683,81	445.806,40	12.117.491,08
2010	8.391.634,35	1.569.085,03	2.513.050,28	425.375,66	358.174,19	287.081,16	664.724,04	14.209.124,71
2011	9.454.036,00	1.636.850,49	3.268.907,84	391.062,38	237.389,85	93.905,42	494.028,85	15.576.180,83
2012	9.838.601,76	1.916.665,93	2.630.386,25	774.297,30	210.734,74	119.302,64	579.324,95	16.069.313,57
2013	8.121.859,96	1.587.172,35	683.022,06	574.610,09	106.143,19	35.088,08	367.343,55	11.475.239,28
2014	7.653.712,67	1.283.675,24	1.350.667,26	500.969,49	86.577,69	25.474,27	346.910,92	11.247.987,54
2015	6.724.103,57	1.246.541,21	1.268.429,05	403.353,56	126.858,06	59.864,56	434.452,58	10.263.602,59
2016	5.374.438,97	1.122.905,41	2.092.883,42	328.265,74	122.290,92	160.163,95	394.146,31	9.595.094,72

Outro elemento de análise é a composição da despesa financeira, que mesmo havendo redução nas despesas financeiras com empréstimos bancários, elas ainda compreenderam 56% do total da despesa financeira. E o custo médio ponderado das operações financeiras em 2016 era de 1,47%.

No que se refere às Dívidas, cabe apresentar o gráfico 14 que demonstra que o **endividamento tributário e financeiro** passou de R\$ 77.738.489,04 para R\$ 70.669.566,66 em 2016, ou seja, uma redução de 7 milhões de reais, mantendo a redução evidenciada em 2014 e 2015.

Gráfico 14 – Evolução do Endividamento Tributário e Financeiro da FIDENE



Cabe relatar que, em 2016, o saldo da soma das rubricas Bancos conta Empréstimos de curto e de longo prazo somou R\$ 16.796.987,30 e, em 2015, era de R\$ 21.796.060,74, ou seja, uma redução de 5 milhões de reais, decorrente do pagamento dos compromissos com o sistema financeiro e da não captação de recursos novos.

Ainda, em 2016, o saldo da soma das rubricas Contratos de Mútuo de curto e de longo prazo incluída a Provisão Encargos Financeiros ficou em R\$ 10.128.794,32, enquanto que em 2015 era de R\$ 11.207.997,05, ou seja, uma redução de 1 milhão de reais no saldo final.

Com relação aos empréstimos consignados, em 2016 ocorreu a quitação desta modalidade.

4.5. Receitas Financeiras: envolvem os rendimentos de aplicações, juros, descontos e atualização de valores a receber. Foram orçadas em R\$ 1.300.000,00 e executadas R\$ 2.326.572,95, justificadas pela melhora nos resultados da cobrança.

4.6. Execução de Projetos com Recurso Externos e Contribuições: totalizou R\$ 2.811.347,46 e se refere aos custos de execução de convênios de projetos com recurso externo como, por exemplo, Unidade de Reabilitação Física, Automação de Subestações, Monitoramento Demei, Negócio a Negócio, Comitê Rio Turvo, Conhecer para Transformar, Diagnóstico Preliminar de Morcegos e seus Abrigos em Áreas Urbanas, Pró-Vôlei, Sebrae Cerne e Extensão Produtiva e Inovação, entre outros; também inclui a devolução de valores a órgãos repassadores de recursos pelo cumprimento parcial de convênios.

4.7. Transferências de Bolsas e Auxílios para Estudantes: executou R\$ R\$ 133.540,10 e se refere às despesas de custeio do Fundo de Apoio às Atividades Estudantis – FAAE e à utilização de bolsa comprada em exercícios anteriores. Os bens imobilizados adquiridos com os recursos do FAAE são inseridos nos investimentos.

4.8. Baixa de Contas a Receber/Disponibilidades/Provisão Clientes e Ações Cíveis: executou em 2016 o valor de R\$ 1.903.231,60, destes R\$ 1.396.577,73 se referem às baixas de clientes estudantes, de clientes de serviços a receber pela prescrição de prazo de cobrança e material de consumo; R\$ 1.463,17 referente à baixa de disponibilidade; R\$ 425.510,59 ao ajuste da provisão de clientes inadimplentes; e R\$ 79.680,11 ao ajuste da provisão de ações cíveis.

5. Outras Receitas Operacionais: em 2016, o montante destas receitas foi de R\$ 9.373.595,84, tendo um incremento de 30,44% se comparado ao executado em 2015, especialmente na conta Diversas Receitas, proveniente do processo do PIS.

Neste grupo, as **Receitas Imobiliárias** se referem à locação dos espaços institucionais e executaram R\$ 168.172,75. A **Receita de Doações de Pessoas** somou R\$ 25.513,29.

A conta **Diversas Receitas** executou R\$ 5.134.404,81 e decorre principalmente do processo promovido pela FIDENE contra a União – Fazenda Nacional, que teve por objeto a Repetição de Indébito Tributário em face do PIS do período de outubro/2005 a outubro/2010 no montante de R\$ 4.371.840,48. Integram ainda estas receitas o recebimento de Multas, Indenizações, Recuperação de Despesas referente à baixa de fornecedores, Diversas Taxas, Taxa Ocupação Casa do Estudante e Outras Receitas como plano odontológico, vacinas, taxas EFA, ajuste valor DCE de 2004 a 2014, transferência de valores da conta receitas a classificar, onde são registrados recebimentos sem identificação de origem, entre outros.

As contas **Recursos Externos para Custeio e Recursos Externos para Investimentos** se referem à receita proveniente de serviços e projetos com recursos externos, executando R\$ 4.045.504,99. Cabe destacar neste item o diferimento de receitas a serem executadas no próximo exercício.

O quadro 08 apresenta os projetos com recursos externos, em vigor no ano de 2016, com o respectivo ano inicial, receita faturada, despesa executada, investimentos e resultados até 31/12/2016, bem como a receita antecipada para 2017.

Quadro 08 – Projetos com Recursos Externos UNIJUÍ até 31/12/2016.

PROJETO ATIVIDADE	ANO DE INÍCIO REPASSE	RECEITA EXTERNA ATÉ 31/12/2016	DESPESA PAGA CONVÊNIO (PESSOAL E CUSTOS GERAIS)	DESPESA PAGA CONTRAPARTIDA	RESULTADO ATÉ 31/12/2016	INVESTIMENTOS ATÉ 31/12/2016	RESULTADO APÓS INVESTIMENTOS ATÉ 31/12/2016	RECEITA ANTECIPADA ATÉ 31/12/2016	Unidade
UNIR	2011	5.355.020,33	4.475.359,92	75.874,08	1.052.180,36	82.922,90	969.257,46	-	DCVida
Desenvolvimento Novos Produtos Alimentícios Base Carne Peixe	2015	820.442,84	0,00	297.956,04	522.486,80	820.442,84	(297.956,04)	185.900,78	DCVida
Diagnóstico Preliminar de Morcegos e seus Abrigos em Áreas Urbanas	2015	5.274,76	5.274,76	18,00	(18,00)	-	(18,00)	-	DCVida
Agroindustrialização de Hortaliças Orgânicas	2016	497.019,80	0,00	20.351,62	476.668,18	497.019,80	(20.351,62)	6.986,45	DCVida
Automação de Subestações	2013	3.339.725,77	2.797.586,83	3.387,56	538.751,38	337.196,55	201.554,83	-	DCEEng
Lote Pioneiro	2011	1.033.408,69	784.161,63	1.133,60	248.113,46	127.864,07	120.249,39	-	DCEEng
Monitoramento DEMEI	2012	279.646,83	213.410,42	968,90	65.267,51	15.424,93	49.842,58	71.947,52	DCEEng
Proext 2015	2016	115,00	115,00	248,00	(248,00)	-	(248,00)	202.281,89	DCEEng
Projeto Negócio à Negócio	2010	2.576.918,36	2.156.286,50	12.450,98	408.180,88	1.300,00	406.880,88	30.000,00	DACEC
Comitê Bacia Hidrográfica Rio Turvo	2013	311.820,56	299.659,02	20.173,97	(8.012,43)	18.839,00	(26.851,43)	-	Reitoria
Projeto Reviva	2012	16.000,00	9.181,58	0,00	6.818,42	-	6.818,42	-	AGIT
Projeto Socioambiental AMA	2013	79.999,99	45.167,19	1.526,05	33.306,75	35.190,38	(1.883,63)	-	AGIT
Conhecer para Transformar	2015	282.825,16	283.481,06	3.738,00	(4.393,90)	-	(4.393,90)	118.456,23	AGIT
Projeto Extensão Produtiva e Inovação - PEPI	2016	168.733,85	145.950,20	42.520,65	(19.737,00)	-	(19.737,00)	311.953,58	AGIT
Projeto Sebrae Carne	2016	41.948,87	41.948,87	14.107,68	(14.107,68)	-	(14.107,68)	44.100,61	AGIT
TOTAL UNIJUÍ		14.808.900,81	11.257.582,98	494.455,13	3.305.256,73	1.936.200,47	1.369.056,26	971.627,06	

6. Resultado Operacional: em 2016 ficou superavitário em R\$ 11.804.180,94 e representou 8,82% da ROB, sendo que em 2015 foi superavitário em R\$ 15.225.799,82, representando 12,13% da ROB.

7. Ganhos e Perdas de Capital: é o resultado entre a receita pela venda e a despesa pela baixa por venda, inutilização, não localização e roubo de bens do ativo imobilizado que, em 2016, somou R\$ 59.949,20. Neste exercício efetivou-se a venda de dois veículos, equipamento Raio X e equipamento de comunicação, o que gerou um resultado negativo de R\$ 13.050,35, além do que registrou a perda por inutilização, não localização ou roubo de R\$ 46.898,85.

8. Resultado do Período: em 2016, o resultado final ficou superavitário em R\$ 11.744.231,74, ou seja, 8,78% positivo em relação à ROB, acompanhado pelos resultados positivos de 2015, 2014 e 2013, que totalizaram R\$ 15.287.093,97, R\$ 11.607.886,21 e R\$ 7.262.838,55, respectivamente.

9. EBITDA: representa a capacidade de geração de caixa da Instituição a partir de suas atividades operacionais, ou seja, é o resultado antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

O cálculo deste indicador toma como base o resultado final do período, acrescenta as despesas de depreciação, o resultado financeiro e o resultado dos ganhos ou perdas de capital do período. É com este recurso que a instituição planeja as despesas de financiamento, de estrutura e de novos investimentos. O quadro 9 apresenta o resumo do cálculo do EBITDA e relação percentual com a Receita Operacional Bruta, descontadas as gratuidades.

Quadro 09 - EBITDA UNIJUÍ – 2008 a 2016

Evolução do EBITDA UNIJUÍ	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Resultado Final	(11.232.027,17)	(2.789.504,79)	(4.684.903,23)	(3.542.072,35)	(1.199.902,83)	7.262.838,55	11.607.886,21	15.287.093,97	11.744.231,74
Depreciações	(1.490.076,31)	(1.462.662,87)	(1.520.742,57)	(1.150.546,24)	(1.179.598,57)	(1.196.750,01)	(962.322,20)	(1.122.258,95)	(1.397.812,86)
Resultado Financeiro	(12.889.089,87)	(10.660.331,43)	(11.755.593,37)	(12.977.336,38)	(13.884.209,67)	(9.732.919,53)	(9.466.552,78)	(8.547.861,58)	(7.265.954,78)
Ganhos e Perdas de Capital	(154.367,08)	(95.714,97)	(212.270,14)	(83.233,39)	(173.254,08)	1.723.023,99	1.054.890,64	61.294,15	(59.949,20)
EBITDA	3.301.506,09	9.429.204,48	8.803.702,85	10.669.043,66	14.037.159,49	16.469.484,10	20.981.870,55	24.895.920,35	20.467.948,58
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	80.057.373,32	74.753.527,45	74.228.853,24	80.879.813,49	87.363.061,15	99.292.729,87	114.939.850,16	125.541.886,53	133.759.436,71
Gratuidades	(17.258.944,12)	(16.481.344,27)	(14.754.433,76)	(17.425.076,75)	(18.601.058,01)	(20.391.085,22)	(21.564.397,28)	(23.507.190,80)	(26.795.959,56)
Receita Líquida	62.798.429,20	58.272.183,18	59.474.419,48	63.454.736,74	68.762.003,14	78.901.644,65	93.375.452,88	102.034.695,73	106.963.477,15
EBITDA Líquido	5,26%	16,18%	14,80%	16,81%	20,41%	20,87%	22,47%	24,40%	19,14%

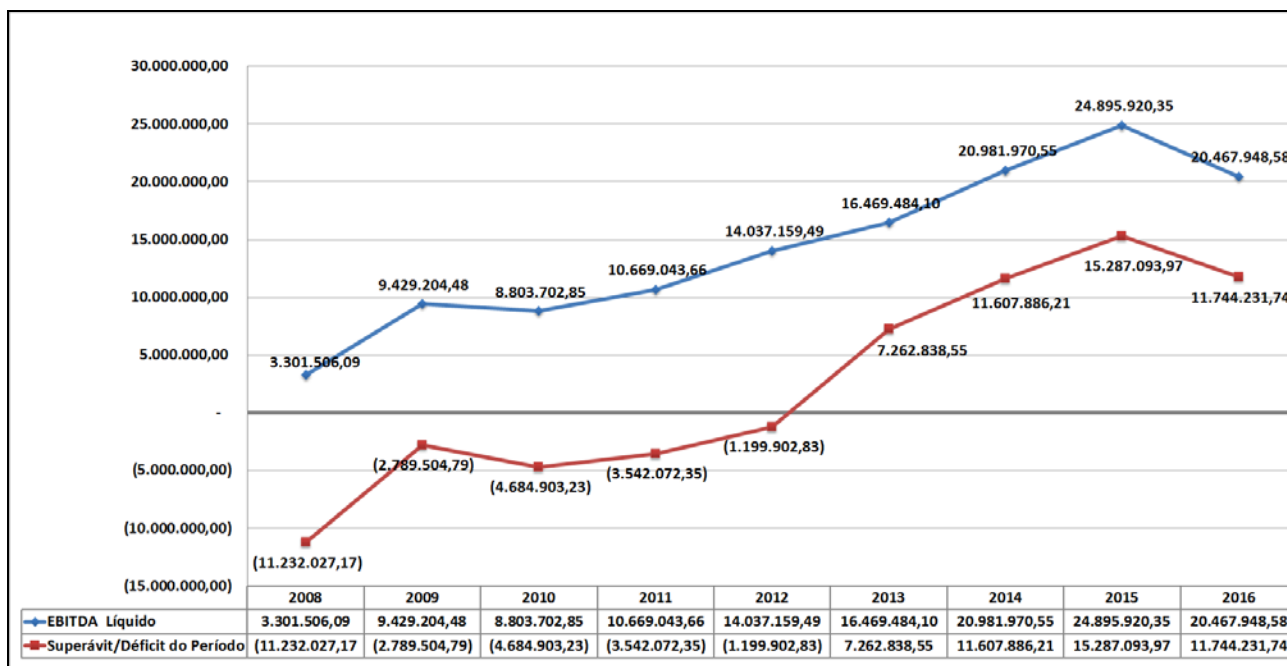
Para analisar o indicador EBITDA, deve-se partir do resultado final que em 2016 foi de R\$11.744.231,74, sendo 3,5 milhões de reais a menor que 2015. Acrescenta-se a depreciação que em 2016 foi maior que 2015 em R\$ 275.553,91. Em seguida acrescenta-se o resultado financeiro, calculado a partir da diferença entre as despesas financeiras que reduziram em relação ao ano anterior e as receitas financeiras que aumentaram, executando R\$ 1.281.906,80 a menor que em 2015 e por último os ganhos ou perdas de capital.

A partir deste cálculo, verifica-se que o EBITDA de 2016 é de R\$ 20.467.948,58, ou seja, é o valor que a instituição gerou de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos das despesas financeiras, receitas financeiras, depreciações e perdas de capital. Em relação a 2015, o EBITDA executou 4,4 milhões de reais a menos.

A variação do EBITDA do ano de 2015 para 2016 mostra que a instituição foi menos eficiente no uso dos recursos necessários para gerar receitas e reduziu sua produtividade, pois em 2015 este indicador representava 24,40% da Receita Operacional Bruta descontadas as Gratuidades e em 2016 o indicador é de 19,14%. Cabe destacar que o PDI estabeleceu como meta a “Geração de um EBITDA anual equivalente a 20% da Receita Bruta descontadas as gratuidades”.

A evolução do Resultado Final e do EBITDA líquido é apresentado no gráfico 15.

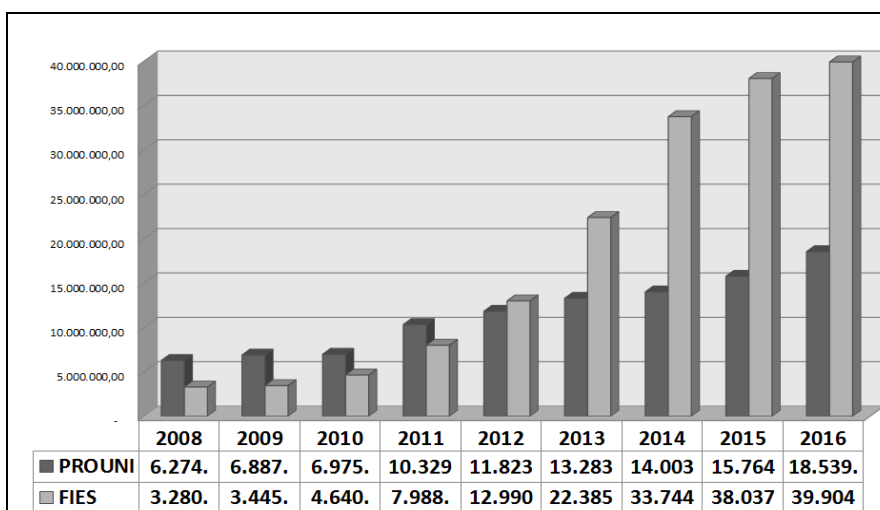
Gráfico 15 - Evolução do Resultado e EBITDA Líquido



10. Outros aspectos relevantes da execução orçamentária:

a) **Programas de Financiamento Estudantil:** em 2016 o financiamento externo das mensalidades por intermédio do FIES – Fundo de Financiamento Estudantil foi concedido a 3.258 estudantes. Em termos financeiros, este programa totalizou R\$ 39.643.685,58, que representa 42,60% da receita líquida de graduação (receita bruta de graduação descontadas as gratuidades, bolsas benefícios a funcionários e dependentes e desconto por pagamento em dia). A evolução financeira da concessão de financiamento por intermédio do FIES e da execução das bolsas ProUni podem ser visualizados no gráfico 16.

Gráfico 16 - Evolução da execução financeira de concessão do FIES e do ProUni e estudantes beneficiados



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº ESTUDANTES PROUNI	993	1.055	1.190	1.513	1.360	1.311	1.272	1.465	1.333
Nº ESTUDANTES FIES	873	734	1.147	1.344	1.656	2.339	3.032	3.242	3.258

b) Inadimplência: O quadro da inadimplência nas mensalidades dos cursos de graduação da UNIJUÍ demonstra a oscilação nos índices de inadimplência ao final de cada ano e a capacidade de recuperação dos valores a receber. Dentre os elementos do quadro, cabe descrever:

- a) o valor de títulos emitidos é o valor líquido das mensalidades, do qual estão descontados os valores dos financiamentos estudantis e gratuidades;
- b) o percentual de inadimplência no ano base é calculado sobre os valores não recebidos até o dia 31 de dezembro de cada ano;
- c) o percentual de inadimplência no ano base é calculado sobre os valores não recebidos até o dia 31 de dezembro de 2016.

A evolução da inadimplência nas mensalidades dos cursos de graduação da UNIJUÍ é apresentada no quadro 10.

Quadro 10 – Inadimplência nas mensalidades dos cursos de graduação da UNIJUÍ

Ano	Valor de Títulos Emitidos	Saldo devedor no encerramento do ano	% inadimplência no ano base	Saldo devedor em 31/12/2016	% inadimplência em 31/12/2016
2008	47.362.135,06	1.768.879,33	3,73%	203.538,90	0,43%
2009	45.776.759,16	2.407.089,14	5,26%	252.956,96	0,55%
2010	41.391.316,62	1.579.966,86	3,82%	145.456,82	0,35%
2011	42.455.854,46	2.030.686,66	4,78%	282.257,23	0,66%
2012	43.234.198,94	2.220.587,14	5,14%	408.313,16	0,94%
2013	43.463.553,44	2.094.527,77	4,82%	551.764,03	1,27%
2014	45.723.137,89	2.128.102,55	4,65%	840.928,44	1,84%
2015	48.607.641,61	3.004.579,65	6,18%	1.395.178,29	2,87%
2016	51.086.869,71	3.087.861,45	6,04%	3.087.861,45	6,04%

A análise do quadro da inadimplência precisa considerar fatores como o aperfeiçoamento da sistemática de cobrança e tratamento da inadimplência e o aumento da oferta do FIES a partir de 2012.

c) Investimentos e Melhorias: somaram R\$ 4.381.901,94 em 2016. Destes, pode-se relatar que o valor Imobilizado totalizou R\$ 2.967.117,46, dos quais: R\$ 107.266,27 são provenientes de Doações; R\$ 834.841,64 de Convênios com recursos externos; e R\$ 2.025.009,55 de recursos próprios. Estas melhorias representaram 3,06% da receita total. Cabe destacar a meta estabelecida no PDI “Viabilizar um investimento anual na manutenção da infraestrutura da Universidade de no mínimo 2,5% da receita bruta anual”.

Adicionam-se ao valor Imobilizado as despesas com reformas/transferência de ambientes, manutenção, conservação e instalação, que executaram R\$ 1.414.784,48.

O quadro 11 apresenta o resumo dos investimentos que foram imobilizados no âmbito da FIDENE em 2016.

Quadro 11 - Quadro dos Imobilizados 2016 - FIDENE

IMOBILIZADO 2016	VALOR	%
Infraestrutura Campus Ijuí	62.870,20	2,12%
Prédios Campus Universitário	48.149,50	1,62%
Instalação Predial Ijuí	21.505,00	0,72%
Instalação Predial Panambi	3.852,00	0,13%
Infraestrutura IRDeR	12.600,00	0,42%
Instalação Predial Ijuí em Andamento	18.500,00	0,62%
Infraestrutura IRDeR em Andamento	17.210,90	0,58%
Ampliação Prédio de Artes	262.697,50	8,85%
Móveis, Equip. e Utens.	165.557,24	5,58%
Audiovisual e Comunicação	33.504,39	1,13%
Hardware	626.978,66	21,13%
Laboratório	944.264,78	31,82%
Máquinas e Aparelhos de Reprografia	4.200,00	0,14%
Máquinas e Aparelhos Oficina	4.049,33	0,14%
Tratores e Implementos Agrícolas	111.000,00	3,74%
Equipamentos Agropecuários	13.900,00	0,47%
Aplicativos de Informática	6.500,00	0,22%
Material Bibliográfico	197.436,20	6,65%
Veículos	263.700,00	8,89%
Consórcio de Tratores	68.398,64	2,31%
Bens Móveis em Montagem	10.996,52	0,37%
Semoventes	1.150,00	0,04%
TOTAL IMOBILIZADO	2.967.117,46	100,00%

Cabe destacar a imobilização nos laboratórios de ensino e prestação de serviços do DEAg, DCVida e DCEng, através da aquisição de equipamentos com recursos próprios que somaram R\$ 244.000,00 e R\$ 700.000,00 referente a projetos do DCVida com captação de recursos externos.

O valor imobilizado em hardware refere-se à compra de CPU e monitores para laboratório, switch, servidores, que totalizou R\$ 626.978,66.

Ainda, no que se refere aos bens registrados no controle patrimonial da instituição, cabe assinalar os bens recebidos em comodato no montante de R\$ 261.566,47, dos quais R\$ 45.711,17 foram contabilizados e agregados ao patrimônio em 2016. Estes bens são originários de projetos submetidos à aprovação junto a órgãos externos por pessoa física, tais como FAPERGS, CNPq, FNDE, ITECSOL e também de projetos encaminhados pela Associação dos Amigos do Museu.

Cabe registrar as informações sobre as salas de aula nos diferentes *campi* da UNIJUÍ. No conjunto de 175 salas de aula, todas possuem cadeiras estofadas, 165 estão climatizadas e 104 dispõem de multimídia fixo.

Os investimentos e melhorias do período 2008 a 2016 são apresentadas no anexo 6.

2.3. Análise da Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

A análise realizada pela Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão sobre o Relatório de Atividades da FIDENE, referente ao exercício de 2016, centra-se nas Ações de Qualificação das Políticas de Pesquisa; Ações de Qualificação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*; Ações de Qualificação dos Programas de Educação Continuada; Ações de Qualificação das Políticas de Extensão e Cultura; e Ações de Qualificação das Relações Internacionais.

Em relação às ações da pesquisa em 2016, o Relatório de Atividades enfatiza a articulação da política de pesquisa com a política de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, mantendo a

meritocracia como pilar de sustentação, em que o objetivo é a acreditação externa nos processos de avaliação da Instituição, mas não obstante da missão Institucional, em ser um agente de desenvolvimento. Com essa premissa, os processos que foram instituídos são meritocráticos, avaliando a produção científica e tecnológica de forma permanente, via editais de pesquisa, de concessão de bolsas de iniciação científica e tecnológica e de credenciamento docente nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Esses processos objetivam, para além da verificação quantitativa e qualitativa da produção intelectual, fomentar o fortalecimento dos Grupos de Pesquisa e avanços de qualidade e de impacto dos projetos de pesquisa, visto que nos editais é condição ser membro de GP e ter projeto de pesquisa aprovado pelo Departamento.

Em 2016 a VRPGPE gerenciou o montante de 12.879 horas do Fundo Institucional de Pesquisa - FIP previsto na RDO. Deste total, 6.752 horas foram investidas em editais internos de pesquisa, 2.225 horas para contrapartida de projetos com financiamento externo, incluídos os projetos de apoio aos polos tecnológicos, e 719 horas para outras ações, como Olimpíada Empreendedora e orientação de Iniciação Científica. O total de 923 horas precisaram ser remanejadas para o Fundo Institucional de Extensão. Havia uma projeção de horas para serem destinadas a um edital interno de inovação, mas, no contexto dos ajustes institucionais, este edital não foi realizado e estas horas não foram utilizadas, assim como o montante de horas reservado à contrapartida institucional para projetos financiados.

Realizou-se entre os meses de agosto e outubro de 2016, o Edital Pesquisador 2017, que conservou, na sua essência, a meritocracia. Para isso, os critérios de avaliação e classificação do Edital foram a Produção Científica Individual (60% da avaliação); o Projeto de Pesquisa (20% da avaliação); e a Produção Científica do Grupo de Pesquisa (20% da avaliação). Inscreveram-se para concorrer ao Edital 48 docentes Mestres e Doutores. Destes, 36 foram classificados para serem contemplados com horas do Fundo Institucional, para desenvolverem atividades de pesquisa durante o ano de 2017.

Em 2016, destaca-se a aprovação de dois novos projetos no Edital de Apoio aos Polos Tecnológicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia – SDECT/RS, ambos com aporte de recursos no montante aproximado de R\$ 1 milhão para investimentos em bens de capital. No total, a instituição aprovou neste ano mais de R\$ 4,2 milhões em editais. O financiamento destes projetos soma cerca R\$ 2,5 milhões investidos em infraestrutura para pesquisa em benefício da região noroeste do Estado por meio da Universidade.

O relatório também apresenta dados da produção científica na instituição, evidenciando que dentre a produção dos pesquisadores contemplados com horas do FIP para 2017, que compreende a produção do período 2013-2016, aproximadamente 60% concentra-se em periódicos com Qualis A1, A2, B1 e B2. De modo geral, os dados da produção científica institucional nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016 demonstram que, com exceção da produção em capítulos de livros, que, em 2016, cresceu 65% em relação a 2013, a produção de artigos e livros mantém-se estável.

No contexto da extensão, a UNIJUÍ atuou na comunidade local e regional com 17 projetos na modalidade Ações Comunitárias, atendendo à população envolvida nas mais diversas ações, como cidadania, geração de renda, mediação de conflitos, dentre outras ações. Destaca-se que, por meio de projetos de extensão, a instituição conseguiu captar mais de R\$ 1,5 milhões em editais, para investimentos em infraestrutura e serviços.

Do montante de 11.773 horas do Fundo Institucional de Extensão, 10.877 horas foram destinadas às ações comunitárias, via edital interno. O restante foi aplicado em projetos institucionais, como Cadagy (coordenação), Rondon (elaboração de projeto), Combate à dengue e NEPI – Núcleo de Extensão Produtiva.

No âmbito das ações culturais, a Unijuí ofereceu à comunidade acadêmica e externa, a oportunidade de participar de diversos eventos culturais organizados mensalmente, com ações conjuntas da Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e os três grupos culturais

institucionais. Dentre os eventos culturais, destaca-se: a efetivação da peça teatral “O menino do dedo verde”, peça integrante do Projeto Conhecer para Transformar, financiada com recursos do Convênio MCTI nº 09/2013 – proposta SICONV nº 791018; a “Tertúlia Universitária: Valorizando nossa tradição”, um projeto em conjunto com os três grupos culturais da Unijuí (Coral Unijuí, Grupo de Teatro Unijuí - GTU e Cia CADAGY), com a participação de convidados; e o “Concertos de Natal: Clássicos e Eruditos”, realizado nos quatro *campi* da Instituição: Ijuí, Três Passos, Santa Rosa e Panambi.

Em relação aos programas acadêmicos institucionais, destaca-se o quarto Ciclo de Formação para a Pesquisa e Extensão e o Curso de Inglês para Bolsistas. O Ciclo de Formação para a Pesquisa envolveu os bolsistas e voluntários de pesquisa em diferentes eventos realizados no período de março a novembro, totalizando 18 horas de atividades e 394 participantes. O Curso de Formação em Língua Estrangeira – Inglês, neste ano, passou a ser desenvolvido na modalidade EaD, ampliando a oferta para 300 vagas. Para todos os estudantes matriculados são proporcionados grupos de conversação sob a responsabilidade do Laboratório de Ensino de Línguas e do Escritório de Relações Internacionais, além de serviços de tradução e tutoria na Plataforma de estudo.

Integrando a pesquisa com o ensino de graduação, a iniciação científica e tecnológica continuou se destacando em 2016. O número de bolsas de iniciação científica e tecnológica nos anos de 2016-2017 foi de 156, representando uma redução de 21 bolsas em relação ao período anterior. Esta redução, contudo, centraliza-se nas bolsas de Ensino Médio do CNPq que, historicamente, a instituição teve dificuldade em implementar e neste ano deixaram de ser concedidas pelo órgão. A demanda apresentada foi novamente superior ao número de bolsas disponíveis, demonstrando um maior envolvimento dos docentes com a formação pela iniciação científica, principalmente daqueles que atuam em programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, inserindo estudantes da graduação em seus grupos de pesquisa, dos quais já participam estudantes dos cursos de mestrado e de doutorado.

Além dos bolsistas de IC e IT, no âmbito do PROAV – Programa de Voluntariado Acadêmico, a VRPGPE registrou a participação de 56 estudantes voluntários em pesquisa no ano de 2016.

Em relação ao PIBID, aponta-se que este programa teve continuidade em 2016, com um volume de 84 bolsas, contudo, não foi possível ampliar o número de benefícios e o universo das escolas inseridas como inicialmente havia sido proposto pela universidade, uma vez que a política governamental se posicionou pela redução do número de bolsas ocasionando a perda de cinco bolsistas de Iniciação à Docência e um Supervisor de escola.

No Programa de Educação Tutorial – PET, mantiveram-se os três grupos já existentes: Ciências Econômicas, Engenharia Civil e Ciências Biológicas. Em 2016 participaram dos Grupos PET 36 bolsistas e oito voluntários, todos orientados pelos respectivos tutores de cada grupo e as bolsas financiadas pelo Ministério da Educação.

Ainda, quanto aos programas acadêmicos, no que se refere à extensão, foram destinadas 41 bolsas PIBEX, oriundas do Fundo Institucional de Extensão, o que possibilitou a inserção de estudantes nos projetos de extensão institucionais, na modalidade de ações comunitárias.

No âmbito dos eventos científicos, destaque para o Salão do Conhecimento 2016, realizado no período de 26 a 30 de setembro, e que teve como tema “Ciência Alimentando o Brasil”. A exemplo dos anos anteriores, a temática do evento foi convergente à proposta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT).

Destaca-se o aumento significativo em inscrições de trabalhos (1.266) e de participantes (2.209) em relação ao ano anterior (25%). Do total de 1.166 trabalhos selecionados, 953 foram apresentados no *Campus* Ijuí, 129 em Santa Rosa, 19 em Panambi e 65 em Três Passos. Em

Ijuí, a média foi de 202 trabalhos e 35 avaliadores por dia. Os trabalhos inscritos por área foram os seguintes: 218 de Ciências da Saúde, 91 de Ciências Exatas e da Terra, 23 de Linguística, Letras e Artes, 18 de Ciência Alimentando o Brasil, 114 de Ciências Agrárias, 329 de Ciências Sociais Aplicadas, 213 de Ciências Humanas, 49 de Ciências Biológicas e 111 de Engenharias.

Dos trabalhos apresentados na forma de pôster, 50, distribuídos entre os eventos que integram o Salão do Conhecimento, obtiveram nota máxima e foram classificados como “Destaques”. A certificação aos autores dos trabalhos destaques será feita em março de 2017, no primeiro encontro do Ciclo de Formação para a Pesquisa e Extensão 2017.

Todos os trabalhos inscritos e selecionados foram publicados nos Anais do Salão do Conhecimento 2016, destacando que a publicação aconteceu em nova plataforma *online*, agora disponível para todos os eventos da instituição.

Cabe destacar o número expressivo de participantes no Salão para além do número de inscritos para certificação chegando aproximadamente a 5.000 pessoas circulando nos quatro *campi* nas diferentes atividades ofertadas, como mostra de iniciação científica, palestras, seminários, painéis temáticos, exposição de pôsteres e apresentação de bolsistas. Os registros das diferentes atividades que ocorreram demonstram que a comunidade acadêmica se apropriou deste espaço e da oportunidade de socialização das áreas de conhecimento e suas produções, bem como da construção da interdisciplinaridade.

No âmbito da pós-graduação *Stricto Sensu*, o ano de 2016 corresponde ao fechamento do ciclo avaliativo da Capes. Conforme planejamento institucional, desencadeou-se neste ano o processo de credenciamento de docentes para atuar nos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* da instituição no próximo quadriênio. Para tanto, foi realizada a revisão das normas que regulamentam este processo e o Programa Ppdocência, culminando na aprovação da Resolução CONSU nº 20/2016. O processo foi realizado em duas etapas: uma etapa em que foi avaliado o desempenho dos professores credenciados no quadriênio 2013-2016 e uma segunda etapa, em que se avaliaram os candidatos a ingressarem nos PPGSS que possuíam vagas para o corpo permanente. A avaliação foi desenvolvida por bancas examinadoras, compostas pelo Coordenador do PPG, um docente de outro PPG da Unijuí e um docente externo. As bancas produziram ata com os resultados e apontamentos sobre as fragilidades e potencialidades do processo. Todos os docentes avaliados na primeira etapa apresentaram desempenho satisfatório e foram reconhecidos para o quadriênio 2017-2020. A partir do número de vagas disponíveis nos Programas, cinco novos professores da Instituição passarão a integrar o corpo docente permanente dos PPGSS em 2017. Todos esses vinham sendo contemplados nos últimos anos com horas do FIP, evidenciando o alinhamento da pesquisa institucional com os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

A produção científica dos professores foi um dos itens avaliados no processo e a métrica do cálculo teve como parâmetro os respectivos documentos de área da Capes, um avanço em relação ao credenciamento realizado em 2012. O Indicador de Produtividade – IndProd mínimo exigido para ingresso ou permanência nos PPGSS ficou estabelecido em 0,8. Após a conclusão do processo de credenciamento, os dados da produção científica dos docentes demonstraram que a média do IndProd nos PPGs ficou entre 2,05 (mínimo) e 4,06 (máximo). A expectativa é de que este desempenho, muito acima do mínimo estabelecido pela instituição, venha a refletir positivamente na avaliação dos programas pela Capes.

Em consonância com as metas estabelecidas no PDI, a Unijuí apresentou à CAPES, em 2016, o projeto do curso de Mestrado Acadêmico em Sistemas Agropecuários e Ambiente, na área de Ciências Ambientais, mas não foi recomendado, embora o projeto tenha obtido desempenho satisfatório no que se refere às condições asseguradas pela instituição, dimensão e regime de trabalho do corpo docente, bem como produtividade docente e consolidação da capacidade de pesquisa. Mas não foi recomendado pela Comissão de Avaliação, mediante a justificativa de não possuir abordagem interdisciplinar, não apresentando aderência à área de Ciências Ambientais.

A Unijuí também aprovou em 2016 a oferta do curso de Mestrado Profissional em Rede: Educação Física – PROEF, com oferta nacional, a ser realizado por uma rede de Instituições de Ensino Superior, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), e coordenado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). No processo seletivo, efetivado no mês de junho, a Unijuí ofertou 12 vagas. O curso tinha previsão de início no mês de agosto, mas foi adiado para 2017, por razões vinculadas ao financiamento público do programa.

Quanto à oferta dos cursos de Mestrado e Doutorado, demonstra-se a preocupação com a redução gradativa na procura, especialmente em alguns Mestrados. Embora a maioria dos cursos tenha conseguido manter o preenchimento das vagas ofertadas, o desempenho nos processos seletivos dos últimos três anos mostra uma tendência à redução do número de inscrições, sendo que este declínio foi de 16% entre 2015 e 2016 e 25% entre 2016 e 2017, ou seja, 38% em dois anos.

No que se refere à Educação Continuada, a VRPGPE e a Unidade de Educação Continuada (UEC) atuaram de forma objetiva e alinhada às proposições do PDI. Nesse sentido, trabalharam em conjunto com os departamentos para garantir a oferta de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* (PGLS) e qualificação profissional nas diferentes áreas do conhecimento.

A partir desta ação, observou-se que os resultados de 2016 dispostos no Quadro 01, obtiveram destaque para a oferta de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* (PGLS), que apresentou índice de 73% (setenta e três por cento) de efetivação. Ressalta-se que todas as ofertas foram cadastradas no sistema e-MEC.

Quadro 01: Relação de cursos ofertados e efetivados em 2016

Modalidade de Curso	Nº de Cursos Ofertados	Nº de Cursos Efetivados	Nº de Cursos Não Efetivados	Nº de Cursos com Inscrições Abertas
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	24	17	06	01
Programa de Residência	02	02	00	00
Qualificação Profissional	71	43	25	03

Em relação aos cursos de qualificação profissional, observa-se que as ofertas foram realizadas em quantidade significativa nas diferentes áreas do conhecimento. Destaca-se que os cursos desta modalidade estruturados e efetivados com maior e/ou total carga horária prática, ministrados por profissionais que trazem a experiência do *locus* profissional, obtiveram além de turmas efetivadas no limite máximo de capacidade de vagas, um resultado excelente, segundo avaliações do corpo discente.

Sobre o processo de avaliação das disciplinas e estrutura das ofertas, destaca-se avanços realizados no sentido de qualificar e obter resultados que orientam as decisões de ofertas futuras. A avaliação dos cursos de PGLS é realizada pelo estudante no portal do aluno quando cumpridos 60% da carga horária da disciplina, e os resultados são encaminhados aos Coordenadores com objetivo de qualificar as novas ofertas.

Da mesma forma, a avaliação dos cursos de Qualificação profissional acontece de forma *online* disposta no *Google Drive*. Os resultados destas avaliações consideram a opinião do estudante e de sua aprendizagem, para as futuras ofertas nas diversas áreas do conhecimento, considerando as que necessitam de qualificação profissional, que são apontadas pelo público potencial e por meio de pesquisa de mercado.

Destaca-se que o trabalho em conjunto entre VRPGPE, UEC, Departamentos e Escolas Superiores possibilitou o aumento da diversidade de oferta qualificada e compatível com a meta do planejamento institucional.

As ações realizadas para viabilizar e efetivar as ofertas de Educação Continuada estão em constante aperfeiçoamento, buscando novas formas e parcerias de diferentes instituições e profissionais, atendendo a demanda das diversas áreas do conhecimento, preparando e qualificando profissionais para a prática no desenvolvimento das atividades de suas profissões, com impacto e resultados na comunidade local e regional.

No âmbito da política de relações internacionais, com o apoio do Escritório de Relações Internacionais (ERI), foram possibilitadas atividades de intercâmbio e estágio no exterior, por estudantes dos cursos de graduação, a destinos como Portugal, Polônia, Austrália e Egito. Além disso, foram realizadas viagens de estudos, módulos acadêmicos ou pesquisa no exterior, em países como Argentina, Alemanha, Áustria e Colômbia. A Unijuí também recebeu estudantes estrangeiros de Angola, Colômbia e Alemanha e realizou atividades com um grupo de alunos da Universidade de Innsbruck, Áustria.

A política de relações internacionais também incentivou e possibilitou a ida de docentes à Europa e países da América Latina, principalmente Argentina, Chile, Colômbia, Espanha, Portugal e Itália, que realizaram ações no âmbito de convênios de cooperação interinstitucionais ou no âmbito de atividades acadêmicas específicas, como participação em bancas de mestrado e de doutorado, participação em eventos internacionais e módulos disciplinares em cursos de universidades estrangeiras, entre outros. Cabe destacar que neste período a Unijuí também recebeu docentes da Alemanha, Áustria, Portugal, Espanha, Polônia e Letônia para atividades acadêmicas como participação de bancas de mestrado e de doutorado, participação em eventos, pesquisa e ensino.

III – PARECERES DOS RELATORES

3.1. Relator da Câmara de Graduação

A partir do conjunto de ações desencadeadas pela Vice-Reitoria de Graduação, destaca-se o compromisso institucional na educação e formação de sujeitos, com saberes para além de sua formação específica, o que possibilita a formação de cidadãos com identidade profissional e social, com capacidade de compreender e transformar para além de sua especificidade, na construção de uma sociedade mais ética e justa.

Neste processo emerge a importância de programas como a Formação Continuada de Docentes, a Avaliação da Ação Docente e seus subprogramas e a elaboração e reestruturação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, ações que permitem aos gestores e docentes refinar seu instrumental teórico e permitir investigações que possam dar conta de novas questões, cuja complexidade desafia os paradigmas vigentes.

Ressalta-se a importância na ampliação das ações da VRG no que confere a avaliação dos planos de ensino, bem como, a devolutiva aos docentes em tempo hábil, permitindo assim ações de melhoria, possibilitando que os planos de ensino ultrapassem a ação administrativa e tornem-se instrumentos de execução planejada da atividade docente pactuada com os estudantes.

As ações elencadas no Relatório Anual do ano de 2016, quanto as reflexões e percepções da modalidade EaD, evidenciam a intenção institucional desta modalidade como uma oportunidade de inovação no ensino superior e de atendimento a uma demanda da sociedade, no entanto, inúmeras dificuldades vêm sendo enfrentadas, tanto no que se refere à expansão de polos, quanto na ampliação do número de estudantes que buscam adesão às ofertas de cursos nessa modalidade. Denota-se a necessidade de retomar e avaliar essa política, principalmente a partir do cancelamento da oferta de vagas para cursos nesta modalidade, visando retomá-la sob outros parâmetros mais sustentáveis e aderentes à demanda regional.

Também é significativo o movimento realizado pela VRG, através do Núcleo de Acompanhamento e Acessibilidade Institucional – NAAI, desenvolvendo ações que permitam a inclusão e acessibilidade dos sujeitos, tanto no que se refere às adequações dos espaços físicos, quanto ao acompanhamento e auxílio a estudantes com dificuldades de aprendizagem, problemas emocionais e orientação profissional, permitindo aos educadores e gestores o desenvolvimento de estratégias que reduzam a evasão.

O acerto da política de implantação dos Núcleos Comuns de Disciplinas por área de conhecimento entre os Cursos de Graduação, que em 2016 institui o Núcleo Comum da Saúde e o Núcleo Comum das Engenharias permitindo, através de ofertas integradas, o desenvolvimento de atividades interdisciplinares, suscitando o debate e enriquecendo o planejamento entre os pares.

Destaca-se, ainda, a consonância das propostas e ações da VRG balizadas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico Institucional, bem como, pelo coletivo que forma esta instituição, na busca pela excelência acadêmica.

O relator posiciona-se favorável à aprovação do Relatório de Atividades Anual UNIJUÍ 2016. É o parecer.

Ijuí, 29 de março de 2017.

Alessandro Hermann - Conselheiro Relator

3.2. Parecer dos Relatores da Câmara de Administração

A análise do Processo CONSU Nº 13/2017 – **Relatório de Atividades e Balanço Anual Unijuí 2016** realizada pelos relatores, nomeados pelo Presidente da Câmara de Administração, possibilita a explicitação de um conjunto de observações, conforme segue:

- 1) Os documentos que compõem o processo apresentam de forma clara e consistente o conjunto de atividades realizadas durante o ano de 2016, bem como seus resultados mais relevantes.
- 2) Destaca-se o resultado final do exercício 2016, o qual foi superavitário em R\$ 11.744.231,74, ou seja, R\$ 738.564,29 a maior do orçado.
- 3) As ações desenvolvidas, as atividades realizadas e os processos de acompanhamento e controle implementados estão em sintonia com as diretrizes estabelecidas no PDI. No que se refere ao alcance das metas propostas, destaca-se:
 - a) Elevar anualmente a receita total da Universidade em no mínimo 10% acima da variação do INPC: a receita representou um crescimento de 7,84%, sendo que a meta era de 10,07%;
 - b) Manutenção dos custos totais de pessoal com encargos e provisões em no máximo 50% da Receita Bruta anual: em 2016, o percentual da folha de pagamentos de pessoal docente e técnico-administrativo com vínculo (com horas extras, avulsas, *in itinere*, encargos sociais e provisões, excluídas as rescisões e as ações trabalhistas) alcançou 53,89% da Receita Operacional Bruta;
 - c) Geração de um EBITDA anual equivalente a 20% da Receita Bruta descontadas as gratuidades: observa-se uma crescente melhora neste indicador que passou de 5,26% em 2008 para 19,14% em 2016. No entanto, não alcançou a meta estabelecida;
 - d) Viabilizar um investimento anual na manutenção da infraestrutura da Universidade de, no mínimo, 2,5% da receita bruta anual: os investimentos e melhorias representaram 3,06% desta receita;

- e) Gerar resultado líquido de modo a proporcionar uma amortização anual mínima de 10 milhões de reais no principal da dívida contratada: o resultado líquido possibilitou amortizar o principal da dívida contratada em R\$ 10.527.862,47 milhões de reais.
- 4) Os investimentos realizados na qualificação da infraestrutura das salas de aula, dos laboratórios e demais espaços acadêmicos possibilitam a consolidação dos projetos de educação superior em desenvolvimento.
- 5) As projeções econômico-financeiras realizadas através do orçamento programa possibilitaram um acompanhamento efetivo de sua realização. No entanto, existe a necessidade de acelerar as ações corretivas pontuais, no sentido de minimizar os efeitos de distorções entre o orçado e o executado, sempre se atentando para a execução a menor das receitas, que refletem os efeitos da crise econômica que foram maiores que o previsto.
- 6) Destaca-se, ainda, que o montante dos resultados produzidos contribui fortemente para a diminuição dos passivos institucionais e gera impactos positivos para o futuro com a gradual redução dos custos e encargos financeiros.

Procedida a análise, o parecer dos relatores é favorável à aprovação do **Relatório de Atividades e Balanço Anual UNIJUÍ 2016**, com as seguintes indicações:

- 1) Que se proceda uma revisão orçamentária para 2017, haja visto que o cenário que se apresenta indica uma forte tendência de que se repita a situação vivenciada em 2016, principalmente a partir do segundo semestre, em que ocorreu uma redução das receitas, sem a efetiva diminuição nas despesas. Entende-se que os resultados econômico-financeiros a partir de ações corretivas podem avançar significativamente na superação dos desafios de sustentabilidade da instituição;
- 2) Que no ano de 2017 sejam revisados os processos de trabalho e analisada a pertinência das diferentes atividades mantidas pela instituição;
- 3) Que seja feita uma revisão da Resolução CONSU nº 04/2014 que trata da gestão dos tempos docentes, implantada no 2º semestre de 2014 e que fechou o segundo ciclo avaliativo em junho de 2016, no sentido de otimização dos critérios de atribuição de tempo para a realização das diferentes atividades docentes.

É o parecer.

Ijuí, 04 de abril de 2017.

Mauricio de Campos e João Lucas Pereira dos Santos – Conselheiros Relatores.

IV – PARECERES DAS CÂMARAS

4.1. Parecer da Câmara de Graduação – CG nº 03/2017

A Câmara de Graduação, reunida em 30 de março de 2017, analisou o Processo CONSU nº 13/2017, que trata do Relatório e Balanço da Unijuí 2016, com base no parecer do Relator, **tendo emitido seu Parecer, favorável à aprovação**. Destaca que sua análise se ateve ao item B - Ações de Qualificação dos Programas de Graduação, considerando a sua especificidade.

Decorrente desta análise, esta Câmara sugere que sejam considerados os seguintes aspectos, na definição das prioridades de ação para o ensino de graduação, no ano de 2017:

- no que se refere ao Programa de Formação Continuada Docente buscar oferecer mais oficinas e minicursos, estudo e apresentação de casos do uso de novas metodologias por docentes da Unijuí, com questões mais práticas do cotidiano da sala de aula, visando aprofundar as questões que já foram amplamente debatidas nos últimos anos, por meio do referido Programa;
- incorporar aos subprogramas já existentes no Programa de Formação Continuada Docente, um novo subprograma denominado *Formação Docente para atuação na modalidade EaD*, o qual deverá se constituir em condição *sine qua non* para atuação em disciplinas ofertadas nessa modalidade;
- sintonizar as ações dos Núcleos Docente Estruturantes com as ações da Coordenação do Curso, em especial, no que se refere à análise dos Planos de Ensino, que devem estar concluídas antes do início do semestre, para que possam subsidiar a análise dos referidos Planos nas reuniões de planejamento que antecedem o início das aulas, mas, também, a análise dos resultados do subprograma: avaliação pelos discentes, que deve ser igualmente considerada na definição do semestre letivo;
- oferecer formação aos gestores dos cursos de graduação para qualificar as ações de planejamento das atividades letivas dos semestres no âmbito dos Colegiados dos Cursos, em especial no que se refere à análise dos planos de ensino e à necessária devolutiva aos docentes para que os mesmos possam efetivamente qualificar seu instrumento de planejamento da disciplina a partir dos apontamentos recebidos;
- fortalecer os projetos pedagógicos dos cursos de graduação como efetiva diretriz da ação cotidiana docente e discente, mantendo e ampliando conceitos de alto desempenho na formação superior oferecida pela Unijuí;
- efetivar a implantação da gestão dos projetos pedagógicos no SIE a partir dos cursos que estão revisando seus PPCs em 2017;
- atuar de forma mais proativa às avaliações externas no que se refere à acessibilidade, especialmente no quesito acessibilidade física.

Encaminhe-se à plenária do Conselho Universitário para deliberação.

Ijuí, 30 de março de 2017.

Cristina Eliza Pozzobon – Presidente, Alessandro Hermann, Euselia Vieira e Vanessa Barbosa.

4.2. Parecer da Câmara de Administração – nº 02/17, de 04/04/2017.

A Plenária da Câmara de Administração, reunida no dia 04 de abril de 2017, apreciou o processo nº 13/2017 - Relatório de Atividades e Balanço Anual UNIJUÍ 2016 e acompanha o parecer dos relatores, **emitindo parecer favorável à aprovação.**

Encaminhe-se à plenária do CONSU para deliberação.

Ijuí, 04 de abril de 2017.

Dieter Rugard Siedenberg – Presidente, Roberto Carbonera, Dilson Trennepohl, Mauricio de Campos e João Lucas Pereira dos Santos.

4.3. Parecer da Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão nº 03/2017, de 30/03/2017

A Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, reunida em 30 de março de 2017, analisou o Processo CONSU nº 13/2017 e emitiu seu **parecer favorável à aprovação.**

Encaminhe-se à plenária do Conselho Universitário para deliberação.

Ijuí, 30 de março de 2017.

Fernando Jaime González – Presidente, Aldemir Berwig, Douglas Cesar Lucas, Jorge Oneide Sausen e Marcio Strassburger.

V – DECISÃO DA PLENÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

O Conselho Universitário, em sessão plenária do dia 06 de abril de 2017, analisou o Processo nº 13/2017 e decidiu acompanhar os pareceres das três Câmaras – de Graduação, de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e de Administração **favoráveis à aprovação** do **Relatório de Atividades e Balanço Anual Unijuí 2016**, acompanhando as recomendações dos Relatores, as considerações da Câmara de Graduação e, reiterando as indicações de que:

- 1) se proceda uma revisão orçamentária para 2017, haja visto que o cenário que se apresenta indica uma forte tendência de que se repita a situação vivenciada em 2016, principalmente a partir do segundo semestre, em que ocorreu uma redução das receitas, sem a efetiva diminuição nas despesas. Entende-se que os resultados econômico-financeiros a partir de ações corretivas podem avançar significativamente na superação dos desafios de sustentabilidade da instituição;
- 2) no ano de 2017 sejam revisados os processos de trabalho e analisada a pertinência das diferentes atividades mantidas pela instituição;
- 3) que seja feita uma revisão da Resolução CONSU nº 04/2014 que trata da gestão dos tempos docentes, implantada no 2º semestre de 2014 e que fechou o segundo ciclo avaliativo em junho de 2016, no sentido de otimização dos critérios de atribuição de tempo para a realização das diferentes atividades docentes.

Sessão Plenária do CONSU, 06 de abril de 2017.

Profª Drª Cátia Maria Nehring - Presidente do Conselho Universitário

II - ENCAMINHAMENTO AO CONSELHO DIRETOR

Apresentadas as análises da evolução patrimonial, dos resultados e da disponibilidade de caixa da FIDENE e suas mantidas, encaminhe-se à plenária do Conselho Diretor para apreciação e deliberação.

Ijuí, 06 de abril de 2017.

Dieter Rugard Siedenberg - Diretor Executivo da FIDENE

III - PARECER DO CONSELHO DIRETOR Nº 01/2017

O Conselho Diretor da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do RS – FIDENE, em cumprimento ao que dispõe o Art. 19, inciso VII, do Estatuto da Fundação, examinou, tendo por base o *Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, os pareceres dos Conselhos Superiores de cada Mantida e a apresentação das informações econômico-financeiras*, realizada pela Presidência e Direção Executiva da FIDENE, o **Relatório de Atividades e Balanço da Fidene – exercício 2016** e emitiu seu parecer.

O Parecer do Conselho Diretor da FIDENE é FAVORÁVEL À APROVAÇÃO do Relatório de Atividades e Balanço da FIDENE – exercício 2016, com a solicitação de que seja realizada reunião específica deste Conselho, pautando a análise dos dados do exercício corrente (2017), visando reavaliar o orçamento programa do ano de 2017 e definições de medidas cabíveis.

O Conselho Diretor encaminha o Relatório de Atividades e Balanço 2016, conjuntamente com os demais pareceres, para apreciação do Conselho Curador da Fundação.

Ijuí, RS, 07 de abril de 2017.



Profª Drª Cátia Maria Nering

Presidente do Conselho Diretor da FIDENE

ANEXOS

ANEXO I - FIDENE

Anexo 1 - Quadro da Evolução das Aplicações e das Fontes dos Balanços Patrimoniais
FIDENE 2009 a 2016.

CONTAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ATIVO								
ATIVO CIRCULANTE	25.896.513,70	23.188.907,14	25.122.807,34	24.162.018,32	26.691.763,20	26.405.805,61	29.672.176,28	35.556.285,74
ATIVO NÃO CIRCULANTE	106.757.594,07	108.171.148,61	107.406.896,01	106.302.710,99	104.718.714,67	102.508.824,76	105.317.857,56	103.810.245,24
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8.431.948,56	10.145.584,12	9.335.652,38	8.319.954,80	7.868.476,21	7.192.045,95	6.695.150,23	7.987.148,21
INVESTIMENTOS	76.126,72	119.322,09	144.333,00	171.026,83	183.509,43	191.478,48	197.553,14	209.892,84
IMOBILIZADO	56.367.518,79	56.024.242,40	56.044.910,63	55.929.729,36	54.784.729,03	53.243.600,33	56.543.154,19	53.731.204,19
INTANGÍVEL	41.882.000,00	41.882.000,00	41.882.000,00	41.882.000,00	41.882.000,00	41.882.000,00	41.882.000,00	41.882.000,00
TOTAL DAS APLICAÇÕES	132.654.107,77	131.360.055,75	132.529.703,35	130.464.729,31	131.410.497,87	128.914.630,37	134.990.033,84	139.366.530,98
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
PASSIVO CIRCULANTE	40.256.655,23	44.237.132,70	48.119.741,87	36.322.499,14	35.498.766,56	32.559.704,56	35.208.733,24	35.351.039,53
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	50.133.784,63	50.796.618,87	53.047.179,28	65.257.974,97	60.778.586,30	55.254.587,22	44.975.488,01	42.666.648,29
PASSIVO TOTAL	90.390.439,86	95.033.751,57	101.166.921,15	101.580.474,11	96.277.342,86	87.814.291,78	80.184.221,25	78.017.687,82
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.263.667,91	36.326.304,18	31.362.782,20	28.884.255,20	35.133.155,01	41.100.338,59	54.805.812,59	61.348.843,16
TOTAL DAS FONTES	132.654.107,77	131.360.055,75	132.529.703,35	130.464.729,31	131.410.497,87	128.914.630,37	134.990.033,84	139.366.530,98

Anexo 2 – Quadro da Evolução dos Ativos, Passivos e Patrimônio Social FIDENE.

Balanco Patrimonial FIDENE	Ativo Total	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo	Investimentos + Imobilizado + Intangível	Passivo + Patrimônio Social	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Social
1996	25.021.849,47	7.095.657,53	1.218.645,53	16.707.546,41	25.021.849,47	6.962.661,31	2.211.587,45	15.847.600,71
1997	35.659.305,38	8.311.426,76	1.662.694,56	25.685.184,06	35.659.305,38	8.115.985,69	4.528.740,15	23.014.579,54
1998	39.069.263,12	9.466.259,82	2.506.572,95	27.096.430,35	39.069.263,12	8.492.533,06	6.225.050,66	24.351.679,40
1999	45.523.061,69	8.871.734,68	4.246.996,69	32.404.330,32	45.523.061,69	9.692.258,37	12.784.969,31	23.045.834,01
2000	51.828.879,43	10.870.946,40	5.085.322,77	35.872.610,26	51.828.879,43	13.693.817,42	14.980.643,12	23.154.418,89
2001	78.840.893,09	10.771.485,61	4.721.625,59	63.347.781,89	78.840.893,09	14.253.289,11	14.833.631,48	49.753.972,50
2002	81.765.460,53	10.760.690,44	5.921.858,23	65.082.911,86	81.765.460,53	20.272.722,44	14.365.474,02	47.127.264,07
2003	106.072.959,20	11.320.550,47	7.773.863,08	86.978.545,65	106.072.959,20	17.803.194,02	18.100.292,42	70.169.472,76
2004	112.469.515,28	13.292.149,17	8.353.256,81	90.824.109,30	112.469.515,28	21.013.928,38	19.364.172,80	72.091.414,10
2005	117.918.184,64	16.692.032,58	8.571.501,08	92.654.650,98	117.918.184,64	30.220.398,93	23.174.083,24	64.523.702,47
2006	119.941.051,49	20.551.224,67	7.677.328,62	91.712.498,20	119.941.051,49	40.291.060,36	21.527.469,00	58.122.522,13
2007	131.602.195,96	22.375.073,47	9.590.785,31	99.636.337,18	131.602.195,96	24.532.733,61	49.228.366,94	57.841.095,41
2008	129.070.414,56	21.421.855,33	8.537.001,31	99.111.557,92	129.070.414,56	34.970.092,73	47.922.016,70	46.178.305,13
2009	132.654.107,77	25.896.513,70	8.431.948,56	98.325.645,51	132.654.107,77	40.256.655,23	50.133.784,63	42.263.667,91
2010	131.360.055,75	23.188.907,14	10.145.584,12	98.025.564,49	131.360.055,75	44.237.132,70	50.796.618,87	36.326.304,18
2011	132.529.703,35	25.122.807,34	9.335.652,38	98.071.243,63	132.529.703,35	48.119.741,87	53.047.179,28	31.362.782,20
2012	130.464.729,31	24.162.018,32	8.319.754,80	97.982.956,19	130.464.729,31	36.322.499,14	65.257.974,97	28.884.255,20
2013	131.410.497,87	26.691.783,20	7.868.476,21	96.850.238,46	131.410.497,87	35.498.756,56	60.778.586,30	35.133.155,01
2014	128.914.630,37	26.405.805,61	7.192.045,95	95.316.778,81	128.914.630,37	32.559.704,56	55.254.587,22	41.100.338,59
2015	134.990.033,84	29.672.176,28	6.695.150,23	98.622.707,33	134.990.033,84	35.208.733,24	44.975.488,01	54.805.812,59
2016	139.366.530,98	35.556.285,74	7.987.148,21	95.823.097,03	139.366.530,98	35.351.039,53	42.666.648,29	61.348.843,16

Anexo 3 – Quadro da Evolução dos Ativos, Passivos e Valores a Descoberto.

Balço Patrimonial FIDENE	Ativo Circulante + Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	VALOR A DESCOBERTO
1996	8.314.303,06	9.174.248,76	-859.945,70
1997	9.974.121,32	12.644.725,84	-2.670.604,52
1998	11.972.832,77	14.717.583,72	-2.744.750,95
1999	13.118.731,37	22.477.227,68	-9.358.496,31
2000	15.956.269,17	28.674.460,54	-12.718.191,37
2001	15.493.111,20	29.086.920,59	-13.593.809,39
2002	16.682.548,67	34.638.196,46	-17.955.647,79
2003	19.094.413,55	35.903.486,44	-16.809.072,89
2004	21.645.405,98	40.378.101,18	-18.732.695,20
2005	25.263.533,66	53.394.482,17	-28.130.948,51
2006	28.228.553,29	61.818.529,36	-33.589.976,07
2007	31.965.858,78	73.761.100,55	-41.795.241,77
2008	29.958.856,64	82.892.109,43	-52.933.252,79
2009	34.328.462,26	90.390.439,86	-56.061.977,60
2010	33.334.491,26	95.033.751,57	-61.699.260,31
2011	34.458.459,72	101.166.921,15	-66.708.461,43
2012	32.481.773,12	101.580.474,11	-69.098.700,99
2013	34.560.259,41	96.277.342,86	-61.717.083,45
2014	33.597.851,56	87.814.291,78	-54.216.440,22
2015	36.367.326,51	80.184.221,25	-43.816.894,74
2016	43.543.433,95	78.017.687,82	-34.474.253,87

Anexo 4 – Quadro da Evolução das Dívidas da FIDENE.

ANO	saldo Mútuo com provisão de Encargos Financeiros	Empréstimos Bancários	Dívidas Tributárias e Empregatícias	Fornecedores e Outras Dívidas	Receita Antecipada	PASSIVO TOTAL
1996	1.450.210,55	3.836.805,78	339.952,18	3.121.556,42	425.723,83	9.174.248,76
1997	3.063.878,81	4.363.220,24	1.367.095,33	3.421.125,62	429.405,84	12.644.725,84
1998	3.466.652,64	5.991.285,18	1.037.603,26	3.620.955,66	601.086,98	14.717.583,72
1999	4.234.951,60	12.058.696,05	1.762.294,60	3.883.748,38	537.537,05	22.477.227,68
2000	4.370.366,54	16.346.455,71	2.307.467,42	4.452.837,15	1.197.333,72	28.674.460,54
2001	4.552.854,15	16.657.111,53	3.226.713,15	3.541.308,21	1.108.933,55	29.086.920,59
2002	5.717.536,96	17.356.099,40	4.339.928,61	5.819.753,02	1.404.878,47	34.638.196,46
2003	4.973.084,90	18.360.219,28	6.779.834,09	4.653.069,31	1.137.278,86	35.903.486,44
2004	6.224.447,65	19.739.353,16	8.293.824,58	4.454.580,35	1.665.895,44	40.378.101,18
2005	8.369.536,06	23.406.906,62	11.554.687,52	8.696.467,10	1.366.884,87	53.394.482,17
2006	10.674.014,48	24.825.953,07	19.460.411,29	5.732.618,63	1.125.531,89	61.818.529,36
2007	10.189.936,62	38.989.631,64	18.937.438,25	4.491.484,41	1.152.609,63	73.761.100,55
2008	10.788.667,58	40.917.776,71	22.252.077,21	7.376.377,69	1.557.210,24	82.892.109,43
2009	10.481.798,07	45.460.041,44	26.075.777,20	6.629.260,67	1.743.562,48	90.390.439,86
2010	10.321.592,04	42.615.554,60	31.731.891,79	8.673.859,40	1.690.853,74	95.033.751,57
2011	12.002.690,48	44.881.541,51	33.110.570,01	9.910.824,16	1.261.294,99	101.166.921,15
2012	14.803.218,99	43.031.110,08	33.149.927,21	9.392.674,36	1.203.543,47	101.580.474,11
2013	11.967.758,67	37.711.091,82	40.909.165,87	2.967.705,31	2.721.621,19	96.277.342,86
2014	10.049.939,55	29.852.727,40	41.886.909,82	3.643.373,98	2.381.341,03	87.814.291,78
2015	11.207.997,05	22.569.321,65	40.251.263,20	3.709.907,14	2.445.732,21	80.184.221,25
2016	10.128.794,32	16.796.987,30	40.422.601,62	3.321.183,42	7.348.121,16	78.017.687,82

Anexo 5 – Quadro da Demonstração de Resultados dos Exercícios FIDENE.

	ROB FIDENE	Custo dos Produtos e Serviços	Custo dos Produtos e Serviços %	Resultado Bruto	Resultado Bruto %	Despesa Operacional	Outras Receitas Operacionais	Resultado do Período	Resultado Final %	EBITDA LÍQUIDO	EBITDA LÍQUIDO %	Receita total gerada
1996	25.976.107,98	20.767.288,37	79,95%	5.208.819,61	20,05%	4.499.240,55	1.640.586,19	2.330.301,97	8,97%	3.064.877,27	13,36%	27.616.694,17
1997	31.737.100,25	24.750.822,61	77,99%	6.986.277,64	22,01%	8.092.297,19	1.749.405,53	623.837,51	1,97%	3.873.400,45	13,57%	33.486.505,78
1998	37.587.757,70	29.285.825,42	77,91%	8.301.932,28	22,09%	8.175.697,36	1.430.735,45	1.337.099,86	3,56%	5.043.655,37	15,49%	39.018.493,15
1999	39.314.987,08	32.101.929,23	81,65%	7.213.057,85	18,35%	9.769.381,22	1.338.696,57	-1.305.845,39	-3,32%	2.894.315,16	8,52%	40.653.683,65
2000	45.019.002,57	36.355.029,61	80,75%	8.663.972,96	19,25%	9.926.148,28	1.403.909,93	108.584,88	0,24%	3.775.548,96	9,60%	46.422.912,50
2001	48.730.715,24	38.122.361,20	78,23%	10.608.354,04	21,77%	13.404.460,79	1.445.450,82	-1.500.446,39	-3,08%	4.181.496,16	9,75%	50.176.166,06
2002	63.408.153,18	49.967.583,69	78,80%	13.440.569,49	21,20%	17.271.247,88	1.251.809,09	-2.626.708,43	-4,14%	3.521.908,57	6,97%	64.659.962,27
2003	71.428.802,89	53.241.383,05	74,54%	18.187.419,84	25,46%	18.041.838,17	908.166,19	994.087,23	1,39%	6.846.894,92	12,07%	72.336.969,08
2004	83.196.621,94	63.631.306,76	76,48%	19.565.315,18	23,52%	18.966.759,94	1.592.242,03	1.921.941,34	2,31%	8.559.701,16	13,08%	84.788.863,97
2005	86.693.813,60	71.133.900,11	82,07%	15.599.913,49	17,99%	26.200.966,86	2.397.681,67	-8.252.833,39	-9,52%	1.051.865,01	1,56%	89.091.495,27
2006	84.347.743,58	68.440.232,05	81,14%	15.907.511,53	18,86%	25.590.465,76	3.265.336,73	-6.401.180,34	-7,59%	4.960.459,33	7,70%	87.613.080,31
2007	77.197.223,43	61.564.202,19	79,75%	15.633.021,24	20,25%	27.120.851,23	2.614.739,66	-8.913.820,23	-11,55%	2.206.792,22	3,69%	79.811.963,09
2008	78.108.895,00	62.795.474,50	80,39%	15.313.420,50	19,61%	29.307.009,58	2.915.928,99	-11.232.027,17	-14,38%	1.353.027,77	2,22%	81.024.823,99
2009	78.779.142,24	59.075.756,99	74,99%	19.703.385,25	25,01%	25.918.004,88	2.811.957,49	-3.498.377,11	-4,44%	8.718.772,40	14,18%	81.591.099,73
2010	77.782.639,63	56.465.640,60	72,59%	21.316.999,03	27,41%	29.019.366,62	2.372.447,33	-5.542.190,40	-7,13%	7.992.685,41	12,81%	80.155.086,96
2011	83.463.757,55	59.492.523,97	71,28%	23.971.233,58	28,72%	30.350.064,84	1.888.902,94	-4.573.161,71	-5,48%	9.743.421,90	14,89%	85.352.660,49
2012	89.544.429,40	62.042.626,42	69,29%	27.501.802,98	30,71%	33.169.242,30	3.722.697,92	-2.117.995,48	-2,37%	13.169.640,39	18,68%	93.267.127,32
2013	101.462.224,39	67.844.090,97	66,87%	33.618.133,42	33,13%	32.004.245,33	3.291.576,65	6.628.488,73	6,53%	15.880.243,35	19,72%	104.753.801,04
2014	117.756.132,00	75.766.851,49	64,34%	41.989.280,51	35,66%	36.278.365,10	4.295.880,68	11.061.686,73	9,39%	20.483.341,58	21,43%	122.052.012,68
2015	128.734.649,70	85.261.754,47	66,23%	43.472.895,23	33,77%	36.772.890,20	8.128.991,77	14.890.256,71	11,57%	24.546.268,72	23,49%	136.863.641,47
2016	137.184.680,59	96.947.024,44	70,67%	40.237.656,15	29,33%	39.076.548,40	10.069.784,85	11.170.943,40	8,14%	19.941.365,55	18,20%	147.254.465,44

Anexo 6 – Quadro da Receita Operacional Bruta da FIDENE.

PERÍODO	ROB FIDENE	Receitas Operacionais			Desconto mensaldades
		Ensino	Serviços	Agropecuária	
1996	25.976.107,98	23.184.341,82	2.591.471,68	200.294,48	
1997	31.737.100,25	28.006.211,83	3.655.637,29	258.254,11	183.002,98
1998	37.587.757,70	33.431.158,78	3.937.297,96	228.837,85	9.536,89
1999	39.314.987,08	35.900.152,66	3.345.379,13	332.068,87	262.613,58
2000	45.019.002,57	41.741.028,53	3.658.712,49	281.153,52	661.891,97
2001	48.730.715,24	44.180.630,67	4.903.984,01	437.732,55	791.631,99
2002	63.408.153,18	57.061.210,23	6.712.121,92	595.483,31	960.662,28
2003	71.428.802,89	66.423.917,35	5.387.959,96	736.335,81	1.119.410,23
2004	83.196.621,94	77.636.830,01	5.898.310,38	1.015.709,32	1.354.227,77
2005	86.693.813,60	82.215.366,21	5.140.025,67	808.543,10	1.470.121,38
2006	84.347.743,58	80.801.526,98	4.518.059,92	700.047,31	1.671.890,63
2007	77.197.223,43	75.296.969,18	2.697.600,92	873.888,55	1.671.235,22
2008	78.108.895,00	76.249.788,92	2.959.733,00	847.851,40	1.948.478,32
2009	78.779.142,24	76.463.299,09	3.386.570,46	917.503,28	1.988.230,59
2010	77.782.639,63	75.316.592,06	3.500.012,21	920.292,92	1.954.257,56
2011	83.463.757,55	81.194.464,62	3.263.097,00	887.394,77	1.881.198,84
2012	89.544.429,40	88.798.879,09	2.080.591,77	702.730,18	2.037.771,64
2013	101.462.224,39	99.804.792,84	2.775.154,06	778.512,61	1.896.235,12
2014	117.756.132,00	115.003.955,81	3.720.714,65	932.618,31	1.901.156,77
2015	128.734.649,70	126.228.895,23	3.474.832,89	854.763,46	1.823.841,88
2016	137.184.680,59	135.514.587,54	2.969.350,79	1.035.175,19	2.334.432,93

Anexo 7 – Quadro dos Custos dos Produtos e Serviços FIDENE.

PERÍODO	Custo dos Produtos e Serviços	Custos										Bolsa Funcionário	Bolsa Dependente
		Pessoal Docente	Material de Consumo	Serviços de Terceiros	Outros Beneficiários a Pessoal	Pessoal sem Vínculo	Estagários	Custos com Serviços Internos e Agropecuários	Outras Despesas e Transferências/Re	Gratuidades			
1996	20.767.288,37	11.614.980,29	539.945,02	1.759.348,67	560.652,11	368.287,01	219.930,58	1.726.366,56	-354.632,76	3.038.047,70	939.730,43	-	
1997	24.750.822,61	14.372.651,95	597.409,36	2.443.663,92	746.973,67	339.565,18	252.647,46	2.039.951,12	-440.847,80	3.187.045,11	770.914,84	-	
1998	29.285.825,42	15.829.688,62	897.093,98	3.687.539,29	616.371,59	372.519,05	261.083,83	2.149.032,80	-775.451,46	5.036.873,26	435.623,00	-	
1999	32.101.929,23	17.727.412,13	1.043.404,47	3.785.008,29	505.433,65	276.411,64	333.010,22	2.561.589,01	-991.687,30	5.326.378,61	543.281,21	-	
2000	36.355.029,61	18.377.696,28	1.023.559,85	6.410.922,98	288.888,66	335.811,61	355.509,14	1.722.833,03	-987.639,85	5.681.721,66	2.158.086,40	-	
2001	38.122.361,20	20.178.256,18	1.284.426,39	5.574.942,82	346.442,96	390.538,38	298.270,91	1.836.009,72	-1.195.717,27	5.849.662,69	2.363.811,15	-	
2002	49.967.583,69	25.375.842,03	1.423.804,45	5.737.461,72	553.250,02	307.032,09	325.815,44	2.526.221,98	-1.616.267,41	12.865.390,60	852.765,36	-	
2003	53.241.383,05	26.961.645,32	1.454.538,49	5.424.205,11	558.877,13	262.825,44	309.788,57	2.532.323,03	-1.908.978,76	14.701.173,33	1.036.006,63	-	
2004	63.631.306,76	30.904.618,80	1.864.126,80	6.895.349,20	775.015,33	340.210,19	374.891,79	2.536.697,66	-2.227.052,61	17.736.257,52	1.124.676,83	1.079.462,64	
2005	71.153.900,11	35.854.482,57	1.898.333,84	7.193.358,99	905.299,37	355.239,52	366.630,68	2.192.255,54	-2.123.520,56	19.256.269,28	1.376.143,03	1.755.887,29	
2006	68.440.232,05	34.993.570,09	1.964.393,00	5.230.051,03	1.307.471,24	355.142,57	367.555,39	1.227.297,88	-2.073.922,23	19.967.741,92	1.274.458,78	1.752.550,15	
2007	61.564.202,19	31.925.432,06	1.620.303,34	4.236.976,55	816.235,97	241.933,19	341.079,52	2.259.179,47	-1.546.458,72	17.445.195,43	958.547,88	1.719.318,78	
2008	62.795.474,50	33.358.418,44	1.696.936,33	4.220.655,29	802.371,12	286.910,17	338.058,77	2.362.205,32	-1.686.742,13	17.258.944,12	753.814,12	1.717.160,82	
2009	59.075.756,99	30.541.209,34	1.603.240,01	5.142.573,04	1.095.313,03	323.566,83	326.361,93	2.095.050,40	-1.610.001,83	17.505.243,39	672.951,88	1.580.248,97	
2010	56.465.640,60	30.155.579,59	1.432.661,11	5.458.429,37	838.896,58	396.113,70	263.033,31	1.832.593,70	-1.493.015,25	15.381.813,21	704.286,23	1.495.249,05	
2011	59.492.523,97	30.280.917,85	1.635.111,04	5.579.506,97	946.751,80	297.348,62	291.797,95	1.701.705,33	-1.462.125,73	18.034.021,18	761.237,58	1.426.251,38	
2012	62.042.626,42	31.360.919,93	1.471.622,15	6.032.434,63	1.031.862,59	262.810,47	240.451,28	1.795.707,72	-1.582.575,90	19.042.458,61	857.129,30	1.529.805,64	
2013	67.844.090,97	34.045.257,78	2.016.839,94	6.313.367,56	1.093.474,72	287.640,59	254.988,72	1.906.596,92	-1.711.392,61	20.926.304,45	1.073.987,04	1.637.025,86	
2014	75.766.851,49	38.809.490,10	2.367.891,74	7.464.716,62	1.633.371,87	326.150,17	268.263,73	2.059.023,59	-1.939.388,92	22.170.953,45	926.472,97	1.679.906,17	
2015	85.261.754,47	45.010.487,52	2.610.058,78	7.915.307,39	1.509.708,90	347.098,50	253.101,78	2.031.395,39	-1.970.102,71	24.254.028,09	1.315.570,74	1.985.100,29	
2016	96.947.024,44	51.962.998,27	2.994.274,88	7.929.649,52	1.627.910,44	370.173,50	277.398,49	2.080.364,21	-1.568.086,51	27.630.572,18	1.591.728,88	2.050.040,58	

Anexo 8 – Quadro das Despesas Operacionais e Outras Receitas Operacionais FIDENE.

PERÍODO	Despesas Operacionais	Pessoal Técnico	Depreciações	Despesas Financeiras	Despesas Projetos, FAAE, Baixas	Outras Despesas Operacionais, receitas ou despesas financeiras variações	Receitas Financeiras	Outras receitas Operacionais
1996	4.439.240,55	3.473.482,88	1.201.875,11	1.136.639,66	554.478,36	-1.556.089,37	372.278,40	1.640.586,19
1997	8.092.297,19	3.977.312,48	1.532.165,29	2.109.372,47	232.282,74	647.322,56	411.523,29	1.749.405,53
1998	8.175.697,36	4.564.911,24	1.974.371,04	3.086.040,95	259.574,69	-1.159.183,16	559.959,83	1.430.735,45
1999	9.769.381,22	5.035.124,02	1.934.033,32	3.258.356,41	372.912,81	-128.643,86	731.708,36	1.338.696,57
2000	9.926.148,28	5.848.346,47	2.092.932,76	3.914.752,81	248.865,17	-1.305.299,40	874.949,53	1.403.909,93
2001	13.404.460,79	7.258.796,40	2.434.259,54	4.827.216,26	474.395,86	-568.010,10	1.055.536,99	1.445.450,82
2002	17.271.247,88	9.485.602,33	1.664.600,35	5.994.049,76	622.127,34	205.549,69	920.105,66	1.251.809,09
2003	18.041.838,17	9.572.104,32	1.676.887,41	5.987.930,93	438.998,14	1.440.010,46	1.111.762,07	908.166,19
2004	18.966.759,94	10.931.987,04	1.670.714,25	5.852.669,13	1.935.442,95	-279.688,98	1.154.479,49	1.592.242,03
2005	26.200.966,86	12.956.025,12	2.298.416,50	8.416.542,24	763.700,24	282.866,38	1.399.722,03	2.397.681,67
2006	25.590.465,76	13.183.596,06	2.190.820,87	10.653.398,38	858.356,65	-201.693,38	1.466.142,42	3.265.336,73
2007	27.120.851,23	13.263.147,80	1.630.531,19	11.079.952,85	1.147.746,31	1.521.316,62	1.630.601,49	2.614.739,66
2008	29.307.009,58	13.323.114,82	1.490.076,31	12.515.054,65	2.749.592,51	668.323,51	1.574.443,10	2.915.928,99
2009	25.918.004,88	14.001.765,15	1.462.662,87	12.117.491,08	1.501.613,11	-1.788.633,63	1.458.719,41	2.811.957,49
2010	29.019.366,62	14.663.806,04	1.563.636,46	14.209.124,71	934.339,10	1.636,77	2.450.155,50	2.372.447,33
2011	30.350.064,84	15.000.111,99	1.252.206,94	15.576.180,83	893.148,04	2.792,61	2.595.037,55	1.888.902,94
2012	33.169.242,30	15.936.051,01	1.225.779,27	16.069.313,57	974.325,27	1.649,98	2.180.711,05	3.722.697,92
2013	32.004.245,33	18.056.997,13	1.238.387,33	11.475.239,28	1.849.257,53	2.054,12	1.738.848,00	3.291.576,65
2014	36.278.365,10	19.542.267,42	1.006.178,26	11.247.987,54	5.257.642,25	2.681,37	1.777.620,31	4.295.880,68
2015	36.772.890,20	21.722.323,58	1.166.072,53	10.263.602,59	4.149.561,72	1.743,68	1.712.403,20	8.128.991,77
2016	39.076.548,40	25.179.327,45	1.441.958,90	9.595.094,72	5.059.724,80	2.247,58	2.326.580,67	10.069.784,85

Anexo 9 – Evolução da Despesa de Pessoal da FIDENE.

FIDENE	DOCENTES				TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS				PESSOAL SEM VÍNCULO	ESTAGIÁRIOS	SOMA DESPESAS COM PESSOAL
	FOLHA NORMAL + HORAS EXTRAS		AÇÕES TRABALHISTAS		FOLHA NORMAL + HORAS EXTRAS		AÇÕES TRABALHISTAS				
	RESCISÕES		RESCISÕES		RESCISÕES		RESCISÕES				
1996	11.490.632,81	124.347,48	568,65		3.368.202,86	105.280,02	5.063,66		368.287,01	219.930,58	15.682.313,07
1997	14.221.120,08	151.531,87	573,30		3.819.320,25	157.992,23	4.791,64		339.565,18	252.647,46	18.947.542,01
1998	15.678.171,95	151.516,67	2.808,50		4.475.529,93	89.381,31	7.133,93		372.519,05	261.083,83	21.038.145,17
1999	17.546.089,65	181.322,48	17.166,80		4.903.529,20	131.594,82	12.140,08		276.411,64	333.010,22	23.401.264,89
2000	18.249.312,29	128.383,99			5.636.240,39	212.106,08	1.500,00		335.811,61	355.509,14	24.918.863,50
2001	19.957.319,67	220.936,51	1.932,50		7.124.660,37	134.136,03	31.404,32		390.538,38	298.270,91	28.159.198,69
2002	25.021.640,90	354.201,13	197.130,65		9.251.828,64	233.773,69	22.293,42		307.032,09	325.815,44	35.713.715,96
2003	26.607.634,03	354.011,29	37.668,98		9.311.565,83	260.538,49			262.825,44	309.788,57	37.144.032,63
2004	30.696.710,55	207.908,25	6.505,74		10.720.458,25	211.528,79	3.609,30		340.210,19	374.891,79	42.561.822,86
2005	35.329.105,61	525.376,96	73.120,44		12.235.401,12	720.624,00	2.810.017,97		355.239,52	366.630,68	52.415.516,30
2006	34.082.762,67	910.807,42	242.771,54		12.902.555,92	281.040,14	129.358,06		355.142,57	367.555,39	49.271.993,71
2007	31.457.326,43	468.105,63	72.774,12		12.557.275,58	705.872,22	35.983,83		241.933,19	341.079,52	45.880.350,52
2008	30.572.788,65	2.785.629,79	36.871,47		12.092.993,71	1.230.121,11	98.419,41		286.910,17	338.058,77	47.441.793,08
2009	29.011.793,96	1.529.415,38	32.089,23		13.357.277,62	644.487,53	49.736,48		323.566,83	326.361,93	45.274.728,96
2010	28.024.661,95	2.130.917,64	37.166,23		13.796.096,35	867.709,69	59.812,81		396.113,70	263.033,31	45.575.511,68
2011	29.562.960,59	717.957,26	101.154,62		14.322.651,77	677.460,22	19.640,68		297.348,62	291.797,95	45.990.971,71
2012	30.671.515,32	689.404,61	301.200,92		15.396.786,90	539.264,11	90.330,01		262.810,47	240.451,28	48.191.763,62
2013	33.269.285,44	775.972,34	160.781,61		17.329.915,59	727.081,54	90.106,89		287.640,59	254.988,72	52.895.772,72
2014	38.103.473,96	706.016,14	165.963,78		19.096.586,18	445.681,24	95.699,38		326.150,17	268.263,73	59.207.834,58
2015	44.334.567,13	675.920,19	47.262,41		21.155.969,45	566.354,13	34.901,53		347.098,50	253.101,78	67.415.175,12
2016	50.920.728,11	1.042.270,16	64.472,94		23.991.404,52	1.187.922,93	20.547,88		370.173,50	277.398,49	77.874.918,53

Anexo 10 – Evolução dos Investimentos e Melhorias em Infraestrutura

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
INVESTIMENTO E MELHORIAS EM INFRAESTRUTURA									
Melhorias	580.581,43	334.772,74	299.220,12	374.835,80	419.008,28	1.368.548,00	1.394.718,05	1.015.383,92	1.414.784,48
Imobilizado c/Recurso Próprio	1.294.892,14	1.067.976,32	1.670.194,07	1.544.762,24	1.785.572,55	1.013.247,95	3.049.807,57	2.512.559,84	2.025.009,55
Doações	276.437,49	92.775,99	9.902,60	30.947,93	153.714,55	181.390,04	38.240,55	1.628.682,15	107.266,27
Convênios	33.231,63	282.187,48	165.264,36	243.479,24	207.339,65	76.428,94	252.846,28	818.129,93	834.841,64
TOTAL	2.185.142,69	1.777.712,53	2.144.581,15	2.194.025,21	2.565.635,03	2.639.614,93	4.735.612,45	5.974.755,84	4.381.901,94
Total Imobilizado	1.604.561,26	1.442.939,79	1.845.361,03	1.819.189,41	2.146.626,75	1.271.066,93	3.340.894,40	4.959.371,92	2.967.117,46

ANEXO II – EFA



Centro de Educação Básica Francisco de Assis - EFA

Ijuí - R. São Francisco, nº 501 | 3332.0220 | www.efa.unijui.edu.br | [/EFACENTRO](https://www.facebook.com/EFACENTRO)

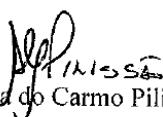
Parecer CPA Nº 01/2017

**PARECER DO COLEGIADO PEDAGÓGICO ADMINISTRATIVO
DA EFA DO RELATÓRIO E BALANÇO 2016**

Reunido no dia 5 de abril de 2017, o Colegiado Pedagógico Administrativo – CPA, do Centro de Educação Básica Francisco de Assis, apreciou e analisou a prestação de contas do Relatório de Atividades e os Demonstrativos Financeiros da Mantida.

Parecer: O CPA aprova o Relatório e Balanço 2016, destacando a importância do incremento na receita, pelo aumento do número de alunos na Educação Básica, bem como, sugere otimizar custos com pessoal.

Ijuí, 06 de abril de 2017.


Maria do Carmo Pilissão
Presidente do CPA



ANEXO III - MADP



MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA
FIDENE - Fundação de Integração, Desenvolvimento e
Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul



PARECER DO CONSELHO DE DIREÇÃO MADP 01/2017

**APROVA O RELATÓRIO E BALANÇO DO
MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR
PESTANA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE
2016.**

O Conselho de Direção do Museu Antropológico Diretor Pestana, reunido em 04 de abril de 2017, após análise do Relatório de Atividades e Balanço de 2016, emitiu parecer favorável à sua aprovação.

Observa-se que o resultado negativo estimado no orçamento para 2016 era de R\$ 299,990,83 (duzentos e noventa e nove mil novecentos e noventa reais e oitenta e três centavos) e a execução orçamentária evidenciou um resultado deficitário de R\$ 213.469,31 (duzentos e treze mil quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e um centavos). O déficit de 2016 foi menor que o projetado em função da incorporação de imobilizado doado pela Associação de Amigos do Museu Antropológico Diretor Pestana, decorrente de projetos externos e de valores pendentes recebidos do Poder Executivo Municipal.

Ijuí, RS, 04 de abril de 2017.

Atenciosamente



Stela Mariz Zambiasi de Oliveira
Presidente do Conselho de Direção do MADP

ANEXO IV – RÁDIO UNIJUÍ FM



PARECER Nº 01/2017


APROVA RELATÓRIO BALANÇO 2016

O Conselho da Rádio Educativa UNIJUÍ FM, reunido em 5 de abril de 2017, após análise do Relatório/Balanço de 2016, emitiu parecer favorável à sua aprovação, fechando o ano com receita de R\$ 121.939,60, despesa total de R\$ 357.637,11 e déficit de R\$ 235.055,64. Foi ressaltado que a Rádio não alcançou a meta de faturamento por conta do contexto econômico financeiro nacional.

O Conselho destacou mais uma vez o papel educativo da Rádio, sem fins lucrativos e que se apresenta como uma possibilidade de representação da marca UNIJUÍ com legitimidade. Ainda foi ressaltado que a qualidade cultural e musical, bem como o caráter educativo que imprime em sua programação música, informação e Universidade justifica o resultado deficitário. Nesse sentido, fica entendido que tem que haver a redução do déficit, mas que o mesmo deve ser visto como um custo institucional.

A necessidade de atualização de equipamentos é vista com preocupação pelo Conselho, uma vez que não houve nos últimos anos nenhum investimento neste quesito. Por fim, o Conselho avalia que mesmo com capital intelectual reduzido, ainda consegue suprir a demanda de projetos e programas educativos.

Ijuí, 5 de abril de 2017.



Cláudia Cristina Gesing Bohrer
Diretora da Rádio Educativa UNIJUÍ FM
Presidente do Conselho Superior



ANEXO V – UNIJUÍ

Anexo 1 – Evasão dos Vestibulandos dos cursos de graduação presenciais

Vestibular de Verão Modalidade Presencial	2012/1	2013/1	2014/1	2015/1	2016/1
Administração - Bacharelado (IJUÍ)	25,00%	21,28%	22,86%	9,30%	21,74%
Agronomia - Bacharelado (IJUÍ)	28,26%	34,69%	27,91%	14,28%	30,43%
Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado (IJUÍ)					24,14%
Ciências Biológicas - Bacharelado (IJUÍ)	25,93%	14,29%	30,77%	9,52%	20,00%
Ciências Biológicas - Licenciatura (IJUÍ)	22,22%	21,62%	0,00%	5,26%	16,67%
Ciência da Computação - Bacharelado (IJUÍ)	25,00%	33,33%	15,63%	10,00%	22,22%
Ciências Contábeis - Bacharelado (IJUÍ)	14,29%	16,13%	18,60%	16,66%	20,00%
Comunicação Social - Habilitação: Publicidade e Propaganda - Bacharelado (IJUÍ)	12,50%	30,43%	33,33%	10,00%	13,04%
Design - Bacharelado (IJUÍ)	17,65%	23,33%	16,67%	6,89%	40,00%
Direito - Diurno e Noturno - Bacharelado (IJUÍ)	18,10%	10,48%	17,83%	7,03%	12,26%
Ciências Econômicas - Bacharelado (IJUÍ)	22,22%	28,57%	20,00%	9,09%	50,00%
Educação Física - Bacharelado (IJUÍ)	20,00%	29,41%	22,22%	16,12%	16,67%
Educação Física - Licenciatura (IJUÍ)	0,00%	21,43%	23,08%	31,57%	0,00%
Engenharia Civil - Bacharelado (IJUÍ)	13,00%	27,27%	12,06%	5,78%	28,40%
Engenharia Elétrica - Bacharelado (IJUÍ)	13,33%	28,09%	16,42%	5,40%	37,04%
Engenharia Química - Bacharelado (IJUÍ)			23,81%	18,91%	29,17%
Enfermagem - Bacharelado (IJUÍ)	21,43%	31,58%	27,27%	13,79%	29,17%
Farmácia - Bacharelado (IJUÍ)	22,22%	66,67%	20,00%	16,66%	7,69%
Fisioterapia - Bacharelado (IJUÍ)	22,22%	42,86%	24,32%	12,82%	16,67%
Jornalismo - Bacharelado (IJUÍ)	17,24%	34,78%	24,14%	14,28%	35,00%
Letras: Português e Inglês - Licenciatura (IJUÍ)	22,73%	6,67%	0,00%	19,35%	0,00%
Matemática - Licenciatura (IJUÍ)	5,88%	33,33%	0,00%	18,18%	40,00%
Nutrição - Bacharelado (IJUÍ)	17,24%	26,32%	26,47%	17,14%	34,62%
Pedagogia - Licenciatura (IJUÍ)	4,00%	0,00%	41,67%	10,00%	5,56%
Psicologia - Bacharelado (IJUÍ)	16,33%	23,68%	20,00%	22,03%	18,97%
Estética e Cosmética - Tecnologia (IJUÍ)	13,89%	22,73%	22,50%	13,51%	22,22%
Medicina Veterinária - Bacharelado (IJUÍ)	31,48%	32,76%	12,64%	6,25%	35,48%
Administração - Bacharelado (SANTA ROSA)	23,08%	50,00%	47,37%	26,08%	100,00%
Ciência da Computação - Bacharelado (SANTA ROSA)	15,15%	23,08%	20,00%	22,72%	36,36%
Direito - Noturno - Bacharelado (SANTA ROSA)	22,64%	18,97%	25,81%	12,69%	34,29%
Educação Física - Bacharelado (SANTA ROSA)	35,71%	35,71%	41,38%	20,58%	20,00%
Educação Física - Licenciatura (SANTA ROSA)	29,41%	15,79%	35,00%	7,14%	14,29%
Engenharia Civil - Bacharelado (SANTA ROSA)	17,86%	26,53%	16,19%	12,35%	25,42%
Engenharia Elétrica - Bacharelado (SANTA ROSA)	5,45%	42,00%	18,42%	13,79%	30,77%
Pedagogia - Licenciatura (SANTA ROSA)	12,50%	25,00%	0,00%	10,52%	7,69%
Psicologia - Bacharelado (SANTA ROSA)	13,33%	14,29%	29,03%	10,00%	23,08%
Gestão de Cooperativas - Tecnologia - Presencial (SANTA ROSA)					12,00%
Administração - Bacharelado (PANAMBI)	6,67%	23,53%	22,73%	9,09%	25,00%
Engenharia Mecânica - Bacharelado (PANAMBI)	9,09%	23,68%	22,47%	5,55%	12,77%
Administração - Bacharelado (TRÊS PASSOS)	22,73%	47,37%	15,79%	18,18%	7,69%
Direito - Noturno - Bacharelado (TRÊS PASSOS)	9,09%	24,39%	16,22%	17,02%	3,33%

Anexo 2 - Matrícula de créditos nos cursos de graduação modalidade presencial

DACEC	Créditos Executados 1º Sem/2012	Créditos Executados 2º Sem/2012	Créditos Executados 1º Sem/2013	Créditos Executados 2º Sem/2013	Créditos Executados 1º Sem/2014	Créditos Executados 2º Sem/2014	Créditos Executados 1º Sem/2015	Créditos Executados 2º Sem/2015	Créditos Executados 1º Sem/2016	Créditos Executados 2º Sem/2016
Administração - Bacharelado	14.177	12.423	12.835	11.912	12.669	10978,00	11230	10327,00	9.745	8456
- Câmpus Ijuí	6.083	5.203	5.490	4.941	5092	4354,00	4672	3964	4.267	3504
- Câmpus Santa Rosa	3.235	3.024	2.978	2.650	2730	2426,00	2258	2482	1.998	1826
- Câmpus Panambi	2.621	2.221	2.402	2.400	2800	2472,00	2714	2410	2.152	1981
- Câmpus Três Passos	2.238	1.975	1.965	1.921	2047	1726,00	1586	1471	1.328	1145
Ciências Contábeis - Bacharelado	5.297	4.718	4.995	4.967	5298	4863,00	4591	3940	3.729	3373
- Câmpus Ijuí	5.040	4.657	4.951	4.967	5298	4863,00	4591	3940	3.729	3373
- Câmpus Três Passos	257	61	44							
Economia - Ciências Econômicas - Bacharelado	1.609	1.157	1.153	1.175	873	869,00	838	1100	1.071	1102
- Câmpus Ijuí	1.384	1.053	1.153	1.175	873	869,00	838	1100	1.071	1102
- Câmpus Santa Rosa	225	104	0	0						
Comunicação Social - Bacharelado	3.564	2.996	3.277	3.077	3828	3377,00	4049	3734	3.661	3375
Jornalismo							1840	1704	1.496	1464
Publicidade e Propaganda							1983	1831	2.077	1875
Relações Públicas - Extinção							226	199	88	36
Tecnólogo em Gestão de Cooperativas SR									520	621
DACEC Presencial	24.647	21.294	22.260	21.131	22.668	20.087	20708	19.101	18.726	16927
DEAg	Créditos Executados 1º Sem/2012	Créditos Executados 2º Sem/2012	Créditos Executados 1º Sem/2013	Créditos Executados 2º Sem/2013	Créditos Executados 1º Sem/2014	Créditos Executados 2º Sem/2014	Créditos Executados 1º Sem/2015	Créditos Executados 2º Sem/2015	Créditos Executados 1º Sem/2016	Créditos Executados 2º Sem/2016
Agronomia - Bacharelado	5.374	4.969	5.718	5.607	6166	5859,00	6336	6488	6.932	6753
Medicina Veterinária - Bacharelado	6.302	6.644	7.769	8.591	10626	10494,00	11575	12014	12.276	11449
DEAg	12.160	11.613	13.487	14.198	16.792	16.353	17911	18.502	19.208	18202
DCJS Presencial	Créditos Executados 1º Sem/2012	Créditos Executados 2º Sem/2012	Créditos Executados 1º Sem/2013	Créditos Executados 2º Sem/2013	Créditos Executados 1º Sem/2014	Créditos Executados 2º Sem/2014	Créditos Executados 1º Sem/2015	Créditos Executados 2º Sem/2015	Créditos Executados 1º Sem/2016	Créditos Executados 2º Sem/2016
Direito - Bacharelado	24.417	23.353	24.734	25.616	26550	27220	28779	28435	28.069	27431
- Diurno - Câmpus Ijuí							2154	2396	2.062	2113
- Noturno - Câmpus Ijuí	14.055	13.426	14.724	14.870	15389	14931	13717	13218	13.658	12687
- Câmpus Santa Rosa	5.941	5.840	5.769	6.198	6377	6678	7146	7134	6.601	6700
- Câmpus Três Passos	4.421	4.087	4.241	4.548	4784	5611	5762	5687	5.748	5931
Serviço Social (extinção)	970	702	736	673	398	335	25	0		
- Câmpus Ijuí	970	702	736	673	398	335		0		
- Câmpus Santa Rosa	0	0	0	0	0	0				
Sociologia	17	0	0	0	0	0				
DCJS Presencial	25.404	24.055	25.470	26.289	26948	27555	28804	28435	28.069	27431
DHE Presencial	Créditos Executados 1º Sem/2012	Créditos Executados 2º Sem/2012	Créditos Executados 1º Sem/2013	Créditos Executados 2º Sem/2013	Créditos Executados 1º Sem/2014	Créditos Executados 2º Sem/2014	Créditos Executados 1º Sem/2015	Créditos Executados 2º Sem/2015	Créditos Executados 1º Sem/2016	Créditos Executados 2º Sem/2016
Educação Física Bacharelado	6.461	5.992	6.499	7.008	7530	7649	3503	3484	3.881	3749
- Câmpus Ijuí	3.442	3.144	3.387	3.812	4105	4161	1753	1775	2.021	1937
- Câmpus Santa Rosa	3.019	2.848	3.112	3.196	3425	3488	1750	1709	1.860	1812
Educação Física Licenciatura							4483	4056	3.970	3635
- Câmpus Ijuí							2310	2032	2.044	1821
- Câmpus Santa Rosa							2173	2024	1.926	1814
Filosofia	152	148	95	32	0	0				
- Câmpus Ijuí	152	148	95	32	0	0				
- Câmpus Santa Rosa	0	0	0	0	0	0				
Geografia	0	0	0	0	0	0				
História	4	0	0	0	0	0				
Letras: Português e Inglês - Licenciatura (extinção)	1.151	1.201	965	1.051	1191	1196	525	529	285	331
- Câmpus Ijuí	1.151	1.201	965	1.051	1191	1196	525	529	285	331
- Câmpus Santa Rosa	0	0	0	0	0	0				
- Câmpus Três Passos	0	0	0	0	0	0				
Letras: Português e Inglês - Licenciatura (novo)							0	1068	1.158	1.308
- Câmpus Ijuí							0	1068	1.158	1.308
Pedagogia - Licenciatura	5.505	4.982	5.331	5.047	5264	4319	4763	4537	5.162	4320
- Câmpus Ijuí	3.248	2.912	3.165	2.830	2857	2555	2556	2519	2.765	2119
- Câmpus Santa Rosa	2.257	2.070	2.166	2.217	2407	1764	2207	2018	2.397	2201
- Câmpus Três Passos	0	0	0	0	0	0				
Psicologia - Bacharelado	7.746	7.159	8.043	8.612	9313	9378	8956	9117	9.405	9453
- Câmpus Ijuí	4.225	4.039	4.514	4.616	5109	5176	5405	5570	5.733	5467
- Câmpus Santa Rosa	3.521	3.120	3.529	3.996	4204	4202	3551	3547	3.672	3986
DHE Presencial	21.242	19.748	21.051	21.760	23.298	22.542	23298	22.881	24.011	22658

	Créditos Executados 1º Sem/2012	Créditos Executados 2º Sem/2012	Créditos Executados 1º Sem/2013	Créditos Executados 2º Sem/2013	Créditos Executados 1º Sem/2014	Créditos Executados 2º Sem/2014	Créditos Executados 1º Sem/2015	Créditos Executados 2º Sem/2015	Créditos Executados 1º Sem/2016	Créditos Executados 2º Sem/2016
DCEEng										
Design - Bacharelado	1.808	1.688	2.121	1.995	2335	1978	2478	2185	2.364	2180
Física (extinção)	357	358	306	216	258	250	81	43	65,00	48
Matemática - Licenciatura	1.507	1.132	1.119	824	1063	954	1093	1252	1.160	948
- Câmpus Ijuí	1.228	929	1.046	824	1063	954	1093	1252	1.160	948
- Câmpus Santa Rosa	279	203	73	0	0	0				
Tecnólogo em Segurança no Trabalho (SR)	0	0	0	0	0	0				
Engenharia Civil - Bacharelado (Ijuí)	6.702	7.118	8.340	9.264	10848	11931	12837	13008	12.354	12163
Engenharia Civil - Bacharelado (Santa Rosa)	2.904	2.766	4.416	5.158	6554	7586	8005	8406	8.353	7585
Engenharia Elétrica - Bacharelado (Ijuí)	7.030	6.678	7.310	7.233	7884	7630	8031	7265	6.622	6262
Engenharia Elétrica - Bacharelado (Santa Rosa)	764	716	1.564	1.556	2110	2098	2590	2374	2.524	2330
Engenharia Mecânica - Bacharelado (Panambi)	5.627	5.757	6.175	6.356	6459	6841	6986	6092	6.231	5832
Engenharia Química - Bacharelado (Ijuí)					578	620	1112	1120	1.410	1270
Engenharia da Produção								0	0	0
Arquitetura e Urbanismo								860	1.700	1768
Ciência da Computação - Bacharelado	4.731	4.029	4.277	3.922	4111	3729	4005	3710	3.831	3474
- Câmpus Ijuí	2.752	2.483	2.639	2.374	2575	2287	2401	2128	2.157	2070
- Câmpus Santa Rosa	1.979	1.546	1.638	1.548	1536	1442	1604	1582	1.674	1404
Licenciatura em Computação (Santa Rosa)	138	104	72	40	40	12	14	14	16	10
DCEEng	31.568	30.346	35.700	36.564	42240	43629	47232	46329	46.630	43870
	Créditos Executados 1º Sem/2012	Créditos Executados 2º Sem/2012	Créditos Executados 1º Sem/2013	Créditos Executados 2º Sem/2013	Créditos Executados 1º Sem/2014	Créditos Executados 2º Sem/2014	Créditos Executados 1º Sem/2015	Créditos Executados 2º Sem/2015	Créditos Executados 1º Sem/2016	Créditos Executados 2º Sem/2016
DCVida										
Ciências Biológicas - Bacharelado	3.354	3.049	2.975	2.720	2646	2373,00	1048	1128	1.261	1196
- Câmpus Ijuí	3.172	2.918	2.975	2.720	2646	2373,00	1048	1128	1.261	1196
- Câmpus Santa Rosa	182	131	0	0	0	0,00	0			
Ciências Biológicas - Licenciatura							1261	1382	1.355	1029
- Câmpus Ijuí							1261	1382	1.355	1029
Química - Licenciatura (extinção)	641	672	594	458	378	253,00	202	153	35	28
- Câmpus Ijuí	641	672	594	458	378	253,00	202	153	35	28
- Câmpus Santa Rosa	0	0	0	0	0	0,00				
Tecnólogo em Gestão Ambiental (SR)	0	0	0	0	0	0,00				
Estética e Cosmética - Tecnologia	2.085	1.930	2.699	2.701	3038	3111,00	3084	3163	2.856	2748
Química Industrial de Alimentos - Bacharelado (Santa Rosa)	426	315	16	14	12	0,00	8	8		0
Enfermagem - Bacharelado	3.872	3.190	3.548	2.277	3113	2746,00	2839	2733	3.274	2977
Farmácia - Bacharelado	3.531	3.068	2.675	2.640	2841	2600,00	2592	2173	1.764	1786
Fisioterapia - Bacharelado	3.023	3.318	3.103	3.015	3227	3714,00	3470	3489	3.448	3647
Nutrição - Bacharelado	2.294	2.568	2.189	2.459	2402	2630,00	2696	2871	2.646	3002
DCVida	19.226	18.110	17.799	16.284	17.657	17.427	17.200	17.100	16.639	16413

Anexo 3 - Matrícula de estudantes nos cursos de graduação modalidade a distância

DACEC EAD	Nº Estudantes 1º 2012	Nº Estudantes 2º 2012	Nº Estudantes 1º 2013	Nº Estudantes 2º 2013	Nº Estudantes 1º 2014	Nº Estudantes 2º 2014	Nº Estudantes 1º 2015	Nº Estudantes 2º 2015	Nº Estudantes 1º 2016	Nº Estudantes 2º 2016
Administração	147	161	189	195	170	173	138	140	112	92
Tecnólogo em Gest.Coop.	0	0	0	0	0					
Tecnólogo Marketing	35	28	13	10	4	2	1	1	1	1
Tecnólogo Gest.Pública	89	82	90	79	62	53	33	19	7	3
Tecnólogo Processos Gerenciais	208	181	159	155	122	104	74	61	45	45
Tecnólogo Gest.Comercial	120	104	97	93	83	63	54	44	33	34
DACEC EAD	599	556	548	532	441	395	300	265	198	175
DHE - EaD										
DHE - EaD	Nº Estudantes 1º 2012	Nº Estudantes 2º 2012	Nº Estudantes 1º 2013	Nº Estudantes 2º 2013	Nº Estudantes 1º 2014	Nº Estudantes 2º 2014	Nº Estudantes 1º 2015	Nº Estudantes 2º 2015	Nº Estudantes 1º 2016	Nº Estudantes 2º 2016
Educação Física	128	116	123	121	102	93	82	64	48	42
Geografia	71	62	40	35	19	15	3	0	1	0
História	124	123	123	146	111	110	103	95	74	65
DHE EaD	323	301	286	302	232	218	188	159	123	107,00
DCJS EAD										
DCJS EAD	Nº Estudantes 1º 2012	Nº Estudantes 2º 2012	Nº Estudantes 1º 2013	Nº Estudantes 2º 2013	Nº Estudantes 1º 2014	Nº Estudantes 2º 2014	Nº Estudantes 1º 2015	Nº Estudantes 2º 2015	Nº Estudantes 1º 2016	Nº Estudantes 2º 2016
Sociologia	96	81	54	50	29	22	6	5	1	0
DCJS EAD	96	81	54	50	30	22	6	5	1	0,00

Anexo 4 - Quadro Resumo dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

Departamento	Cursos Agradados (CENEC)	Campus	CH	Coordenadores	Matr. Início	Nº Matr. matriculada Inicial	VALOR A VISTA	Alunos Concluídos/ Disciplinas	Receita Bruta	Receita Líquida	Despesas totais	Margem de Contribuição DIRETA	Taxa de Administração	Contribuição Marginal	Investimentos	Superávit
2012-1º Concluído																
	Genêl: Ext. atípica em Cooperativa de Saúde - It Company Unimed	Itaj	390	Gustavo Airo Dreves	abr/12	40	140.000,00	40	155.130,00	124.104,00	54.071,13	50.131,87	20.000,00	15.000,00	0,00	34.132,87
DAZEC	Engenharia de Segurança no Trabalho - 1º edição	Itaj	600	Cristina Percebon e Raquel Hoeller	abr/12	23	8.800,00	17	216.120,72	195.895,58	80.511,02	116.075,56	38.846,15	21.881,52	0,00	57.214,79
DCEEG	Engenharia Industrial - 2ª edição	Panamá	300	Antonio Valdeiro	abr/12	20	7.400,00	16	147.122,84	117.698,11	48.732,05	70.886,06	21.000,00	16.500,00	9.100,00	29.886,06
DCVMA	Oncologia - 3ª edição	Itaj	390	Clécio Piovesan	abr/12	21	7.600,00	19	168.983,17	137.014,53	67.894,57	59.116,00	21.000,00	16.500,00	0,00	20.616,00
DAZEC	Contribuição e Gestão Tributária	Itaj	390	Isabella Paragão Vieira	mar/12	25	6.900,00	24	194.837,45	147.380,36	80.244,32	87.136,04	21.000,00	16.500,00	0,00	48.536,04
UC4g	Licenciamento Ambiental	Itaj	390	União Lucilene	ago/12	26	7.050,00	17	181.134,59	181.134,59	44.634,25	136.556,34	24.584,87	18.446,15	7.812,60	85.702,71
DAZEC	MBA Gestão de Pessoas - Fied	Itaj	390	Márcia Pinheiro	07/2012	107	2.940,00	66	316.517,11	214.219,31	92.308,41	112.090,92	21.000,00	16.500,00	0,00	83.590,91
2013 - 1º Concluído																
DAZEC	Genêl: Estratégias de Vendas e Repreterações Comerciais - ESD	Itaj	390	Lucilene Felício Wolduane	abr/13	69	3.280,00	37	187.156,68	184.178,11	64.070,20	120.302,91	21.000,00	16.500,00	0,00	84.802,91
DAZEC	Finanças e Mercado de Capitais - 1ª edição	Itaj	420	Marlene Dal'RI	mar/13	29	7.360,00	23	215.973,52	211.098,92	83.501,50	127.596,42	25.692,31	17.769,23	0,00	86.134,88
DCEEG	Engenharia Industrial - 3ª edição	Panamá	390	Antonio Carlos Valdeiro	mai/13	18	8.550,00	17	169.590,01	169.590,01	45.955,95	123.634,06	21.000,00	16.500,00	0,00	85.134,06
2013 - 2º Concluído																
DCVMA	Genêl e Atualização Farmacêutica - 1ª edição	Itaj	390	Christiane Colet	ago/13	18	7.910,00	15	141.777,16	132.132,36	65.937,14	65.939,22	21.000,00	16.500,00	0,00	28.096,22
DAZEC	MBA em Marketing e Comunicação Digital - 1ª edição	Itaj	410	Felipe Rigon Dornelles	ago/13	17	8.950,00	13	148.888,74	148.888,74	14.751,59	74.124,15	20.000,00	16.500,00	8.500,00	19.124,15
DEAG	Licenciamento Ambiental - 2ª edição	Itaj	392	Delfino Lucilene	ago/13	15	7.985,00	14	116.401,32	115.401,32	52.282,21	74.200,11	24.594,87	18.446,15	0,00	84.158,09
DCVMA	Enfermagem em Terapia Intensiva - 3ª edição	Itaj	390	Gras Milail Fernandes Star	set/13	21	9.355,00	15	188.554,77	177.180,26	60.686,74	116.493,35	17.883,52	16.500,00	0,00	82.109,83
DAZEC	MBA em Gestão de Operações - Senoap 2ª edição	Sa Rosa	390	Pedro Rittemberger	nov/13	33	7.760,00	27	246.735,81	245.765,31	133.356,06	113.429,75	21.000,00	16.500,00	9.100,00	65.729,75
2014 - 1º Concluído																
DAZEC	Controladora e Gestão Empresarial - 4ª edição	Itaj	390	Tatiele Vieira	abr/14	36	6.035,00	33	214.844,01	214.844,01	115.195,84	109.578,17	21.000,00	16.500,00	0,00	71.178,17
DAZEC	MBA em Logística - 1ª edição	Panamá	390	Marcos Casali	abr/14	18	7.000,00	16	130.890,37	130.890,37	82.216,31	48.674,06	27.000,00	16.500,00	0,00	10.174,01
DAZEC	Finanças e Mercado de Capitais - 2ª edição	Sa Rosa	420	Marlene Dal'RI	mar/14	29	8.100,00	20	210.796,76	210.796,76	118.701,21	92.095,55	25.692,31	17.769,23	0,00	50.624,01
DAZEC	Finanças e Mercado de Capitais - 3ª edição	Itaj	420	Marlene Dal'RI	abr/14	25	8.100,00	21	212.987,84	211.367,34	114.644,92	98.325,92	25.692,31	17.769,23	0,00	56.862,38
DAZEC	MBA em Gestão Empresarial - 4ª edição	Sa Rosa	420	Isidoro Spacobez	mai/14	19	7.200,00	14	134.207,55	134.207,55	93.307,27	40.900,68	21.692,31	17.769,23	0,00	-560,65
DCVMA	Serviço Mensal - 3ª edição	Itaj	390	Gras Milail Fernandes Star	mai/14	25	7.600,00	21	212.231,45	222.192,45	70.137,05	152.121,40	21.000,00	16.500,00	0,00	113.621,40
2014 - 1º Parcial																
DCVMA	Remuneração Laboratorial - 3ª edição	Itaj	390	Maurício Hoeller	mai/14	14	7.700,00	11	115.998,04	115.998,04	58.235,35	67.624,69	21.000,00	16.500,00	0,00	19.124,69
DCVMA	Oncologia - 4ª edição	Itaj	390	Clécio	abr/14	22	9.900,00	20	245.277,17	245.277,17	90.791,59	154.485,58	21.000,00	16.500,00	0,00	115.985,58
DCEEG	Engenharia Industrial - 4ª ed	Panamá	390	Antonio Carlos Valdeiro	abr/14	23	8.550,00	21	215.175,32	215.175,32	93.970,33	131.204,99	21.000,00	16.500,00	0,00	92.704,99
2014 - 2º Parcial																
DCEEG	Engenharia de Segurança no Trabalho - 3ª edição	Itaj	600	Cristina Percebon	jul/14	35	9.040,00	31	385.000,27	385.000,27	116.018,67	268.176,40	38.846,15	25.384,51	0,00	208.045,63
DCS	Curso Processual Civil - 7ª ed	Três Passos	390	Joaquim Galvão	set/14	18	7.700,00	16	158.658,64	158.159,64	64.218,01	94.341,63	11.161,42	0,00	0,00	82.080,21

Anexo 5 - Resultados dos Cursos de Extensão concluídos em 2016

Nome do Curso	Departamento	Campus	Receita Executada	Despesa Executada	Margem de Contribuição Direta	Taxa de Administração (20%)	Superávit
Exercícios Funcionais - Ijuí - 6114.01	DCVida	Ijuí	17.557,20	6.486,89	11.070,31	3.511,44	7.558,87
Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Implantação do Lean Innovation (Sta. Helena) - EaD - 6591.01	DACEC	Panamby	6.375,00	1.316,53	5.058,47	1.275,00	3.783,47
Inglês no Câmpus - Ijuí - 1º semestre/2016 - 6330.01	ASC	Ijuí	1.532,50	33.764,30	-		
Formação Continuada de Docentes - 6184.01	UEC-consolidado	Ijuí	55.879,62	22.219,11	33.660,51	11.175,92	22.484,59
Leitura Acadêmica em Língua Inglesa - Ijuí - 6158.01	DHE	Ijuí	34.793,90	7.723,69	27.070,21	6.958,78	20.111,43
Práticas em Psicologia Clínica Supervisionadas - Ijuí - 5834.01	DHE	Ijuí	1.622,70		1.622,70	324,54	1.298,16
Excel Básico - 1ª edição - Ijuí - 6351.01	DACEC/ESGN	Ijuí	3.857,00	1.191,69	2.665,31	771,40	1.893,91
Preenchimento da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física - 1ª edição - Ijuí - 6148.01	DACEC/ESGN	Ijuí	2.225,00	710,10	1.514,90	445,00	1.069,90
Excel Avançado - 1ª edição - Ijuí - 6387.01	DACEC/ESGN	Ijuí	3.796,10	1.260,04	2.536,06	759,22	1.776,84
Fisioterapia na Incontinência Urinária Feminina - 1ª edição - Ijuí - 6223.01	DCVida	Ijuí	4.622,80	2.393,44	2.229,36	924,56	1.304,80
Avaliação e Intervenção da Fisioterapia em Bebês de Alto Risco - Ijuí - 6462.01	DCVida	Ijuí	7.176,00	3.288,30	3.887,70	1.435,20	2.452,50
Cálculos Financeiros com a Utilização da HP-12 - COOPERMIL - Santa Rosa - 6490.02	DACEC	Santa Rosa	5.236,00	2.343,70	2.892,30	1.047,20	1.845,10
Estatística Aplicada a Saúde - Módulo Básico - Ijuí - 6117.01	DCVida	Ijuí	3.729,60	1.492,86	2.236,74	745,92	1.490,82
Capacitação em Boas Práticas para Serviços de Alimentação - SMED - Ijuí - 6474.01	DCVida	Ijuí	4.570,00	1.689,45	2.880,55	914,00	1.966,55
Ciclo de Atualização em Medicina Veterinária - Exame Clínico e Radiográfico Aplicado ao Sistema Locomotor de Equinos - 1ª edição - Ijuí - 6468.01	DEAg	Ijuí	7.701,50	4.035,07	3.666,43	1.540,30	2.126,13
Capacitação em Boas Práticas para Serviços de Alimentação - SMED - complementar - Ijuí - 6475.01	DCVida	Ijuí	2.447,00	914,72	1.532,28	489,40	1.042,88
Curso de Aperfeiçoamento sobre o Novo Código de Processo Civil - 1ª edição - Ijuí - 6469.01	DCIS	Ijuí	27.233,50	14.049,44	13.184,06	5.446,70	7.737,36
Dieta Mediterrânea - Módulo I - 1ª edição - Ijuí - 6471.01	DCVida	Ijuí	4.717,40	2.908,00	1.809,40	943,48	865,92
Liderança Estratégica para Gestão de Resultados - Líder Coach - Ijuí - 6472.01	DACEC	Ijuí	5.753,50	2.939,04	2.814,46	1.150,70	1.663,76
Saúde e Segurança no Trabalho - in company - UNIMED - Ijuí - 6483.01	DCVida	Ijuí	257,00	63,39	193,61	51,40	142,21
Saúde e Qualidade de Vida - in company - UNIMED - Ijuí - 6484.01	DCVida	Ijuí	395,00	143,39	251,61	79,00	172,61
Desbridamento de Feridas - Ijuí - 1ª edição - 6477.01	DCVida	Ijuí	5.576,20	2.945,65	2.630,55	1.115,24	1.515,31
A Função Social da Cidade e da Propriedade: Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas - In company - Prefeitura de Alcirim - Ijuí - 6481.01	DCIS	Ijuí	1.073,00	369,81	703,19	214,60	488,59
Cálculos Financeiros com a Utilização da HP-12 - Ijuí - 6128.01	DACEC	Ijuí	3.603,60	1.958,11	1.645,49	720,72	924,77
Desbridamento de Feridas - Ijuí - 2ª edição - 6486.01	DCVida	Ijuí	3.807,00	2.419,69	1.387,31	761,40	625,91
Protocolos de Limpeza de Pele: teoria e prática - 2ª edição - (Programa de Educação Continuada em Estética e Cosmética) - Ijuí 6407.01	DCVida	Ijuí	9.659,50	4.871,57	4.787,93	1.931,90	2.856,03
Ciclo de Atualização em Medicina Veterinária - Atendimento Emergencial do Paciente Equino Abdômen Agudo - Ijuí - 6499.01	DEAg	Ijuí	8.120,40	1.285,86	6.834,54	1.624,08	5.210,46

Anexo 6 - Evolução dos Investimentos e Melhorias em Infraestrutura - FIDENE

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
INVESTIMENTO E MELHORIAS EM INFRAESTRUTURA									
Melhorias	580.581,43	334.772,74	299.220,12	374.835,80	419.008,28	1.368.548,00	1.394.718,05	1.015.383,92	1.414.784,48
Imobilizado c/Recurso Próprio	1.294.892,14	1.067.976,32	1.670.194,07	1.544.762,24	1.785.572,55	1.013.247,95	3.049.807,57	2.512.559,84	2.025.009,55
Doações	276.437,49	92.775,99	9.902,60	30.947,93	153.714,55	181.390,04	38.240,55	1.628.682,15	107.266,27
Convênios	33.231,63	282.187,48	165.264,36	243.479,24	207.339,65	76.428,94	252.846,28	818.129,93	834.841,64
TOTAL	2.185.142,69	1.777.712,53	2.144.581,15	2.194.025,21	2.565.635,03	2.639.614,93	4.735.612,45	5.974.755,84	4.381.901,94

ANEXO VI – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores

**FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL - FIDENE**

Ijuí – RS

- 1) Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FIDENE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FIDENE**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

4) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

5) Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as



respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

6) Demonstrações de 2015

Anteriormente auditamos as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compreendendo o Balanço Patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa daquele exercício, sobre as quais emitimos nosso Relatório em 04 de março de 2016, sem ressalvas.

Porto Alegre, RS, 10 de março de 2017.



Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S
CRC RS nº 006706/O
CVM 12.360

Antônio Carlos de Castro Palácios
Contador - CRC RS nº 34.163